



## ESTANTE LABJOR

### Comitê editorial

Carlos Vogt  
Ricardo Muniz  
Marina Gomes

### Conselho editorial

Alcides Eduardo dos Reis Peron  
Germana Fernandes Barata  
Herton Abacherli Escobar  
Ildeu de Castro Moreira  
Juliana Schober Gonçalves Lima  
Luis Felipe Miguel  
Marcelo Soares  
Peter Alexander Bleinroth Schulz  
Rafael de Almeida Evangelista  
Sérgio Amadeu da Silveira  
Simone Pallone de Figueiredo

*Criado na Unicamp em 1994, o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo desenvolve atividades de pós-graduação, pesquisa, extensão, treinamento e consultoria.*

*Objetivos: formar competências nas áreas de jornalismo científico, divulgação científica e crítica da mídia; fornecer recursos humanos e instrumental para acompanhar as mudanças na mídia impressa e eletrônica; identificar problemas e propor soluções para o campo do jornalismo; relacionar ciência, vida cotidiana e sociedade; conscientizar os cientistas para a divulgação de suas pesquisas; discutir criticamente política científica e ciência brasileira.*



# VELHOS CAMINHOS, NOVAS NARRATIVAS

A ROTA PASSOS DOS JESUÍTAS-ANCHIETA:  
NATUREZA E SOCIEDADE NO LITORAL  
DE SÃO PAULO

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do NUDECRI  
Mônica Nascimento  
CRB 8º/7015

M339v MARIUZZO, Patricia. Velhos caminhos, novas narrativas. A rota Passos dos Jesuítas-Anchieta: natureza e sociedade no litoral de São Paulo/Patricia Mariuzzo. 1ª edição – Campinas, SP: Labjor/Unicamp; 2019. 246 p.; Formato e-book:PDF

ISBN 978-65-81040-01 - 7

1. Cultura e Turismo. 2. Religião. I. Título. II. Autor

CDD. 507

Elaboração da ficha catalográfica: Mônica Nascimento (Bibliotecária)

Tiragem: E-book (PDF / E-Pub)

Capa: Luisa Kanashiro Gebara

Registro do ISBN: Labjor/Unicamp

Revisão bibliográfica: Responsabilidade do autor

*Para Maria Clara, um bom caminho!*



## **Algumas palavras sobre este livro**

Para mim é uma grande satisfação prefaciar o livro: *Velhos caminhos, novas narrativas. A rota Passos dos Jesuítas-Anchieta: natureza e sociedade no litoral de São Paulo*, de Patricia Mariuzzo. Trata-se explorar diferentes interpretações de narrativas em torno da rota histórica do jesuíta José de Anchieta, no litoral do estado de São Paulo. Desta forma, o estudo conduzido pela pesquisadora ao longo do seu doutoramento no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas (Nepam Unicamp), destaca a significativa diferença de imaginários sobre um mesmo território. Por um lado, a versão do discurso oficial que tenta promover esta região costeira para o turismo nacional e internacional com uma narrativa histórica do heroísmo dos colonizadores. E, por outro lado, a versão das populações locais que se reconhecem pouco ou nada nessa história. Isso resulta em uma fratura de narrativas ou, como afirma a autora, em um deslocamento de pontos de vista que colocam em risco a proposta de desenvolvimento sustentável do turismo.

O trabalho de Patricia Mariuzzo não poderia ser mais atual. Em muitas partes do mundo, grandes projetos de desenvolvimento do turismo, de estradas, portos, de infraestrutura, envolvendo a intervenção em territórios habitados por comunidades têm sido feitos. Infelizmente, estas situações muitas vezes levam a tensões e conflitos sociais e lutas políticas que comprometem vidas humanas e os próprios projetos. Assim, a pesquisa apresentada neste trabalho representa a oportunidade de ver e reconhecer as complexas relações de interesses dos atores sociais em um território e, portanto, a possibilidade de projetar planos para o diálogo e a comunicação entre eles.

A importância do papel da pesquisa universitária é revelada neste livro porque não se trata de um tipo de apologia historiográfica ingênua da rota de caminhada do

Padre Anchieta, ao contrário, se aproveitam essas circunstâncias de conjuntura de interpretação histórica, para colocar em evidência tensões, lacunas de grupos de interesses sociais envolvidos. Assim, a pesquisa convida o leitor a repensar o desafio de novas formas de diálogo para a construção de estratégias inéditas para o desenvolvimento do turismo sustentável, onde a universidade deve ser um companheiro indispensável.

***Benjamin Ortiz Espejel***

*Engenheiro agrônomo (UAM-Xochimilco, mestre em Antropologia Social (CIESAS), doutor em Ecologia (INECOL). Fundador da Red de Etnoecología y Patrimonio Biocultural de Mexico (CONACyT).*



# Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 Um novo produto turístico.....</b>	<b>13</b>
1.1 Turismo e representações.....	19
<b>Capítulo 2 Descrição da área de estudo.....</b>	<b>25</b>
2.1. A Baixada Santista.....	28
2.2. O Litoral Norte.....	34
<b>Capítulo 3 Abordagens teóricas.....</b>	<b>39</b>
3.1. Discursos e narrativas.....	42
3.2. Patrimônios e identidades.....	49
3.3. Paisagens do litoral.....	57
3.3.1. Paisagem e a geografia cultural.....	61
3.4. História ambiental.....	65
<b>Capítulo 4 Criando um caminhante.....</b>	<b>73</b>
4.1. Contexto internacional.....	74
4.2. Contexto nacional.....	89
4.3. Caracterização da rota Anchieta.....	97
4.4. Perfil do turista.....	108
4.5. Pedras no caminho.....	111
<b>Capítulo 5 Caminhos (in) sustentáveis.....</b>	<b>125</b>
5.1. Os caminhos para criar um caminho.....	131
5.2. Um projeto de canonização.....	136
5.3. Religiosidade local.....	143
5.4. De um projeto de canonização para um projeto turístico.....	145

<b>Capítulo 6</b>	<b>Rumo ao paraíso?.....</b>	<b>163</b>
6.1.	O litoral paulista nos passos de Anchieta.....	163
6.2.	Um mundo dividido entre o bem e o mal.....	173
6.3.	Natureza domesticada.....	177
6.4.	A rota e seus pontos turísticos.....	189
6.5.	Chegando ao paraíso.....	207
	<b>Considerações finais.....</b>	<b>219</b>
	<b>Referências.....</b>	<b>225</b>

## Apresentação

A investigação apresentada neste livro decorre da minha trajetória como jornalista especializada em divulgação científica. Em 2006, como colaboradora da revista *Ciência e Cultura*, escrevi uma reportagem sobre a rota “Estrada Real” (MARIUZZO, 2006). Com mais de 1.600 quilômetros de extensão, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, o roteiro turístico foi idealizado pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (Sistema Fiemg) que criou o Instituto Estrada Real para gerenciar o projeto. Estradas reais eram o nome dado às vias criadas pela Coroa Portuguesa para acessar as reservas de ouro e diamantes de Minas Gerais no século XVIII. Por esses caminhos, os minerais preciosos chegavam até os portos de Paraty e Rio de Janeiro e de lá iam abastecer os cofres do então Reino de Portugal. No caso do roteiro turísticos mineiro, esses caminhos estariam sendo “recuperados para resgatar as tradições do percurso, valorizando a identidade e as belezas da região”.

É bom lembrar, entretanto, que no processo de ocupação do país pouco se preservou desses traçados originais. A grande maioria dos trechos originais da Estrada hoje são cortados por rodovias ou simplesmente não existem mais. Os discursos e ações de marketing desse produto turístico podem induzir as pessoas a acreditar que vão caminhar sob um leito de pedras, no meio da mata verdejante e não é bem assim. Em poucos trechos o turista vai, de fato, pisar nos famosos caminhos de pedra que cobrem distâncias de 10 a 15 quilômetros (SANTOS, 2001). Fragmentada e heterogênea, é impossível resgatar ou recuperar o que foi a Estrada Real, tanto em seu aspecto físico como em seus significados simbólicos. Entretanto, podemos tecer novos sentidos para ela, reconstruir a Estrada Real em outros caminhos, desdobrá-la em um roteiro turístico onde se misturam natureza, história, memória e identidade.

É na interseção entre turismo, história e natureza que surge meu interesse por esses projetos: iniciativas que transformam caminhos do cotidiano em estradas para caminhar pela história

do Brasil, que elegem memórias e patrimônios específicos, que recuperam personagens, que determinam intervenções concretas nas paisagens para criar novos produtos turísticos. Encontrei um espaço fértil para essas discussões no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam/Unicamp) onde, em 2010, iniciei um projeto de pesquisa que, em princípio contemplaria questões de memória e patrimônio na Estrada Real. Foram as pesquisas sobre projetos similares ao caso mineiro que me levaram à rota Passos dos Jesuítas-Anchieta, roteiro de caminhada e peregrinação no litoral do Estado de São Paulo, lançado em 2011 pela Secretaria de Turismo do governo paulista.

Inquietavam-me questões semelhantes àquelas que tinha pensado em relação à Estrada Real: como a história do Brasil, a natureza, memórias e identidades locais eram apropriadas em um roteiro turístico no litoral paulista, região tradicionalmente associada ao turismo de sol e praia? Quais seriam as motivações e as implicações desse novo produto turístico? Defini como objetivo principal da investigação compreender os mecanismos envolvidos na construção de um projeto turístico buscando identificar como se deu a incorporação da memória e da identidade locais em seu planejamento e que representações sobre natureza e cultura sobressaem nesses processos.

O recorte metodológico adotado para conduzir a pesquisa está relacionado à minha formação como historiadora e privilegia o corpo teórico da História Cultural, que considera a cultura como dimensão constitutiva do tecido social e entende que o historiador constrói uma leitura do passado marcada por subjetividade, a partir das interpretações contidas nos documentos-monumentos e assume a importância da narrativa na historicização dos acontecimentos.

## Capítulo 1

### Um novo produto turístico

Estamos no ano 813 ou talvez 820 do século IX. A presença muçulmana já havia se consolidado em quase toda a Península Ibérica. Mas na longínqua região da Galícia, governada por Afonso II, o Casto, pequenos reinos cristãos permaneceram resguardados, menos por sua capacidade de resistir do que pelas características do relevo que dificultavam o avanço mouro. Certa noite, um pastor de nome Pelayo viu uma forte luz no céu apontando para um ponto elevado do Bosque Libradón. Ao saber da história, o bispo daquela diocese, Teodomiro, ordenou que fosse feita a limpeza do local “indicado pela estrela”. Durante os trabalhos uma arca de mármore foi encontrada. Teodomiro, por revelação divina, anuncia que os restos ali encontrados pertenciam ao apóstolo Santiago que, de acordo com a tradição católica, foi um propagador do Cristianismo na Península Ibérica entre os anos 33 e 43 d.C., primeiro mártir da cristandade, decapitado em Jerusalém em 44 d.C. O bispo conta sobre o acontecido ao rei Afonso II e este caminha até o local, onde manda construir uma pequena capela. A presença do corpo do apóstolo na Galícia elevava a região ao *status* de grandes centros de peregrinação como Roma e Jerusalém e, mais importante, dotava a cristandade de uma figura capaz de unificar a todos na luta contra o inimigo comum: os árabes. Nascia o mito que originou as peregrinações para Santiago de Compostela (TORRE, FERNÁNDEZ&NARANJO, 2010, p. 17).

O Caminho de Santiago, na verdade um conjunto de rotas que se espalham por quase toda a Europa, e que tem como destino final a cidade de Santiago de Compostela, capital da Comunidade Autônoma da Galícia, é um dos produtos turísticos mais bem-sucedidos da atualidade, atraindo caminhantes e turistas de todo o planeta. O centro histórico da

cidade, onde se situa a Catedral, foi declarado Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1985.

O Brasil ocupa a posição 11<sup>a</sup> entre os países que mais enviam turistas para o Caminho (quase quatro mil em 2015). Espanha, Itália, Alemanha, Estados Unidos, Portugal, França, Reino Unido, Irlanda, Canadá e Coreia são os 10 países com maior número de turistas no Caminho de Santiago.

Em 1987, o Conselho da Europa reconheceu o roteiro espanhol como Primeiro Itinerário Cultural Europeu. Um dos objetivos do Conselho da Europa é promover um melhor conhecimento dos patrimônios culturais de cada povo, assim como provocar uma tomada de consciência dos bens comuns a fim de contribuir para o diálogo intercultural, para a compreensão mútua de ideias ligadas a determinadas vivências históricas e para a criação de um sentimento de pertença a uma identidade europeia. Um dos instrumentos utilizados pelo Conselho foi o reconhecimento dos Itinerários Culturais Europeus, uma marca de distinção que foi inaugurada justamente pelo Caminho de Santiago, em 1987. Dez anos mais tarde, foi criado o Instituto Europeu de Itinerários Culturais, dedicado a acompanhar os promotores dos itinerários escolhidos e contribuir para o reconhecimento de novos projetos. Hoje há cerca de 40 roteiros selecionados nesta categoria.

Alguns anos depois, no Ano Santo Compostelano de 1993 (o Ano Santo acontece nos anos em que a festa de Santiago - 25 de julho - cai em um domingo. O último Ano Santo aconteceu em 2010 e o próximo será em 2021), o Caminho Francês, rota com maior afluxo de peregrinos, foi declarado Patrimônio da Humanidade. Existem nove rotas que levam a Santiago de Compostela: Caminho Francês, Caminho de Finisterra – Muxía, Caminho do Sudeste-Via da Prata, Caminho Português, Caminho Inglês, Caminho Primitivo, Caminho del Norte, Rota do Mar de Arousa e Río Ulla e Caminho de Inverno.

Uma tradição entre os peregrinos, quando cruzam uns com os outros ao longo do trajeto, é dizer *Ultreia!* A saudação significa ir adiante, caminhar além, ir avante com entusiasmo. Assim como seus peregrinos, enquanto projeto turístico, o Caminho de Santiago, também seguiu adiante, transbordando as fronteiras da Europa.

A replicação desse modelo de sucesso resultou em dezenas de “caminhos de santiago” em todo o mundo e também no Brasil, fenômeno que reflete uma das características do setor turístico nos últimos anos, a diversificação da oferta, fruto das variações do gosto da demanda e de modificações nos hábitos de viagem, especialmente das classes média e alta.

No Brasil, um destino fortemente associado ao turismo de sol e praia, assistimos a um crescimento do consumo da “natureza”, cultura e religiosidade em suas formas recreativas e turísticas. Um consumo que se consolida pela valorização do patrimônio arquitetônico, natural e de aspectos como autenticidade, identidade cultural e usos do passado. Como explicam a pesquisadora da Universidade de Córdoba, Maria Genoveva de la Torre (e colaboradores), um suposto esgotamento dos destinos de sol e praia se manifesta tanto pela descoberta e oferta de “novas praias exclusivas”, como por um redescobrimto turístico de cidades históricas e/ou territórios que possam aportar novos valores (TORRE, FERNÁNDEZ, NARANJO, 2010, p. 11). O programa que resultou na criação da rota Passos dos Jesuítas busca exatamente isso, o descobrimento de novos valores em um território conhecido.

*Sábado, dia 01 de setembro, descemos para Ubatuba, Litoral Norte do Estado de São Paulo e começamos nossa caminhada na Praia da Lagoinha, onde tínhamos parado anteriormente. O dia estava claro e aberto, a temperatura estava ideal, perfeito para encarar os 40 km da etapa final da nossa caminhada seguindo o projeto*

*Passos dos Jesuítas - Anchieta. Após a longa e exaustiva caminhada, chegamos ao 20º pântano na praia do Cruzeiro em Ubatuba. Já era noite e até a lua cheia nos presenteou com seu brilho avermelhado no final da nossa jornada de 370 km caminhados na rota principal. Caminhar de Peruíbe a Ubatuba, foi diferente de tudo que fiz até hoje. (Blog Ação Natural Trilheiros, 2014).*

Discorrendo sobre a relação entre caminhada e o ato narrativo, o escritor britânico Merlin Coverley (2014) argumenta que caminhar, um ato aparentemente simples, tem um grau de significação cultural surpreendente. Por que? Porque além de ser um meio de chegar a algum lugar, na medida em que essa forma de deslocamento perde espaço para outros meios de transporte, o caminhar ganha outras designações menos óbvias, por exemplo, a capacidade de moldar narrativas sobre o mundo. “O ato de caminhar está intimamente ligado às histórias que esta atividade inevitavelmente gera” (COVERLEY, 2014: p. 47).

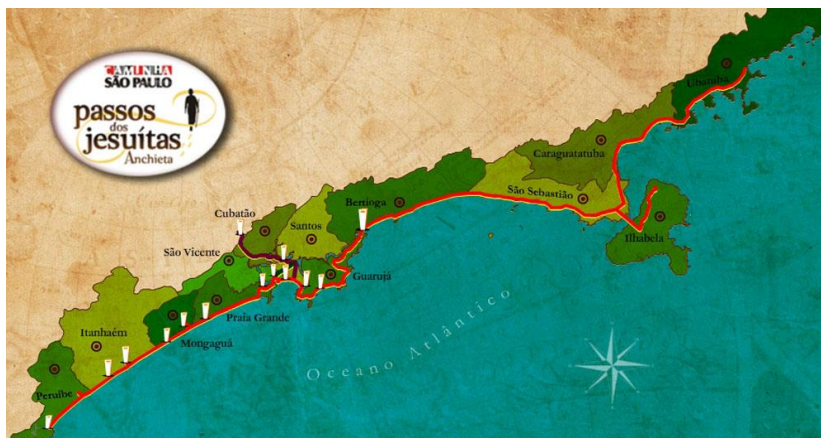
No depoimento que destacamos acima, a pessoa que caminhou 370 quilômetros entre as cidades de Peruíbe e Ubatuba, construiu, a partir dessa experiência, uma narrativa sobre o litoral. Neste trabalho definimos narrativa como uma forma literária que serve para dar sentido à uma realidade cronológica, densa e desordenada (CRONON, 2002). No entanto, essa história que o turista “inventa” é arquitetada em diálogo com outras representações, em uma relação de troca com a paisagem e com os discursos com os quais ele teve contato, ou seja, uma nova narrativa é estabelecida a partir de outras. Ao iniciar a caminhada, portanto, o turista pousa os pés no chão e a mente em uma narrativa. É desse cruzamento que novas construções narrativas irão surgir.

Não foi nosso objetivo realizar uma análise aprofundada das narrativas criadas pelos turistas. A proposta foi entender o que acreditamos ser um tipo de ponto de



partida: a narrativa criada pela Secretaria do Turismo do Estado de São Paulo (Setur) que é oferecida ao turista.

Em setembro de 2011, a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo (Setur) lançou a rota Passos dos Jesuítas – Anchieta: “um caminho de contemplação, história e fé”. Inspirada do Caminho de Santiago, este produto turístico é um roteiro de caminhada e peregrinação para ser percorrido a pé ou de bicicleta, que se estende por 370 quilômetros, ao longo de 13 cidades do litoral paulista: Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Santos, Guarujá, Bertioga, Cubatão, São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba.



*Imagem ilustrativa da rota Passos dos Jesuítas-Anchieta. Fonte: Setur.*

Baseado “nas andanças jesuíticas no Estado de São Paulo, a partir do século XVI”, o roteiro turístico propõe “a redescoberta das riquezas naturais, históricas, culturais, religiosas e monumentais de cidades do litoral paulista” (SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, Caminha São Paulo, s/d).

Passos dos Jesuítas é a primeira rota do Caminha São Paulo, um programa da Setur que implantou quatro roteiros de caminhada e peregrinação cujos trajetos foram

(supostamente) baseados nos caminhos utilizados por personagens como o padre jesuíta José de Anchieta, o Frei Galvão e o bandeirante Fernão Dias. São eles: a Rota Passos dos Jesuítas Anchieta, nosso objeto de estudo, a Rota Franciscana, a Rota dos Bandeirantes e a Rota da Luz SP. No formato idealizado pela Setur, todas as rotas podem ser percorridas sem a contratação de guias especializados, os caminhantes contam com uma infraestrutura que inclui placas de sinalização, portais na internet, opções de hospedagem e alimentação, monitoramento eletrônico e um certificado de conclusão dos roteiros. A seguir fazemos uma pequena descrição dessas rotas.



A Rota Franciscana Frei Galvão cruza 31 municípios do Estado, nas regiões do Vale do Paraíba e Alto Tietê, percorrendo majoritariamente estradas de terra em ambientes rurais. Ao todo são mais de 800 quilômetros de extensão distribuídos em cinco caminhos (rota da alegria, do conhecimento, da esperança, do equilíbrio e da sabedoria) que compõem a rota. O trajeto, de acordo com a Setur, passa por lugares que marcaram a vida de Frei Galvão (1739 - 1822), o primeiro santo brasileiro, canonizado pelo papa Bento XVI durante sua visita ao Brasil, em 2007, e que está enterrado na cidade de São Paulo, ponto final desta rota.



A Rota Bandeirante Fernão Dias foi o terceiro caminho implantado pela Setur dentro do programa Caminha São Paulo. O roteiro turístico inclui 12 municípios do circuito “Entre Serras e Águas” que, supostamente, foram

influenciados pelas expedições lideradas pelos bandeirantes que desbravavam novos caminhos pelo interior, em busca de minérios e pedras preciosas ao longo do século XVII.



O último roteiro de caminhada e peregrinação implantado pela Setur foi a Rota da Luz SP, em abril de 2016. O trajeto foi concebido, segundo a Setur, para atender um pedido das comunidades locais para garantir o bem-estar e a segurança dos caminhantes e peregrinos que iam a pé para a Basílica de Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Aparecida do Norte, no Vale do Paraíba, e que realizavam a peregrinação usando o acostamento da Rodovia Dutra. O traçado é formado por estradas secundárias, somando 201 quilômetros que passam por nove municípios, saindo de Mogi das Cruzes, Região Metropolitana de São Paulo, com destino à Aparecida do Norte. Essa rota apresenta algumas características diferentes, em relação às anteriormente criadas pela Setur. Foi adotado o passaporte tradicional para ser carimbado em pontos específicos do trajeto e, além do certificado que o caminhante obtém via portal na internet, uma parceria com a Diocese da Basílica de Aparecida do Norte permite que o peregrino obtenha um comprovante de que percorreu a rota diretamente no Santuário. No entanto, para manter o caráter inovador pretendido no programa com um todo, o aplicativo para celular foi mantido e foi adicionado um tipo de botão do pânico que pode ser acionado para que os gestores localizem o caminhante em qualquer ponto da rota.

### **1.1. Turismo e representações**

Como um produto cultural da indústria patrimonial inserido no mercado, o turismo desempenha um papel

importante, muitas vezes fundamental, na economia e geração de renda de países, estados e municípios (CHOAY, 2006, p. 226). Entretanto, a criação, estruturação e gestão de um projeto turístico engendram reflexões sobre as transformações em aspectos socioeconômicos e culturais de determinado local, podendo fazer das comunidades agentes ou sujeitos dessas transformações (ALFONSO, 2012, p. 311).

Nesse sentido, o turismo tem o potencial de desvelar relações sociais e o homem e seu meio. Investigar a criação, estruturação e gestão de rotas turísticas que se alinham ao segmento do ecoturismo e que, por isso, dedicam uma atenção diferenciada aos recursos naturais, possibilita reflexões a respeito das visões que se tem a respeito desses recursos, como eles são apropriados e que imaginários são criados a partir dessas apropriações. Do mesmo modo, projetos turísticos, acionam patrimônios e memórias, inventam vocações e identidades. Como afirmam os historiadores Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2007), nesse sentido, para além da sua materialidade, suscitam representações. A partir do momento em que são preservados, visitados, os lugares transformam-se em teatros de memórias que as pessoas recoletam e representam com eles (SMITH, 2011, p. 60). Representações que expressam visões sobre o mundo, que hierarquizam esses mesmos lugares, que apagam memórias indesejadas. Sendo assim, investigar o processo de criação e os usos das paisagens e do patrimônio na rota Passos dos Jesuítas Anchieta pode nos ajudar a desvendar visões sobre o mundo.

Enquanto rituais, tanto as peregrinações quanto o turismo são 'bons para pensar e para agir'. São eventos que adquirem um status que os projeta para além dos limites de um campo especializado, permitindo, por meio deles, que se aprofundem questões fundamentais e contemporâneas que dizem respeito às relações sociais e à vida dos indivíduos na modernidade (STEIL&CARNEIRO, 2008, p.112).

Em seus discursos e narrativas, esses projetos expõem visões específicas sobre determinadas memórias. Como afirma Michel Foucault (2012), a despeito de terem uma existência transitória, a duração e os efeitos dos discursos fogem ao nosso controle porque: “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com poder” (FOUCAULT, 2012, p. 9). No caso da rota turística Passos dos Jesuítas Anchieta, os discursos oficiais, ou seja, aqueles pronunciados pela Secretaria de Turismo, tornam-se realidade material, criando novas vocações turísticas para os municípios do litoral paulista.

Em 2010, por exemplo, a Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo (SELT) publicou, em parceria com o Ministério do Turismo, o caderno *Praias paulistas*, buscando associar o estado, fortemente lembrado como destino turístico de negócios, ao turismo de sol e praia: “Se você não associa o Estado de São Paulo ao turismo de Sol e Praia, com centenas de praias urbanas e selvagens, você nunca ouviu falar das estâncias balneárias paulistas” (FC&VB-SP; SECRETARIA DE LAZER, ESPORTES E TURISMO; MTur, 2010). No portal do governo do Estado de São Paulo encontramos a seguinte descrição:

São Paulo não nega a mania pelo trabalho e a vocação para negócios. (...). Mas o Estado paulista não é só isso. (...). banhado pelo Atlântico, o litoral paulista tem 622 quilômetros pontilhados por praias dos mais diversos tipos e tamanhos. No Litoral Norte as praias se espalham em torno de municípios como Bertioga, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba, e em ilhas como a Ilhabela, paraíso de surfistas e velejadores. No litoral sul, em torno das cidades de Iguape e Cananeia, onde também estão preservadas algumas áreas naturais mais importantes do planeta, como a Estação Ecológica Jureia-Itatins e a Ilha do Cardoso, no Logamar – Complexo Turístico Lagunar de Iguape, Cananeia, Antonina e Paranaguá (SÃO PAULO, Portal do Governo do Estado de São Paulo, s/d).

Com esses dois exemplos buscamos mostrar que esses discursos oficiais têm a intenção de criar uma vocação turística para um conjunto de municípios do Estado de São Paulo ligada às suas praias. Esta vocação passa a ser uma espécie de carimbo para esses municípios (CARVALHO, 2010, p. 21). Estas vocações, no entanto, não são estáveis. Elas se modificam de acordo com novos contextos políticos, segundo os interesses de cada trama momentânea. A criação da rota Passos dos Jesuítas Anchieta é um exemplo de como essas vocações podem ser fluídas.

A análise desses discursos oficiais nos mostra que, se até 2011, as cidades do litoral de São Paulo como destino turístico eram associadas exclusivamente às suas praias, novas configurações organizacionais do governo resultam na elaboração novas construções narrativas sobre essas cidades. Ao tomar como modelo o caminho de Santiago de Compostela para criar a rota Passos dos Jesuítas Anchieta, percebemos que o governo paulista sugere novas vocações turísticas para o litoral. Um dos efeitos dos discursos que permeiam essas narrativas é fixar um sentido e um destino quando se caminha no litoral: “sempre para o norte”. Essa construção narrativa envolve também visões específicas sobre cultura e natureza.

Rumo ao norte, num total de 370 quilômetros de contato com a natureza e com heranças arquitetônicas centenárias de acontecimentos que remontam à colonização, você terá a oportunidade de seguir os passos dos jesuítas por terras paulistas, durante suas expedições de ensinamentos e povoamento do Estado (SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, 2011, p. 03).

Então perguntamos: o que os discursos oficiais presentes na criação e implantação desse projeto turístico evidenciam e o que silenciam? Por que para o norte? Acreditamos que esses discursos oficiais estão carregados de significados que vão além do sentido indicado nas placas amarelas de sinalização ao longo da rota. A escolha do padre jesuíta José de Anchieta como a figura inspiradora desse

roteiro foi outro elemento que nos ajudou a refletir sobre esses discursos e sentidos. Quais seriam as motivações para essa escolha da Secretaria de Turismo? Como e por que a história de José de Anchieta serviu na idealização desse produto turístico? Foram esses questionamentos que inspiraram a pesquisa.

Ao explorar esses questionamentos, tentamos mostrar como os discursos produzidos em projetos turísticos são reveladores das relações do homem com a natureza e com a memória. Ancorado no discurso de um turismo supostamente sustentável, que deveria levar desenvolvimento para as cidades envolvidas, esse projeto mobiliza memórias específicas, enquanto mantém outras ocultas. Partimos da premissa de que os processos de desenvolvimento devem ser sustentáveis não somente em termos de resultados econômicos, mas também em seus aspectos sociais, culturais, ambientais e políticos, ou seja, a sociedade deve participar da definição do que é desenvolvimento (GUIMARÃES&FEICHAS, 2009: p. 310). Por isso é importante questionar como se deu a participação das comunidades na criação e implantação desse projeto turístico.

Finalmente, compartilhamos da ideia de uma ciência que seja informativa, no sentido de contribuir para o debate político e social, uma ciência que possibilite afastar preconceitos e valorizar as singularidades, ou seja uma ciência emancipadora. Nesse sentido, a pesquisa científica também tem o papel de colaborar para superação de visões monoculturais, fortalecendo o reconhecimento de outras memórias, isto é, construindo narrativas multivocais (SILBERMAN, 2016, p. 49). A análise de discursos oficiais do turismo é geradora de reflexões que podem subsidiar a tomada de decisões do setor público e privado, apoiando a definição e o acompanhamento de políticas públicas e investimentos do setor no sentido de incorporar diferentes atores e memórias, que resultem em narrativas e projetos mais plurais e, sendo assim, mais democráticos.





## Capítulo 2

### Descrição da área de estudo

A zona costeira paulista, local escolhido para implantar a rota de caminhada Passos dos Jesuítas–Anchieta, é uma estreita faixa de terra espremida entre o mar e a declividade acentuada da Serra do Mar. O trecho por onde passa a trilha Passos dos Jesuítas está no domínio do bioma Mata Atlântica, em um dos seus trechos contínuos mais conservados no território brasileiro. A Mata Atlântica é um dos *hotspots* mundiais de biodiversidade (MYERS et al., 2000), isto é, bioma com excepcional concentração de espécies endêmicas, sob alta pressão e com altos índices de perda do habitat.

Este bioma fornece diversos serviços ambientais de fundamental importância para comunidades tanto no nível local quanto no nível global. Entre eles está a regulação do fluxo de mananciais, o controle do equilíbrio climático, proteção das encostas e serras, além de “de preservar um patrimônio histórico e cultural, serviços ambientais vitais para a população que vive nessas áreas. Um estudo feito pelo Ministério do Meio Ambiente sobre os deslizamentos de terra que aconteceram na Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011 mostrou que as regiões que sofreram maior impacto das chuvas foram aquelas que tinham menor cobertura vegetal. Esse exemplo mostra a importância dos serviços prestados pela floresta, nesse caso, a Mata Atlântica, na proteção de serras e encostas (GUEDES, 2011).

Formada por um conjunto de formações que inclui manguezais, campos e restingas, a Mata Atlântica é um dos biomas mais ameaçados no Brasil. Atualmente restam apenas 7,6% de sua extensão original em fragmentos acima de 100 hectares, considerados representativos para a conservação (MORELLATO, HADDAD, 2000).



Zona costeira paulista, domínio da Mata Atlântica. Elaboração: Patricia Mariuzzo

A região é composta por 16 municípios, agrupados em três regiões: Litoral Sul, Baixada Santista e Litoral Norte. Segundo o pesquisador do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepe), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Roberto Luiz do Carmo, a divisão dos municípios litorâneos em três regiões foi institucionalizada em 1996, com a criação da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). Essas regiões são: Litoral Norte–Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela–, Região Metropolitana da Baixada Santista–Bertioga, Guarujá, Santos, Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe–e Litoral Sul–Iguape, Ilha Comprida e Cananéia (CARMO, 2012, p. 19).

Segundo Carmo (2012), nas últimas décadas do século XX, a zona costeira Estado de São Paulo assistiu a intensas transformações, com ampliação da ocupação urbana e diversificação dos setores da economia. Não é possível afirmar que o turismo, a atividade industrial ou a agricultura

tenham, isoladamente, um peso determinante na economia do conjunto de municípios do litoral paulista. As atividades econômicas, bem como os processos demográficos, variam significativamente conforme as características de cada região (CARMO, 2012, p. 8).

A região possui uma planta industrial crescente, não mais limitada ao Polo Industrial de Cubatão, mas de um lado, o turismo de veraneio em busca das praias ainda predomina, e de outro, a agricultura é incipiente e restrita a localidades no Litoral Sul. Ao longo da primeira década do século XXI, a economia regional se dinamizou mais fortemente em torno da questão energética, com a instalação de infraestruturas para a exploração de petróleo e gás nas reservas do pré-sal. Algumas consequências dessa dinâmica já são verificadas, como reaquecimento do mercado imobiliário em Santos, na retomada de construções verticais com oferta de maior número de unidades, e em Caraguatatuba, com a construção da Unidade de Tratamento de Caraguatatuba (UTGCA) e ascensão da porcentagem da participação industrial na economia municipal. Tais processos possuem rebatimentos na questão ambiental, em uma área de especial interesse no que concerne aos seus ecossistemas (idem, p. 8).

Com exceção de Cubatão, único município litorâneo da Baixada Santista que não possui praia, todas essas cidades são classificadas como estâncias balneárias por cumprirem determinados pré-requisitos definidos por Lei Estadual: condições de lazer e recreação, recursos naturais e culturais específicos, infraestrutura e serviços dimensionados à atividade turística relacionada ao turismo de sol e praia, isto é, as atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias.

A rota Passos dos Jesuítas-Anchieta tem início na cidade de Peruíbe, Baixada Santista, e se estende por 370 quilômetros até Ubatuba, no Litoral Norte do Estado de São Paulo. O turista que percorrer a rota completa vai passar por outros 11 municípios: Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande,



Atlântica, com estuários, enseadas, brejos, dunas, praias, costões rochosos, formas insulares e áreas de restinga ainda preservadas. Originalmente, a Mata Atlântica era uma das maiores áreas de floresta tropical das Américas, cobrindo a maior parte do litoral brasileiro, com uma área de aproximadamente 1,5 milhões km<sup>2</sup>. No entanto, a história e a vida econômica brasileiras estão fortemente relacionadas com o domínio desse bioma, onde se concentra 70% da população total e 80% do valor da produção industrial e de serviços do país. Como consequência, a Mata Atlântica é hoje restrita a apenas 12% de sua área original (DEAN, 1995; SEIXAS et al., 2011, p. 04).

No Complexo Estuarino de Santos e São Vicente estão concentradas as maiores áreas de manguezal litorâneo paulista. E também as grandes áreas urbanas de Santos, São Vicente, Cubatão e parte do Guarujá, além do Porto de Santos, historicamente o principal vetor do processo de urbanização da região, e do complexo industrial de Cubatão (SÃO PAULO, SMA, 2013, p. 13).

Por conta da vulnerabilidade desses ecossistemas, 40% do território da região é protegido em Unidades de Conservação (UCs), gerenciadas pela Fundação Florestal, ligada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, e pelo Instituto Chico Mendes, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Também há áreas de proteção gerenciadas por prefeituras, além de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) (SÃO PAULO, SPDR, 2012, p. 9).

Nos trechos próximos à serra e em suas escarpas, possui áreas remanescentes da Mata Atlântica que foram declaradas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Reserva da Biosfera. O programa *O Homem e a Biosfera* (MAB) enfatiza a proteção do patrimônio natural por meio de um conceito dinâmico de patrimônio. Foram estabelecidas reservas da biosfera voltadas à conservação da biodiversidade, à promoção do desenvolvimento sustentável e à manutenção de

valores culturais associados ao uso de recursos biológicos. O Brasil possui seis reservas em seu território: Mata Atlântica, Cinturão Verde de São Paulo, Cerrado, Pantanal, Caatinga e Amazônia central (Bo, 2003, p. 92). Bertioga é o município que possui a maior parcela de Mata Atlântica em seu território. A região possui 65 quilômetros de extensão litorânea, cerca de 122 praias e é composta por duas grandes unidades morfológicas: escarpas da Serra do Mar e planície litorânea ou costeira. Desse modo, as cidades ficam limitadas, de um lado, pela Serra do Mar e, do outro, pelo Oceano Atlântico (SÃO PAULO, SPDR, 2011, p. 9 e ZUNDT, 2002, p. 309).



*Vista de São Vicente, uma das cidades mais urbanizadas da Baixada Santista. Foto: Patricia Mariuzzo.*

Até recentemente, o Porto de Santos, o turismo de veraneio e a indústria do polo de Cubatão marcaram a estrutura econômica, a cultura, a urbanização e a paisagem regionais (SÃO PAULO, SPDR, 2011, p. 13). De acordo com o pesquisador Carlos Zundt, do Nepo/Unicamp, a região

apresenta alta complexidade porque “reúne vocações aparentemente díspares, como os complexos portuário e industrial de grande porte e a vocação turística, que se mesclam a reservas ambientais e áreas de proteção legal” (ZUNDT, 2006, p. 306). Sua população fixa gira em torno de 1,6 milhões de habitantes (CARMO, 2012, p. 19), número que pode triplicar nos períodos de alta temporada, impondo altos níveis de exigência de infraestrutura urbana e ambiental.

Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá têm a economia baseada nas atividades portuárias, concentrando atividades industriais, comerciais e de serviços. O turismo não é a principal atividade econômica. Os demais municípios dedicam-se principalmente ao turismo de veraneio (SÃO PAULO, SPDR, 2011, p. 57).

Trata-se de uma mancha urbana contínua, com alto grau de conurbação entre os nove municípios. Conforme explica Zundt, o crescimento dos municípios da região ocorreu a partir das cidades mais centrais, especialmente Santos e São Vicente, avançando para os municípios vizinhos. O processo de conurbação está associado, em um primeiro momento, à implementação de grandes infraestruturas e indústrias na região e, mais recentemente, ao *boom* imobiliário gerado pelo turismo de sol de praia, além das sucessivas ampliações do porto ocorridas no século XX (ZUNDT, 2006, p. 316).

O crescimento da RMBS aconteceu, em paralelo e também em consequência do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo e do Brasil, por meio da oferta de serviços portuários, de energia, turismo e lazer e posteriormente de bens da indústria de base de Cubatão (SÃO PAULO, SPDR, 2011, p. 12). Entretanto, conforme argumenta Zundt, o intenso processo de urbanização que resultou desse crescimento, não aconteceu de forma planejada e ordenada:

Em seu processo histórico de desenvolvimento, em função da densa e específica cobertura vegetal, a ocupação de áreas para uso urbano, ou para outras atividades, invariavelmente causaram danos ambientais que, suportados pela grande extensão e diversidade no passado, atualmente geram sérias ameaças ao saneamento público e transtornos ao desenvolvimento econômico, no que diz respeito aos aspectos de degradação dos corpos d'água, segurança, saúde pública, defesa civil, balneabilidade de praias, diminuição da quantidade e qualidade das águas disponíveis na região, degradação de mangues, entre outros (ZUNDT, 2006, p. 316).

Entre as obras de infraestrutura que aceleraram a urbanização da região, destaca-se a instalação de vias de acesso, especialmente a partir da década de 1970. A construção da primeira pista da Rodovia Imigrantes (SP160), em 1976, facilitou o deslocamento entre São Paulo (capital) e o litoral, provocando um *boom* imobiliário a partir da demanda turística, com fortes rebatimentos na paisagem, intensa ocupação da orla na forma de construções verticalizadas, e danos ambientais pelo desmatamento de grandes áreas para construção de casas de segunda residência, primeiramente para a elite paulistana e em um segundo momento para a classe média. De acordo com Zundt, esse processo só foi interrompido na década de 1990, com o Decreto Federal nº 750 que estabeleceu medidas para controlar a supressão da Mata Atlântica. Ainda hoje esse é o instrumento legal responsável pela manutenção de grande parte da vegetação preservada na Baixada Santista (idem, p. 318).

Na paisagem próxima à orla, predomina uma ocupação verticalizada, voltada para o veranismo e para moradia da população com maior renda. As áreas internas apresentam um padrão menos verticalizado e de menor renda; conforme nos



afastamos do oceano, esse padrão se aprofunda, com residências para a população de baixa renda nas partes mais interiores. Conforme aponta Zundt, a cidade de Peruíbe é uma exceção em relação a esse padrão de ocupação habitacional, porque o Plano Diretor do município proíbe construções verticais próximas à linha da costa. Por isso surgiram muitos loteamentos com casas térreas e assobradadas. Com 62% de seu território reservado em áreas de proteção ambiental e sem ser banhado pelo mar, Cubatão é outra exceção: a existência do polo industrial e de processos de ocupação irregular resultantes da construção das grandes infraestruturas de acesso, de energia e produção, apresenta várias e problemáticas urbanizações do ponto de vista ambiental (idem, p. 320-321).

As ocupações em áreas impróprias, tanto para uso habitacional como para atividades industriais, são responsáveis por uma parcela significativa dos problemas ambientais na Baixada Santista atualmente. Observa-se alto nível de comprometimento dos corpos d'água, tanto pelo lançamento de efluentes como de resíduos sólidos. Problemas que têm forte reflexo nos recursos turísticos. A redução da balneabilidade das praias é comum a todos os municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Nos últimos anos, um novo ciclo econômico vem se estruturando na região, baseado na exploração de petróleo e gás e, futuramente, da extração de petróleo em camadas profundas da Bacia de Santos. Essas atividades certamente trarão fortes impactos e desafios para a Baixada Santista no sentido de atender as exigências colocadas por essa nova atividade em termos de mão-de-obra e infraestrutura urbana (como transporte e fornecimento de energia, água e serviços de saneamento), sem comprometer o meio ambiente e a atividade turística. De acordo com Carmo, já há reflexos desse novo ciclo econômico na cidade de Santos, onde tem surgido, nos últimos anos, empreendimentos imobiliários, com edificações de mais de 30 pavimentos, o que, até

recentemente, não existia nesse município. A isso se relaciona o recente movimento de migração para a região, cujo fator de atração é exatamente a construção civil (CARMO, 2012, p. 19-34).

## 2.2 O Litoral Norte



*Vista de Caraguatatuba da Serra do Mar. Nos últimos anos, atividades ligadas à indústria de petróleo e gás têm adquirido um peso maior na dinâmica econômica da cidade. Foto: Setur.*

O Litoral Norte do Estado de São Paulo abriga uma população de 281.778 habitantes (IBGE, 2011), distribuídos em seus quatro municípios – Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba – em uma área total de 1.947,70 km<sup>2</sup>. A cobertura vegetal original ainda persiste em 84% da área dos municípios de Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba (SOS Mata Atlântica; INPE, 2009), enquanto que em Caraguatatuba, o mais populoso, esta porcentagem cai para 74% (SEIXAS et al, 2011, p. 04).

Em termos de organização territorial e administrativa, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela fazem parte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte (RMVPLN). Criada em 2012, o objetivo deste ente político é viabilizar o desenvolvimento regional e a expansão da urbanização em sua tendência à metropolização. Uma de suas primeiras iniciativas nesse sentido foi a ampliação do eixo rodoviário com a duplicação da Rodovia Tamoios (SP-099), visando a demanda do fluxo de cargas do polo gás/petróleo (MARANDOLA, 2013: 37).

Ao contrário da Baixada Santista, no Litoral Norte do Estado de São Paulo a Serra do Mar aproxima-se muito da orla, definindo um litoral com inúmeras praias pouco extensas. Somente em Ubatuba, contam-se mais de 90, “alojadas em pequenas planícies sedimentares, separados por costeiras, e ainda uma infinidade de baías, angras, sacos, enseadas, restingas, mangues entre muitas ilhas e a Mata Atlântica” (LUCHIARI, 1997, p. 53). Como lembra Marandola, algumas localidades do Litoral Norte paulista recebem o nome de litoral afogado, por terem o mergulho direto da Serra do Mar no oceano. A região apresenta uma reduzida extensão de planície costeira, sendo a maior parte na cidade de Caraguatatuba (MARANDOLA JR., 2013, p. 41). Essas características compõe uma paisagem com características peculiares, com terrenos mais acidentados e heterogêneos em relação à Baixada Santista.

No estado de São Paulo existem 15% de remanescentes florestais da Mata Atlântica e, desse total, 80% estão localizados no Litoral Norte do Estado (SOS MATA ATLÂNTICA; INPE, 2009). A região abriga o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). Criado em 1977, na época da construção da Rodovia Rio-Santos (BR 101), que abriu o litoral ao desenvolvimento do turismo, o Parque é administrado pela Fundação Florestal, instituição vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Possui mais de três mil quilômetros quadrados; somente em Ubatuba, o PESM

ocupa 80% do território municipal. O Litoral Norte conta também com o Parque Estadual de Ilhabela e Parque Estadual da Ilha Anchieta.

A despeito da ocupação dessa porção do litoral paulista datar do período colonial, ela ficou relativamente isolada, criando condições para a preservação de seus recursos naturais. Conforme argumenta Luchiari, entre as décadas de 1950 e 1970, ela foi redescoberta pela atividade turística, mas, devido à falta de infraestrutura e urbanização de rodovias, o acesso era restrito a uma pequena parcela da população, que se concentrava nas sedes dos municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião. Entretanto, dos anos oitenta em diante, com pavimentação da Rodovia Rio-Santos, a atividade turística (caracterizada pelas segundas residências) passou a modelar a paisagem e acelerar o processo de urbanização e de especulação imobiliária no Litoral Norte. “Desta vez não foi um produto monocultor para a exportação o responsável pela integração de sua economia ao mercado, mas o próprio espaço litorâneo – enquanto recurso paisagístico – é que se transformou no maior ‘produto’ econômico da região” (LUCHIARI, 1997, p. 54-57). O tombamento da Serra do Mar pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), na década de 1980, representa a institucionalização dessa visão: da natureza como um produto a ser apropriado pela atividade turística (SCIFONI, 2008, p. 129).

Portanto, o veraneio foi um importante vetor do processo de urbanização do Litoral Norte, produzindo uma mancha urbana dispersa e descontínua, sem obedecer a tendência do fenômeno urbano de aglomeração em torno de um centro. Conforme explica a geógrafa Simone Scifoni, da Universidade de São Paulo (USP), a urbanização caracterizou-se por parcelamentos de terra, loteamentos ou condomínios, espalhados em bairros isolados orientados pela sucessão de praias (idem, p. 130).

Assim, enquanto na Baixada Santista observamos intensa conurbação entre os municípios desde o início do processo de urbanização, no Litoral Norte, ao longo da história, as particularidades do relevo fizeram com que surgissem pequenos núcleos, relativamente isolados uns dos outros, com alguma ligação com os centros das cidades. Essa característica é perceptível na caminhada proposta pela rota Passos dos Jesuítas que, em sua porção mais ao norte, demanda percorrer longos trechos na rodovia Rio-Santos (BR101) para chegar de um bairro a outro.

Entretanto, cabe salientar que essa é uma característica que deve mudar em um futuro breve. Como argumenta Marandola, o processo de metropolização consolidado na região desenha uma tendência de intensificação da conurbação, já existente entre São Sebastião, Caraguatatuba e Ilhabela, e que vai atingir Ubatuba (MARANDOLA JR., 2013, p. 52). Mais recentemente, o desenvolvimento da área petrolífera, com a implantação da Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato de Caraguatatuba (UTGCA), em 2011, e a ampliação do Porto de São Sebastião (Tebar), são fatores que estão transformando a região, atraindo migrantes e deslocando o perfil econômico baseado no turismo para o setor industrial e de serviços, especialmente nessas duas cidades.



## Capítulo 3

### Abordagens teóricas

Em 2010, a (então) Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo (SELT), em parceria com o Ministério do Turismo e com o a Federação de Convention & Visitors Bureaux do Estado de São Paulo, publicou o livro *Praias paulistas: São Paulo - Brasil*. Na apresentação dessa publicação lemos: “Se você não associa o Estado de São Paulo ao turismo de sol e praia, com centenas de praias urbanas e selvagens, você nunca ouviu falar das estâncias balneárias paulistas” (FC&VB-SP; SECRETARIA DE LAZER, ESPORTES E TURISMO; MTur, 2010). No estado de São Paulo, 15 municípios são classificados como estâncias balneárias por cumprirem certos requisitos definidos por Lei Estadual, quais sejam: condições de lazer e recreação, recursos naturais e culturais específicos, infraestrutura e serviços dimensionados à atividade turística. São eles: Cananeia, Ilha Comprida, Iguape, Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Santos, Guarujá, Bertioga, São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba (FC&VB-SP; SECRETARIA DE LAZER, ESPORTES E TURISMO; MTur, 2010).

O estado de São Paulo São Paulo é o principal destino para viagens de negócios no país. Segundo a União Brasileira dos Promotores de Feiras (UBRAFE), a região Sudeste concentra em média metade das feiras e congressos de negócios no Brasil e a cidade de São Paulo é a que mais recebe esse tipo de evento. Em 2015, das 2.222 feiras que o país recebeu, 1.074 aconteceram na capital paulista. De acordo com o Estudo da Demanda Turística Internacional, executado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), São Paulo ficou com 47,6% do fluxo de estrangeiros que visitaram o Brasil a negócios ou para participar de eventos

e convenções. Na publicação *Praias paulistas* temos um perfil dessas estâncias com informações sobre a rede hoteleira, principais festas tradicionais e pontos turísticos. O intuito era divulgar o estado de São Paulo, fortemente lembrado como destino turístico de negócios, como um destino para o turismo de sol e praia.

Ao destacar as praias como principal atrativo turístico das 15 cidades listadas na publicação, o discurso oficial cria uma vocação turística para esses municípios (CARVALHO, 2011, p. 21). Essas vocações podem ser construídas pelo poder econômico e político, que cria naturezas artificiais e mobiliza uma autenticidade histórica reinventada: “não importa se a função social de determinadas formas e práticas não é a mesma: o turismo reinventa e cria novas funções, recupera antigas práticas e bens culturais por meio do folclore, e monta atrações turísticas para a região” (LUCHIARI, 2000, p. 106). Assim, se até 2011, as cidades do litoral de São Paulo eram associadas exclusivamente às suas praias, a partir das reconfigurações organizacionais na administração do estado, outros discursos sobre essas cidades são elaborados pela Secretaria de Turismo.

A constituição da rota *Passos dos Jesuítas Anchieta* cria um novo roteiro turístico, visando proporcionar um jeito diferente de visitar o litoral paulista: a pé, como se a cada passo, a cada cidade deixada para trás, fosse possível ir colhendo pedaços de uma narrativa para compor um imaginário, isto é, um sistema de ideias que os homens usam para dar sentido ao mundo (PESAVENTO, 2055, p. 43).

Para oferecer novos destinos, viagens, enfim, para possibilitar novos olhares, os formuladores de políticas públicas – no caso desta pesquisa, a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo – criam novos discursos, novas construções narrativas que costumam, em uma pretensa realidade, sentidos novos para a história dessas cidades litorâneas, atribuindo valores ao patrimônio, seja ele natural ou histórico-cultural e, ao mesmo tempo, apagando sinais,



memórias, personagens indesejados. Como explica o geógrafo da Universidade de Wisconsin, Willian Cronon:

A narrativa tem êxito na medida em que oculta as descontinuidades, elipses e experiências contraditórias que reforçam o significado pretendido de sua história. Qualquer que seja seu propósito explícito, não pode evitar o exercício tácito encoberto: inevitavelmente reconhece umas vozes enquanto silencia outras. Uma narrativa poderosa reconstrói um sentido comum, para fazer que o contingente parece determinado e o artificial pareça natural (CRONON, 2002, p. 32-33, tradução nossa).

Os discursos do turismo – textos, projetos e planos turísticos, imagens etc. – criam representações das cidades, do patrimônio, das comunidades, “ficções rematadas que se prestam à manipulação, à organização das paixões coletivas” (SAID, 2007, p. 13). E, como mencionamos antes, esses discursos têm um efeito real e concreto, transformando as cidades e as comunidades.

Assim, acreditamos que os conceitos de narrativa e discurso são úteis na análise da rota Passos dos Jesuítas–Anchieta, proposta nesta pesquisa. Consideramos relevante entender como esses discursos pronunciados, escritos, tornam-se realidade material e modificam o olhar sobre as paisagens. Nosso desejo foi compreender que, a despeito de terem uma existência transitória, sua duração e efeitos fogem do nosso controle, que os discursos carregam “poderes e perigos que mal se imagina (...) lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tempo reduziu as asperidades” (FOUCAULT, 1970, p. 8).

### 3.1 Discursos e narrativas

Ao assumir a relevância das narrativas e dos discursos na construção da realidade, assumimos nossa filiação ao campo da História Cultural. Com contribuições em diversos domínios da atividade humana, como história do livro e da leitura, história da escrita e muitas outras, esse campo adota como eixo central a noção de cultura.

Os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam, quanto para os que a observam: não em si mesma, mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Esses sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas 'culturas' (HALL, 1997, p. 15).

Em um de seus últimos livros, a historiadora gaúcha Sandra Pesavento, referência nos estudos da História Cultural no Brasil, explica que, entre as principais mudanças epistemológicas decorrentes da consolidação da História Cultural, está uma reorientação na postura do historiador a partir de conceitos como representação, imaginário, discurso e narrativa, verdadeiras pontes para conhecermos a realidade (PESAVENTO, 2005, p. 39). Uma reorientação que coloca novos desafios, pois o historiador assume não ser unicamente um leitor de textos, mas também um produtor de textos. Ele

imprime na construção narrativa sua marca de narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso, compara Walter Benjamin (1994, p. 205). Sendo assim, o historiador tem de aprender a lidar com a subjetividade, agora inerente à sua prática. Como afirmou Pesavento,

... no campo da História Cultural, o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. A rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas (PESAVENTO, 2005, p. 51).

Especialmente a partir dos anos 1960, ao abandonar uma noção de cultura estritamente ligada à erudição, a História Cultural amplia seu espectro temático de investigação e abre novos campos de pesquisa. Esse movimento teve forte inspiração nas abordagens propostas no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, liderado por Stuart Hall, na Universidade de Birmingham, Inglaterra. O principal eixo de observação do Centro são as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais (ESCOSTEGUY, 2001, p. 21).

Nesse pressuposto, os documentos não podem ser vistos como reflexos transparentes da realidade, mas ações simbólicas com significados diferentes conforme os autores e suas estratégias (LANGER, 2012). É a partir dessa premissa que propomos analisar a rota Passos dos Jesuítas-Anchieta, em nosso entendimento, uma narrativa sobre o litoral, sobre sua história e suas comunidades, enredada por discursos

oficiais, que funciona como uma matriz geradora de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real (idem, p. 39).

Uma narrativa, portanto, organiza uma sequência de eventos, em um enredo com início, meio e fim. Como explicou o filósofo francês Paul Ricoeur:

Seguir uma história é prosseguir em meio a contingências e peripécias, sobre a pressão de uma espera que encontra sua plenitude na 'conclusão' da história. Mas a conclusão não é a implicação lógica de quaisquer premissas anteriores. É o 'ponto final' que fornece o ponto de vista de onde a história pode ser percebida como um todo (RICOEUR, 2012, p. 304).

As discussões sobre discurso e narrativa nas ciências humanas ganham força especialmente a partir da década de 1970 com o que se convencionou chamar virada linguística, movimento que percorreu diversas áreas das humanidades, mas que tinha como eixo comum a ideia da linguagem como elemento estruturador do mundo. A língua é um fenômeno psíquico, imaterial, mas que dá materialidade ao mundo. Conhecemos, interpretamos e representamos o mundo pela linguagem.

O filósofo e linguista suíço Ferdinand de Saussure deu uma importante contribuição para os estudos da linguagem ao afirmar a língua como um fato social e histórico. Tal pressuposto derruba a ideia de que ela possa existir por si mesma, de que é um dado natural, um conjunto de sons cuja função é simplesmente dar um nome às coisas. Saussure trata a linguagem como um fenômeno completo, do qual participam processos psíquicos, fisiológicos e físicos. O processo da fala envolve um sistema binário onde significante, a impressão psíquica do som, e significado, um conteúdo tomado com um conceito, formam o signo linguístico, que representa os

objetos do mundo. O signo é algo puramente psíquico que une significante e significado. Ele não tem, portanto, existência material. Trata-se de uma ideia fundante de uma nova forma de pensar a realidade, na qual o objeto não precede o ponto de vista, mas, ao contrário, o ponto de vista cria o objeto (SAUSSURE, 2006, p. 15).

Saussure estabelece dois princípios para o signo: ele é arbitrário, não é natural, isto é, resulta sempre de uma escolha. O segundo princípio diz que o signo é linear. Ele está subordinado à instância temporal e assume as características que toma do tempo. O filósofo afirma que um dado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos e são esses fatores que explicam porque o signo é imutável ou resistente a substituições. Entretanto, o tempo sobre o qual a língua se ampara, exerce também uma força que determina mudanças, deslocando a relação entre significado e significante, alterando, assim, os signos linguísticos.

Encontramos na teoria saussuriana elementos importantes para entender o conceito de narrativa. Ampliando a noção de que os signos são arbitrários e de que nada determina a relação entre significado e significante, podemos inferir que as representações que fazemos dos objetos, das coisas e, por que não, das paisagens são também mutáveis e contingentes. Não haveria, nesse sentido, uma essência, uma origem, um estatuto primeiro e natural das coisas, das histórias, do mundo. Além disso, assim como as possibilidades de associações significado-significante são infinitas, também são infinitas as possibilidades de narrativas sobre um lugar, um personagem, uma paisagem ou um acontecimento.

Um exemplo desse tipo de abordagem está na obra de Edward Said, *Orientalismo*, publicada em 1978 e considerada um dos textos fundadores dos estudos pós-coloniais. O autor enfatiza a ausência de estabilidade ontológica dos signos. Os termos (e os conceitos) oriente e ocidente não são fatos inertes da natureza, ao contrário, são construções do esforço humano, condicionadas por uma tradição, um imaginário e,

sobretudo, por relações de poder e dominação. Daí que, o que entendemos por Oriente, nada mais seria do que uma invenção do Ocidente.

Em minha opinião, a história é feita por homens e mulheres, e do mesmo modo ela também pode ser desfeita e reescrita, sempre com vários silêncios e elisões, sempre com formas impostas e desfiguramentos tolerados, de modo que o 'nosso' Leste, o 'nosso' Oriente possa ser dirigido e possuído por 'nós' (SAID, 2007, p. 14).

Conforme afirma Silva (2004) a praia é uma das imagens mais recorrentes do turismo contemporâneo, sempre associada à sensualidade, mas também ao descanso do corpo e do espírito. Mas esta representação da praia ou mesmo das cidades litorâneas não é algo natural, não existe por si. É uma invenção contemporânea, uma criação histórica, passível de modificações, adaptações, acréscimos. Ao implantar uma nova rota turística para caminhada e peregrinação religiosa, a Secretaria de Turismo "inventa" novas vocações para o conjunto de praias do litoral paulista, um litoral pleno de "história", um litoral para caminhar.

Consideramos relevante, portanto, analisar os discursos presentes nos projetos turísticos como o da rota Passos dos Jesuítas, organizada pela Secretaria de Turismo, porque deles também emanam verdades que buscam parecer estáveis, naturais, homogêneas, inquestionáveis. No entanto, assim como qualquer outra produção de conhecimento, o discurso do turismo é político, ele também expressa uma vontade de poder. A análise dessas construções narrativas é um meio de desvendar essas relações de poder. Nesse percurso, adotamos a visão foucaultiana de discurso, sendo o discurso oficial aquele produzido por uma instituição ou autoridade.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2012, p. 46).

Michel Foucault analisou muito apropriadamente o papel institucional como fonte reguladora de discursos. Instância privilegiada, a instituição controla, seleciona e organiza os discursos que, ligados ao exercício do poder, adquirem efeitos reais e concretos. O discurso institucional escolhe os personagens que prefere destacar e os que são silenciados, determina o que mostrar e o que esconder.

A produção dos discursos ocorre por meio de certo número de procedimentos de exclusão, cuja função é “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (idem, p. 8). Uma dessas formas de exclusão ocorre quando o discurso determina uma oposição entre verdadeiro e falso. Esse procedimento determina, portanto, uma força de verdade, sustentada por instituições que a impõem e reconduzem, e que não pode ser exercida sem pressão, nem sem violência (idem, p. 13). A vontade de verdade é um sistema de exclusão regido historicamente e que expressa uma vontade de poder. Mas o discurso não reconhece essa vontade de verdade, ao contrário, busca mascará-la:

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria

destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição... (FOUCAULT, 2012, p. 19-20).

O discurso é produzido em um intercâmbio desigual de vários tipos de poder: político, intelectual, cultural e moral (SAID, 2007, p. 41). No caso da rota Passos dos Jesuítas, a análise desses discursos pode nos ajudar a ver caminhos paralelos, trilhas esquecidas, paisagens ignoradas. Pode ajudar a perceber permanências e ausências. Como quem vira um bordado do avesso, nosso objetivo é desvendar a trama de onde emergem esses discursos.

Os textos institucionais relacionados à rota, relatórios de avaliação, guias e mapas, materiais de divulgação da rota, bem como as imagens associadas a ela, o conjunto patrimonial selecionado para complementar o roteiro de caminhada etc., buscam contar uma história sobre o litoral do estado de São Paulo, sobre o país. Esses textos compõem uma exterioridade cujo produto principal é uma representação: "... julgo necessário ficar bem claro, sobre o discurso e o intercâmbio cultural dentro de uma cultura, que aquilo que comumente circula não é a 'verdade', mas uma representação" (SAID, 2007, p. 51-52). Para fazer sentido, essas representações se apoiam em instituições, em tradições, convenções e em códigos de compreensão.

A prerrogativa de representar liga-se intimamente com algum tipo de autoridade. A autoridade elabora e dissemina os discursos. É persuasiva e estabelece cânones de gosto e valor. Daí que é imprescindível localizar e estudar a autoridade: quem é ela, de onde "fala", para quem, como esses discursos são irradiados e adquirem densidade e poder referencial. Com isso, poderemos, ao menos, questionar o postulado que determina uma vocação turística.



### **3.2 Patrimônios e identidades**

A análise desses discursos demanda encontrar neles o tipo de voz de narrativa, o tipo de estrutura construída, as imagens selecionadas, os temas, os motivos e autores que circulam, figuras de retórica, esquemas narrativos, as circunstâncias sociais e históricas. Todo esse conjunto se soma em um texto maior que é entregue ao leitor/turista e que serve para representar lugares e pessoas, falando em nome deles.

Podemos incluir os temas, imagens, motivos e autores que circulam nessa construção narrativa o seu conjunto patrimonial, formado por obras de arte, lugares, prédios oficiais, igrejas etc. Nos discursos oficiais que fazem essa seleção, encontramos ora a denominação patrimônio, ora monumento. É importante frisar, no entanto, que, quando esses discursos oficiais mencionam patrimônio histórico ou natural, não se trata necessariamente de patrimônios tombados. A Constituição de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a nomenclatura Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) estabelece que o patrimônio cultural brasileiro é composto das formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Esses bens estão sujeitos à proteção pelo Estado, cujo instrumento principal é o tombamento, que resulta de um longo e rigoroso processo

legal e administrativo, cujo resultado é a inclusão do bem tombado nos Livros do Tombo.

A Setur utiliza um conceito próximo ao que a conselheira do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, Maria Cecília Fonseca, chama de bem cultural, algo que não sofreu uma intervenção formal do Estado, mas possui valor utilitário, econômico e simbólico, funcionando como referência de significações em uma determinada ordem cultural (FONSECA, 2009, p. 42). De todo modo, é por meio desse patrimônio – histórico e natural – ou melhor, dessas representações que se tenta alinhar a história da presença jesuíta em todo o litoral, uma narrativa que se mostra homogênea e esvaziada de conflitos.

No livro clássico *Alegoria do patrimônio*, a historiadora francesa Françoise Choay explica que a palavra monumento remete a um sentido afetivo, refere-se àquilo que traz uma lembrança, mais do que informar sobre alguma coisa, sua função é provocar uma emoção: “tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios ou crenças” (CHOAY, 2006, p. 18). Presente em quase todas as sociedades com ou sem escrita, o caráter específico do monumento, em seu sentido original, era perpetuar o tempo, operando como um antídoto contra o esquecimento e preservando a identidade de uma comunidade. Não havia uma relação estética diretamente ligada ao monumento. Mais do que uma presença física, ele emanava significados, funcionando como uma garantia das origens. Com o tempo, no entanto, essa função memorial vai se perdendo e o monumento vai se transmutando em relíquia, vestígio do passado, testemunho que se quer preservar, torna-se monumento histórico ou patrimônio. Enquanto o monumento primeiro era uma obra intencional, o monumento com o qual lidamos agora, uma invenção do Ocidente, é ocasional. Qualquer coisa pode virar monumento histórico e

aqui se desenha outra relação com a memória e com o passado.

Nos últimos anos, assistimos uma ampliação significativa no conceito de patrimônio. Criada em 1945, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que se encarrega de estabelecer as diretrizes para proteção do patrimônio mundial, tem uma definição ampla de patrimônio que inclui monumentos históricos, conjuntos urbanos, locais sagrados, obras-de-arte, parques naturais, paisagens modificadas pelo homem, ecossistemas e diversidade biológica, tesouros subaquáticos, objetos pré-históricos, peças arquitetônicas e tradições orais e imateriais da cultura popular (BO, 2003, p. 17).

Como afirma Laurajane Smith, diretora do Centro de Patrimônio e Museologia, da Universidade Nacional da Austrália, em um sentido comum, o patrimônio são aquelas coisas que representam o passado e um sentido de identidade. “Herdamos esse patrimônio do passado e escolhemos preservá-lo para o futuro porque ele é finito, frágil e não-renovável” (SMITH, 2011, p. 45).

Foi na França pós-revolucionária que se desenvolveu o conceito moderno de patrimônio. A Revolução Francesa, de 1789, põe fim ao Absolutismo e institui a República, na qual os indivíduos passam ser cidadãos (e não mais súditos), com direitos iguais. Mas, “para criar cidadãos era preciso fornecer meios para que compartilhassem valores e costumes, para que pudessem se comunicar entre si, para que tivessem um solo e uma origem supostamente comuns” (FUNARI e PELEGRINI, 2007, p. 15). Para “inventar” cidadãos e conceber uma cultura nacional, os novos Estados Nacionais não podiam prescindir de uma base material: de um patrimônio nacional. “Assim começa a surgir o conceito de patrimônio que temos hoje, não mais no âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas de todo um povo, com uma única língua, origem e território” (idem, p. 17). Nesse processo de invenção, surge a necessidade de preservar os monumentos

nacionais, que representavam a nação e sua cultura. Na França, por exemplo, em 1837, foi criada uma comissão encarregada desta tarefa, a Comissão dos Monumentos Históricos. A legislação para a proteção seguiu a tradição do direito romano, limitando a propriedade privada em benefício do patrimônio nacional. A Comissão criou três categorias de patrimônios históricos constituídos pelos remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos (CHOAY, 2006, p. 12).

Em suas reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo, Benedict Anderson, que foi professor no Centro de Estudos Internacionais da Universidade de Cornell, mostra como a construção da ideia de nação depende desse conjunto patrimonial. Trabalhando com um conceito de nação imaginada, Anderson argumenta que os membros da Nação, por menor que ela seja, jamais conhecerão ou sequer ouvirão falar de seus companheiros, entretanto, todos eles têm em mente uma imagem de comunhão entre eles. E essa imagem mental agrega um patrimônio comum. Trata-se de operação no presente que naturaliza e essencializa elementos de um passado que sustenta o presente e projeta o futuro. Como afirma Anderson, “os estados nacionais são ‘novos’ e ‘históricos’, ao passo que as nações a que eles dão expressão política sempre assomam a um passado imemorial e, mais importante, seguem rumo a um futuro ilimitado” (ANDERSON, 2008, p. 38).

O Brasil também adotou esse modelo. As primeiras ações institucionais para proteção do conjunto patrimonial brasileiro acontecem nas décadas de 1930 e 1940, por meio das ações do, então, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). A constituição e eleição do que serviria como símbolo da nação e que, portanto, deveria ser preservado, foi um trabalho de um grupo de intelectuais cujo desafio foi selecionar bens móveis e imóveis, capazes de construir uma representação da nação. Representação essa que deveria funcionar para todos, que gerasse um sentimento

de pertencimento em um processo de reforço da identidade nacional (FONSECA, 2009, p. 22).

Inspirado no modelo francês, o conjunto de bens selecionados pelo Sphan privilegiou a seleção e o tombamento de edifícios do período colonial, em estilo barroco. “A arquitetura foi elevada à condição de marca nacional capaz de promover a imagem de solidez do estado brasileiro, os bens culturais não pertencentes às elites acabaram relegados ao esquecimento” (FUNARI e PELEGRINI, 2007, p. 46).

Três características devem ser ressaltadas em relação ao conceito de patrimônio moderno: ele é entendido com um bem material concreto, um monumento, um edifício, objetos de alto valor material e simbólico para a nação. Parte-se do pressuposto de que existem valores comuns, compartilhados por todos em relação a esses bens, valores que se consubstanciam em coisas concretas. Finalmente, o patrimônio é o belo, excepcional, exemplar, que representa a nacionalidade. Esses são os critérios que passam a ser utilizados pelas instituições para gestão do patrimônio.

A Unesco adota o modelo francês de seleção e gestão dos bens patrimoniais e passa a ser, em nível internacional, referência em termos de diretrizes para preservação do patrimônio. A primeira convenção referente ao patrimônio mundial foi elaborada na conferência geral da Unesco, em 1972. Na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, considerou-se que os sítios declarados como patrimônio pertenciam a todos os povos do mundo. “A chancela da Unesco dá aos sítios um emblema de patrimônio mundial que constitui um atrativo cultural e econômico, tanto para as regiões em que os sítios se localizam como para o importante fluxo de turismo cultural e ecológico. O turismo cultural é um dos principais subprodutos da classificação de um sítio como patrimônio da humanidade” (idem, p. 26).

Entretanto, é importante observar que na Lista do Patrimônio Mundial, a Unesco, privilegiou (e continua

privilegiando) países da Europa e Estados Unidos, em detrimento de sociedades que não dominaram outros povos ou que não deixaram obras monumentais. A Europa tem metade dos bens listados, Europa e América do Norte somam 65% dos bens, número que aumenta se adicionarmos os bens da América Latina referentes aos valores culturais introduzidos pelos europeus (idem, p. 27).

É nesse contexto que podemos incluir a valorização da herança jesuítica no Brasil. Funari e Pelegrini lembram, por exemplo, que a Unesco fez várias campanhas para proteger os bens listados como patrimônio mundial em vários lugares do mundo. Em 1988, foi feita uma campanha no Brasil, Argentina e Paraguai para proteger justamente os vestígios das missões jesuíticas.

Entretanto, quando se considera o patrimônio uma coisa, um lugar, um evento único, parece ser possível “encontrá-lo” e, então, medi-lo, catalogá-lo, enfim, controlar seus significados e finalidades. A ideia de patrimônio como uma coisa é sustentada pelo que Smith denomina discurso autorizado do patrimônio. Esse discurso define o patrimônio como os objetos materiais, sítios, lugares e/ou paisagens esteticamente agradáveis e não renováveis, o que demanda sua proteção para que eles sejam herdados no futuro. Uma herança criadora de um sentido comum e compartilhado de identidade humana, capaz de comunicar esses valores patrimoniais para a nação (SMITH, 2011, p. 43). O discurso autorizado do patrimônio ajuda a compor um universo simbólico das identidades nacionais. No entanto, se esse patrimônio é imutável, as identidades também estariam congeladas, incrustadas em lugares e objetos patrimoniais.

Quando discute o tema das identidades nacionais, Stuart Hall adota o conceito de representação. Para ele:

As identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da

representação. (...) a nação não é apenas uma identidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional (HALL, 2005, p. 49).

Hall analisa a nação também como uma narrativa, ou seja, a cultura nacional é um discurso que constrói sentidos, influenciando nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos. O patrimônio é uma das estratégias – dentre outras, como histórias, literatura, mídia, cultura popular – para construir esse senso de pertencimento a uma cultura nacional (idem, p. 51-53). Ainda segundo esse teórico, esses meios de representação têm que ser traduzidos em dimensões espaciais e temporais. Por isso, as identidades não são algo dado, elas são localizadas em um tempo e um espaço, são históricas. Identidades comportam o que Said chama de geografias imaginárias (SAID, 2007, p. 31). A trilha Passos dos Jesuítas confere uma dimensão espacial concreta a uma narrativa que remete aos mitos de origem da nação brasileira, projetando o presente de volta ao passado e conectando os turistas a eventos históricos nacionais mais amplos (HALL, 2005, p. 72). Os lugares dão materialidade a uma construção narrativa, ajudam a criar um sentido de pertencimento e apego porque ao pisar naquele lugar, ao caminhar aquela história, fica sendo também a “sua” história.

A experiência do caminhar, portanto, vai costurando significados homogêneos para um conjunto de cidades, uma identidade única, construída em torno da natureza e da figura do padre jesuíta José de Anchieta. O processo que reivindica antecedentes históricos comuns para produzir novas identidades já foi discutido pela pesquisadora inglesa da Open University, Kathryn Woodward (2009). Para ela, a busca de algo no passado serve muito mais para dizer algo sobre o

presente do que sobre o passado. O que as escolhas que permeiam a criação e implantação da rota Passos dos Jesuítas têm a nos dizer sobre o presente? Essa é uma das perguntas que tentamos responder nessa investigação.

O discurso autorizado do patrimônio cria conjuntos patrimoniais congelados no tempo, fixos e imóveis, que não são passíveis de mudanças. No entanto, ainda de acordo com Smith, essas suposições privilegiam um passado bom e glorioso, onde tudo que for controvertido, ao invés de ser considerado como parte de um passado complexo, é apagado. O discurso autorizado torna o desagradável cômodo. Ele exclui qualquer compreensão que esteja fora dele, impedindo uma abordagem multicultural do passado. Mas essa operação é obscurecida de modo que o corpo patrimonial fica parecendo algo dado, como se sempre tivesse sido assim e é aí que reside seu poder.

O que tentamos frisar aqui, indo ao encontro da proposta da pesquisadora australiana, é que o patrimônio não é “um lugar” ou “uma coisa”, “patrimônio são os processos de criação de sentido e de representação que ocorrem quando se identificam, definem, manejam, exibem e visitam os lugares ou eventos patrimoniais” (SMITH, 2011, p. 45). Trata-se de um processo de negociação de significados e valores históricos e culturais, permeado por conflitos, totalmente imerso em processos políticos, transpassado por relações de poder.

O patrimônio é uma ferramenta para lembrar e esquecer, um “teatro de memórias” e, nesse sentido, serve para legitimar identidades social e culturalmente, um processo que tem efeitos concretos na distribuição de recursos materiais, gerando invisibilidades. É o que acontece, por exemplo, em relação às comunidades indígenas e caiçaras, patrimônios excluídos na rota Passos dos Jesuítas. Daí a importância de revelar esses mecanismos, como se estivéssemos olhando um bordado em seu lado avesso, acessando o traçado das linhas e os caminhos para criar um caminho.



### 3.3 Paisagens do litoral

Além do patrimônio histórico, outro tema que se destaca na narrativa da rota Passos dos Jesuítas é a Mata Atlântica. O trecho que se inicia na Serra da Jureia (Iguape, litoral sul de São Paulo e vai até a Ilha do Mel, em Paranaguá, estado do Paraná, foi declarado Reserva da Biosfera, pela Unesco, em 1991. O título está no contexto do programa “O Homem e a Biosfera” (MAB), cujo objetivo é estabelecer reservas da biosfera voltadas à conservação da biodiversidade, à promoção do desenvolvimento sustentável e à manutenção de valores culturais associados ao uso de recursos biológicos. Foram estabelecidas 425 reservas da biosfera em 95 países. O Brasil possui seis reservas em seu território: Mata Atlântica, Cinturão Verde de São Paulo, Cerrado, Pantanal, Caatinga e Amazônia central. Algumas delas, como a do Pantanal e Amazônia Central, estão entre as maiores reservas da rede (BO, 2003, p. 92). Além disso, no litoral paulista existem áreas de proteção, como parques nacionais, estaduais e estações ecológicas, e a Serra do Mar, tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) em 1979.

Quando analisou o processo de tombamento da Serra do Mar, a geógrafa do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), Simone Scifone (2008), trouxe uma importante contribuição para o entendimento da construção do patrimônio natural no Brasil. Na verdade, a ideia de monumento natural é anterior à de patrimônio natural. Em 1972, na Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, a noção de patrimônio natural se consolidou. Nesta Convenção ocorre uma ampliação da noção de patrimônio, incorporando a natureza às políticas culturais de proteção. Em 1977, as *Diretrizes Operacionais para Implementação do Patrimônio Mundial* permitiram a realização das primeiras inscrições de bens na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, na qual figural, por exemplo, o Parque Nacional do Iguazu

(SCIFONI, 2008, p. 25). A Convenção estabelece como patrimônio natural as formações físicas, biológicas, geológicas e fisiográficas, as zonas de habitat de espécies ameaçadas e os lugares notáveis.

De acordo com Scifoni, desde o surgimento da noção de patrimônio natural, na década de 1970, se estabeleceram duas ideias: no plano mundial, como expressão de grandiosidade e beleza, ou seja, um sentido de monumentalidade com preocupação estética, o que, por sua vez, pressupõe a intocabilidade e se presta à fruição visual. São esses sentidos que o discurso oficial da rota Passos dos Jesuítas recupera. O outro significado atribuído à noção de patrimônio natural aparece no Brasil a partir de algumas experiências regionais, ligando esse patrimônio às práticas sociais e à memória coletiva. Ao contrário da monumentalidade, nessa visão, o patrimônio natural faz parte da vida humana, não se opõe a ela, está no nível do cotidiano (SCIFONI, 2008, p. 17).

No Brasil, o patrimônio natural nasceu sob a designação de monumento natural na Constituição de 1937, que dizia que eram dignos de proteção: monumentos naturais, sítios e paisagens naturais e feição notável, ou seja, algo distinto da experiência do dia a dia, algo que tem valor estético e, em se tratando de patrimônio natural, esse valor é atrelado a uma condição de área inalterada, à ausência de ação humana, o que expressa uma influência norte-americana de concepção de áreas protegidas. Para Scifoni, esse grau de exigência impõe a proteção de grandes escalas territoriais, o que acaba excluindo pequenas áreas que tenham, também, características relevantes. Trata-se de uma visão elitista que divide o mundo em áreas que devem ser preservadas e outras que “podem ser degradadas”. Separa vegetação nativa e intocada das áreas verdes urbanas, de uso e apropriação social intensa, que pode ser eliminada. Uma natureza inferior, de menor importância, que tem justificada a eliminação de tantas áreas verdes nas cidades sob o pretexto de não

constituir cobertura vegetal nativa (idem, p. 27). Veremos que algo semelhante a isso acontece na rota Passos dos Jesuítas, cujos discursos acabam estabelecendo hierarquias entre os territórios no litoral.

Paradoxalmente, a despeito de alardear um patrimônio natural monumental, na prática da caminhada da rota Passos dos Jesuítas, são outras paisagens que se oferecem: ruas e avenidas, rodovias, a orla urbanizada. Ao associar os patrimônios naturais do litoral paulista à noção de monumentalidade, a Setur descarta possibilidades mais democráticas, que possibilitem incorporar a experiência coletiva e a dimensão do cotidiano, em suma, esses discursos rejeitam o conceito de patrimônio ambiental urbano.

Nessa perspectiva o patrimônio é percebido como um “fato cultural” composto de três categorias: meio ambiente, conhecimento e os objetos fabricados pelo homem. Uma noção incorporada em outras esferas do governo estadual, inclusive no Condephaat, na década de 1980. O historiador e urbanista da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, Eduardo Yágizi, define patrimônio ambiental urbano como:

... constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. É reconhecido e preservável por seus clássicos valores potencialmente qualificáveis: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamentos. Geograficamente, podem se manifestar sob forma de manchas urbanas

ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo unidades de significado autônomo. O conceito se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir (YÁGIZI, 2012, p. 28).

É a noção de patrimônio ambiental urbano que nos leva ao conceito de paisagem. O trajeto da rota Passos dos Jesuítas está inserido no bioma da Mata Atlântica, que embora tenha fundamental importância para a biodiversidade do planeta, apresenta-se altamente fragmentado. As paisagens da rota acabam por refletir a situação do todo e se oferece também um instrumento para analisar as transformações da paisagem no litoral de São Paulo. É nessa paisagem transformada que o turista caminha.

A paisagem testemunha e preserva dados de épocas passadas, sob os pontos de vista geológico, paleontológico e arqueológico. A observação da paisagem informa sobre processos de formação do planeta, da vida, da humanidade. Testemunha a aventura do homem pelo planeta, suas atividades e seus esforços para sobreviver e habitar esse mundo, as diferentes formas como logra adaptar-se ao ambiente, impondo-lhes suas necessidades e exigências (DELPHIM, 2004, p. 5).

### 3.3.1 Paisagem e a geografia cultural

O termo paisagem surgiu no campo artístico. Ele foi usado no século XV, nos Países Baixos, para se referir às obras que representavam um pedaço da natureza a partir de um enquadramento específico. Enquanto gênero pictórico, a paisagem tem o desejo de representar fielmente a realidade, no entanto é consenso entre esses artistas de que essas representações têm uma forte dimensão subjetiva, porque o enquadramento, do qual resulta uma paisagem, sempre envolve uma escolha, carrega uma intencionalidade.

Emprestado do campo das Artes pela Geografia, o conceito se torna central para essa disciplina. Conforme explica Werther Holzer, professor de arquitetura e urbanismo, na Universidade Federal Fluminense (UFF), desde o início do século, seguindo a tradição de Humboldt e de outros naturalistas românticos, a Geografia viabilizou-se enquanto disciplina acadêmica tendo como objeto de estudo a paisagem (HOLZER, 1999, p. 151). De acordo com Denis Cosgrove, um dos expoentes nos estudos da paisagem:

A paisagem está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente (COSGROVE, 1998, p. 99).

É o conceito de paisagem da Geografia Cultural que adotamos nesta análise, na medida em que ele nos auxiliou a compreender as relações entre a vida humana e coletiva e o mundo natural, sobretudo os significados que a cultura atribui à sua existência e às relações com o mundo natural

(COSGROVE, 2000, p. 34). A paisagem é a manifestação concreta da relação homem-natureza.

A Geografia Cultural nasceu no fim do século XIX, no mesmo momento em que a Geografia Humana. Para alguns geógrafos, ela era um ramo desta última, enquanto que, para outros, seu foco era “a cultura material dos grupos humanos: as suas ferramentas, as suas casas, a sua maneira de cultivar os campos ou de criar animais” (CLAVAL, 2011, p. 5). Em um primeiro momento, a epistemologia da Geografia Cultural estava fortemente influenciada pelo positivismo, o que resultava em análises essencialmente descritivas, que acabavam por ignorar as dimensões subjetivas do homem.

Um dos principais pesquisadores a ensaiar uma mudança nesse sentido foi o geógrafo Carl Sauer. Ele delineou as características mais marcantes desse conceito na Geografia quando, na segunda metade do século XX, recomenda que as análises da paisagem não priorizem apenas seus aspectos físicos, mas também a dimensão viva. Para Sauer, a matéria-prima da Geografia está nas qualidades físicas de uma área e também nas formas do seu uso, isto é, nos fatos da cultura humana (SAUER, 1998, p. 29).

O mundo comporta um conjunto de paisagens naturais: aquelas anteriores à ação humana e que se referem ao conjunto de fatos morfológicos. Mas existe também a paisagem cultural: “modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado” (SAUER, 1998, p. 59). E, sendo a paisagem um fato da cultura, ela está constantemente sujeita a novos desenvolvimentos, à dissolução e à substituição. Sauer, no entanto, não chega a levar em consideração, em seus estudos sobre as paisagens, as representações e o trabalho mental dos homens.

De acordo com o geógrafo Paul Claval (2004), professor da Universidade de Paris-Sorbonne, as novas leituras da paisagem propostas por Carl Sauer e outros geógrafos entre o final do século XIX e início dos anos 1970

promoveram uma importante abertura nos estudos da Geografia, preparando terreno para a emergência de novas epistemologias. Assim, nas décadas de 1980 e 1990, assiste-se ao nascimento da Nova Geografia Cultural. Seu objetivo, segundo Cosgrove, é descrever as relações estabelecidas entre a sociedade e o mundo natural, as transformações produzidas pelo homem no mundo da natureza e, sobretudo, os significados que a cultura atribui à sua existência e às relações com o mundo natural (COSGROVE, 2000, p. 34).

Colabora para isso um contexto histórico que assiste à emergência de movimentos sociais como o ambientalismo e o feminismo (COSGROVE, 1998, p. 97). Há que se lembrar que outras áreas disciplinares, como a História, a Filosofia e os Estudos Linguísticos, também passam a dar ênfase à cultura como temática de análise, estimulando os geógrafos a seguir o mesmo caminho.

Ao contrário da primeira fase da Geografia Cultural, as abordagens da Nova Geografia Cultural integram a subjetividade como categoria de análise, admitindo, assim, uma paisagem carregada de sentido, investida de afetividade por aqueles que vivem nela ou que a descobrem (CLAVAL, 2004, p. 52). É nesse sentido que Cosgrove, um dos geógrafos alinhados a essa geografia cultural renovada, vê a paisagem como “uma expressão humana intencional, composta de muitas camadas de significados” (COSGROVE, 1998, p. 97). Ou como afirma o pesquisador da Escola de Autos Estudos em Ciências Sociais (Paris), Augustin Berque:

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno (BERQUE, 1998, p. 84-85).

Sem descartar a importância do meio físico, no qual cada cultura imprime uma marca própria, o geógrafo francês defende que o estudo da paisagem deve ir além desse conjunto de dados perceptíveis, isto é, da marca, porque o que entendemos como forma está inevitavelmente impregnado da cultura. E o olhar que direcionamos para a paisagem também é influenciado pelas formas da paisagem, em um processo de influência mútua. A paisagem molda os sujeitos e é moldada por eles. E o sujeito a que se refere Berque é o sujeito coletivo, a sociedade dotada de uma história, de um meio (BERQUE, 1998, p. 86). Daí que é interessante entender como a paisagem é percebida por uma sociedade, como ela idealiza a sua relação com a natureza e que valores – políticos, éticos, estéticos, ecológicos – entram em jogo nessa relação.

A partir da década de 1970, na Nova Geografia Cultural, outras temáticas despertam o interesse dos geógrafos, por exemplo, as minorias étnicas, questões de gênero e o turismo. Essa ampliação de perspectivas faz surgirem novas perguntas como, por exemplo: o que faz as pessoas sonharem com as praias ensolaradas rodeadas por coqueiros? Por que valorizam determinados elementos da paisagem e os consideram como elementos de um patrimônio cuja preservação lhes parece essencial? (CLAVAL, 2004, p. 53). Considerando que são essas abordagens que nos interessam para analisar nosso objeto de estudo, poderíamos perguntar: o que impulsiona uma pessoa a se retirar de sua vida cotidiana e percorrer mais de 300 quilômetros a pé? Claval nos ajuda a responder a essas questões:

Reconhecer que uma área, um edifício religioso, um bosque, são sagrados, significa que as realidades sensíveis têm menos densidade, menos força, menor significação que aquelas do além, das quais os espíritos humanos têm necessidade de se beneficiar para



descobrir o que deve e o que não deve ser o mundo, para fixar as fronteiras do bem e do mal e para dar a todos razões para esperar (CLAVAL, 2004, p. 53).

A idealização e implantação do produto turístico que escolhemos como objeto de análise abre espaço para fazer esses questionamentos e pode dar pistas para apreender visões sobre a natureza, tanto pelos gestores do projeto, quanto pelos turistas em suas diversas modalidades – caminhante ou o peregrino.

É a ação humana que investe a paisagem de sentidos. O uso que faz dela muda os seus significados. A criação de uma rota para caminhada e peregrinação no litoral de São Paulo está dentro dessa lógica. As cidades por onde passa a rota Passos dos Jesuítas-Anchieta constituem um destino turístico tradicionalmente ligado ao turismo de sol e praia. Ora, por meio do novo produto turístico são atribuídas às paisagens das cidades do litoral novas representações ligadas à história do estado de São Paulo e do Brasil, paisagens, agora, associadas à vida e aos milagres de José de Anchieta, em seu trabalho missionário nesse mesmo litoral.

### **3.4 História ambiental**

Finalmente, outro aporte teórico que também nos auxiliou nesta investigação, por se dedicar a compreender as relações entre o mundo natural e as sociedades, foi a História Ambiental. Interdisciplinar por excelência, a História Ambiental busca conexões com as ciências naturais, como a Ecologia, e com outras áreas de estudo como Antropologia e Geografia. Como afirma um dos fundadores da Sociedade Americana de História Ambiental, professor da Universidade do Kansas (EUA), Donald Worster, historiadores ambientais rejeitam a ideia de que a experiência humana tenha permanecido imune a restrições de ordem natural ou como se fosse possível para eles ignorar as consequências ecológicas de suas ações ao

longo do tempo (WORSTER, 1991). Esta área de pesquisa assiste grande expansão a partir dos anos 1980 e principalmente nos anos 1990, por conta das preocupações globais com a crise ambiental.

A história ambiental nasceu, portanto, de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como afetaram esse ambiente e com que resultados (WORSTER, 1991, p. 199).

O desenvolvimento da História Ambiental aconteceu, primeiramente, nos Estados Unidos, onde foi criada, em 1977, a primeira sociedade científica voltada para esses estudos, a American Society for Environmental History. É também norte-americano um dos historiadores pioneiros nos estudos da relação homem-natureza, Roderick Nash. Em 1967 ele publicou o livro *Wilderness and the American Mind*, no qual trabalha a ideia de como a vida selvagem influenciou a formação da identidade norte-americana e como, nos Estados Unidos muda a forma de ver a natureza como um ambiente a ser subjulgado para um ambiente a ser preservado. Para Nash toda paisagem é um documento histórico (WORSTER, 1991, p. 200).

Evidentemente que, antes dos anos 1970, já haviam sido realizadas pesquisas históricas enfocando a relação do homem com a natureza, bem como sobre a influência do homem sobre o meio ambiente. Historiadores franceses como Marc Block, Lucien Febvre, ligados à Escola dos Annales, na

França, já vinham pesquisando desde a década de 1930 os fundamentos ambientais da sociedade em uma abordagem que juntava princípios da História, da Geografia e da Sociologia. A grande inovação das Escola dos Annales francesa foi substituir o tempo breve dos acontecimentos factuais, predominante nas pesquisas históricas até então, pelos processos de longa duração. Um dos estudos que se destaca nessa abordagem é a obra de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico na época de Felipe II*, publicado no Brasil em 1984. O título é, na verdade, uma provocação, porque o livro não trata do rei Felipe II, o personagem principal é o Mar Mediterrâneo. Como escreve Worster, para Braudel, “o ambiente eram as formas da terra – montanhas, planícies, mares – um elemento quase fora do tempo, agindo na moldagem da vida humana nos processos de longa duração” (WORSTER, 1991, p. 200).

A consolidação da história ambiental como uma área de pesquisa institucionalizada acontece a partir dos anos 1970, devido a fatores de ordem externa e de ordem interna à pesquisa histórica. Foi uma resposta ao um contexto histórico e político específico, onde os problemas ambientais mobilizavam os acadêmicos, não somente historiadores, mas também em outros campos tanto das ciências humanas como das ciências naturais e ciências exatas. A compreensão sobre como a natureza influenciava a história humana torna-se uma necessidade, quase um clamor.

Ao mesmo tempo, mudanças epistemológicas no interior da disciplina histórica aceleram a consolidação da história ambiental como um campo de estudos históricos. Em primeiro lugar, conforme explica o historiador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Augusto Pádua, onde coordena o Laboratório de História e Natureza, ocorre uma ruptura nos marcos cronológicos de compreensão do mundo:

A revolução cronológica nas ciências naturais produziu grande impacto epistemológico nos historiadores ambientais, que vêm buscando metodologias que permitam investigar a história humana em um marco temporal mais amplo. Ou seja, repensar o lugar do ser humano no quadro mais amplo da história do planeta. Não se trata, por certo, de sempre trabalhar na longuíssima duração. Pode-se fazer história ambiental de períodos mais curtos. Mas sempre tendo em mente, ao menos como pano de fundo, a presença de grandes escalas na constituição dos fenômenos que estão sendo analisados (PÁDUA, 2010, p. 88).

Sobre isso também nos fala o pesquisador colombiano Germán Palacio (2002). Para ele, a consolidação da história ambiental depende da redefinição de três conceitos muito caros aos estudos históricos: o espaço, ciência e o tempo, porque “a história ambiental contempla escalas temporais mais amplas, projetando-se para um passado mais remoto do que o da história escrita tradicional” (PALACIO, 2002, p. 68, tradução nossa).

Além disso, por conta das preocupações com a questão ambiental, a história ambiental não se refugia no passado, ao contrário, ela se lança sobre o futuro, sendo por isso, um exercício político. Está ligada com um movimento ativista mais amplo, orientado para redefinir as relações com a natureza. A história ambiental tem preocupações práticas com a deterioração dos recursos naturais e com a ameaça à sobrevivência da vida humana no planeta.

Outra importante mudança epistemológica nos estudos históricos que contribui para delinear as pesquisas em história ambiental é o surgimento de uma nova visão da natureza como tendo uma história em construção e reconstrução ao

longo do tempo e não como algo estático e separado do homem. De acordo com Pádua (2010), as formações da natureza estão, cada vez mais, sendo entendidas como configurações momentâneas de uma história de mudanças em uma escala de tempo muito superior ao tempo social do homem. O destino final desta história é desconhecido. A teoria evolutiva, apresentada no século XIX, contribuiu substancialmente para essa nova forma de ver a natureza:

Charles Lyell, Alfred Russel Wallace e Charles Darwin (entre outros), estudando as paisagens e as formas antigas e atuais de vida, inferiram processos (formação de rochas, gênese das montanhas, erosão, elevação dos níveis dos mares, eras glaciais, formação e extinção de espécies, etc.) que tornavam insuficiente o teto de seis mil anos, prescrito pelas zelosas autoridades religiosas e acatado pelas legiões de fiéis. Eles propuseram um tempo que extrapolava a cultura europeia e a experiência humana como um todo (DRUMMOND, 1991, p. 178).

A história ambiental se constitui como um campo interdisciplinar de estudos. Antropologia, sociologia, ecologia, geografia são algumas áreas com as quais ela dialoga para fazer novas perguntas e trazer novas respostas. No entanto, como destaca o pesquisador da Universidade de Brasília (UnB), José Augusto Drummond (1991), não se trata de um uso protocolar dessas ciências, ao contrário, é uma relação de dependência, onde se estabelece uma associação direta entre as ciências sociais e as ciências naturais na medida em que os historiadores “precisam entender o funcionamento dos ecossistemas para avaliar com correção o papel das sociedades humanas dentro deles (...)” (DRUMMOND, 1991, p. 182).

Segundo Worster, a história ambiental contempla três níveis de perguntas, que não precisam estar necessariamente na mesma pesquisa. Cada conjunto de perguntas vai exigir contribuições de áreas distintas. O primeiro nível diz respeito ao entendimento da natureza propriamente dita, buscando entender como ela se organizou e funcionou no passado, tanto em seus aspectos orgânicos (incluindo o organismo humano), como em seus aspectos inorgânicos.

O segundo nível de questões introduzidas pela história ambiental trata do domínio socioeconômico e de como ele interage com o meio ambiente: "... nos preocupamos com as ferramentas e trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram para produzir bens a partir de recursos naturais" (WORSTER, 1991, p. 202). Finalmente, um terceiro nível de análise gira em torno das interações mais intangíveis dos seres humanos com o meio ambiente. São as percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significados que compõem o diálogo do homem com a natureza.

Uma das razões que nos aproximaram da História Ambiental foi o seu forte compromisso com a narrativa. Para Cronon, a narrativa é essencial para nossa compreensão da história e do lugar do ser humano na natureza: "a prática da história ambiental nos compromete com formas narrativas para falar sobre a natureza que são qualquer coisa, menos naturais" (2002, p. 53). Descrever as atividades humanas dentro de um ecossistema é contar uma história, é narrar (CRONON, 2002, p. 34). A análise das construções narrativas em uma história ambiental não busca encontrar a fidelidade entre o relato e o passado, mas identificar seus elementos figurativos, porque são eles que determinam o resultado final.

Esses elementos figurativos ajudam a criar uma representação sobre o passado, a natureza e o homem, com esses dois elementos – homem e natureza – transitando nos papéis de vilão, herói e vítima, conforme o tipo de argumento adotado pelo narrador. Para Cronon, esse argumento pode

ser de dois tipos: ascendente ou progressivo, quando a narrativa segue uma linha que caminha para um final que traduz uma situação melhor, positiva, em relação à condição que se tinha no começo da história. O segundo tipo de argumento é o descendente ou trágico, quando a história caminha para um final de conotação negativa, onde o protagonista tende a parecer “mais pobre”, “mais infeliz”, “menos livre” do que estava no começo da narrativa (CRONON, 2002, p. 35).

A rota Passos dos Jesuítas-Anchieta elabora uma narrativa ascendente, um itinerário onde o caminhar deve conduzir a um estado melhor do que o inicial, a um final feliz, um tipo de experiência que se completa quando todo o caminho é percorrido, como se fosse possível ir colhendo pedaços para ir compondo uma história do Brasil, da ocupação do território brasileiro, pedaços que compõem um imaginário sobre o litoral e sobre a natureza da região. Ao implantar esse roteiro turístico de caminhada e peregrinação, o poder público cria novas possibilidades de interações com o meio ambiente, com a natureza no litoral de São Paulo. São, portanto, novas percepções que emergem desse produto turístico, percepções essas que a História Ambiental pode ajudar a investigar e a compreender.





## Capítulo 4

### Criando um caminhante

A constituição da rota pedestre Passos dos Jesuítas Anchieta é resultado de um novo olhar para as cidades do litoral do estado de São Paulo. De “cidades de praia”, elas passam a ser “cidades com história para contar, cidades para caminhar”. Mas, que história é essa que se conta? Qual o papel reservado ao homem e à natureza nesta narrativa?

Ao defender uma abordagem cultural e politicamente responsável sobre a realidade, Edward Said nos dá importantes pistas metodológicas para analisar esses discursos: que energias intelectuais, estéticas, eruditas e culturais entraram na elaboração do projeto? Como a história, a literatura etc., se colocaram a serviço dele? Que mudanças, modulações, ondulações ocorrem ao longo da disseminação desse discurso? O que existe de originalidade e de continuidades em relação a empreendimentos semelhantes? (SAID, 2007, p. 44). Ao tentar responder essas perguntas, passamos a abordar esses discursos não como um raciocínio incondicionado, mas como uma obra humana voluntária.

Enquanto o Caminho de Santiago de Compostela, originalmente um fenômeno religioso, se transmuta em um fenômeno turístico (SOLLA e GONZÁLEZ, 2011, p. 87), ou seja, uma rota de caminhada e peregrinação é aproveitada como um produto turístico, na rota Passos dos Jesuítas-Anchieta ocorre uma inversão: primeiro ocorre a criação da rota de caminhada, desde sua origem um produto turístico, para posteriormente surgir o turista-caminhante para percorrê-la. Nesse sentido, a Secretaria de Turismo, ao criar a rota, tem que criar um caminhante. Como isso é feito? Acreditamos que os gestores públicos se aproveitam de um contexto onde se observa a expansão de rotas de peregrinação e caminhada,

tanto no contexto internacional como no local, porque como apontou Said, “cada campo individual está ligado a todos os outros, nada que acontece se dá isoladamente ou está isento de influências externas” (2007, p. 19). O objetivo deste capítulo é descrever esse contexto e mostrar como ele desenha o produto turístico criado em São Paulo. Uma caracterização do nosso objeto de estudo, a rota Passos dos Jesuítas Anchieta, mostrará, no entanto, que embora inspirada no Caminho de Santiago, o discurso oficial impõe alguns distanciamentos desse modelo, tornando esse roteiro de caminhada um produto peculiar tanto pelo seu *modus operandi* quanto pelas paisagens que privilegia.

#### **4.1 Contexto internacional**

A valorização de rotas de peregrinação deriva de um alargamento do conceito de patrimônio por parte de instituições de preservação do patrimônio como a Unesco e o Icomos. Um dos marcos desse movimento foi a declaração do Caminho de Santiago como primeiro Itinerário Cultural da Europa pelo Conselho da Europa, em 1987. Alguns anos mais tarde, em 1993, o Caminho Francês foi declarado Patrimônio da Humanidade, pela Unesco. Nos critérios que embasaram esse reconhecimento, percebe-se um deslocamento do enfoque do bem em si para o conjunto de significados e para a rede de relações estabelecidas entre os homens e o seu meio. O conceito de itinerário cultural expresso na “Carta dos Itinerários Culturais” (ICOMOS, 2008) aponta para as representações dos processos evolutivos e dinâmicos das relações humanas interculturais, realçando a diversidade de contribuições dos diferentes povos para o patrimônio cultural. Um conceito que revela o fenômeno dos deslocamentos humanos ao longo do tempo por estradas e outras vias de comunicação, deslocamentos que promovem trocas culturais e que modificam as paisagens. Essas vias de comunicação

surtem a partir de motivações diversas, para vários fins. No Caminho de Santiago, o sentido de itinerário cultural se explica pela criação de um conjunto de patrimônios culturais associados à peregrinação.

O termo peregrino é uma palavra de origem latina que, em seu sentido original, se referia à pessoa que passa, que não está em seu lugar de origem, que viaja por países estrangeiros ou simplesmente ao estrangeiro, alguém sem direito à cidadania. Nesse sentido, peregrinação significava uma viagem ou período fora do país. Segundo Adalbert Rebic (1937-2014), professor da Faculdade de Teologia da Universidade de Zagreb (Croácia) e especialista em estudos mariológicos, foi apenas no século XII que peregrinação passou a designar unicamente as viagens para visitar lugares sagrados com o objetivo de obter algum bem material, a cura de uma doença, por exemplo, ou espiritual, como o perdão dos pecados, por meio de sacrifício e renúncia (REBIC, 1999). A pesquisadora da Universidade de Córdoba, Maria Genoveva de la Torre e colaboradores, mencionam que desde o século VIII existe um fluxo de peregrinos para Roma e, a partir do ano 1070, para Jerusalém (TORRE, FERNÁNDEZ e NARANJO, 2010, p. 15).

Entretanto, a peregrinação não é uma prática exclusiva da tradição cristã; ao contrário está presente em todas as grandes religiões. Exemplo disso são os lugares de peregrinação hinduístas e budistas na Índia e no Sul da Ásia e a *haji*, peregrinação que os muçulmanos devem fazer anualmente para a cidade de Meca, na Arábia Saudita.

Ao longo da história, os lugares de peregrinação experimentaram momentos de auge e de crise. Os conflitos entre cristãos e muçulmanos desenharam fluxos irregulares de peregrinos para Jerusalém. No fim do século XIX e na primeira metade do século XX, especialmente nos períodos próximos às grandes guerras mundiais, observa-se um declínio nesse tipo de viagem devido à insegurança nos deslocamentos. Segundo Torre e colaboradores, a partir dos anos 1950, inicia-

se um novo período de auge para os grandes santuários europeus como o Vaticano e os centros de peregrinação mariana como Lourdes e Fátima e os hispano-americanos como Guadalupe, no México e Luján, na Argentina (TORRE, FERNÁNDEZ e NARANJO, 2010, p. 16).

Em seus estudos sobre as intersecções entre turismo e território, a pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade do País Basco, Maria Cruz Porcal, define peregrinação como toda viagem motivada por questões religiosas e que são realizadas por uma pessoa crente que busca chegar a um espaço sagrado (PORCAL, 2006, p. 107). Diferentemente do turismo religioso, onde a ênfase está nos lugares de culto, a peregrinação envolve outros aspectos ao estabelecer uma ligação entre esses lugares e o percurso. Para Rebic, da mesma forma que outras modalidades de turismo, a viagem para um santuário ou outro sítio considerado sagrado representa uma fuga do cotidiano, uma ruptura para vivenciar algo insólito. O elemento que torna a peregrinação diferente do turismo religioso é o simbolismo (REBIC, 1999). Na verdade, na peregrinação, o deslocamento em si adquire significados simbólicos ao se revestir de esforço físico e de uma preparação espiritual para a chegada ao destino final. A viagem, o destino final e o peregrino propriamente dito são elementos chave em um sistema de peregrinação (MORINIS, 1992, apud TORRE, FERNÁNDEZ e NARANJO, 2010, p. 13).

O turismo religioso se aproveita desses deslocamentos para gerar oportunidades de desenvolvimento de atividades turísticas, considerando, inclusive, que o peregrino é mais fiel aos destinos que visita porque, diferentemente do turista convencional, mais do que o lazer, suas viagens envolvem cumprir uma obrigação, fazer um pedido ou mesmo obedecer uma tradição. Daí que, com o tempo, diversos tipos de serviços para atender a esse turista foram sendo agregados em torno de muitos santuários. Torre e colaboradores apontam que, especialmente na Europa, uma série de

atividades paralelas, como visitas a museus e prédios históricos próximos ao santuário, têm sido oferecidas com intuito de aumentar o tempo de permanência desses peregrinos. Em Lourdes, na França, foi criado um roteiro de visitação ao patrimônio da cidade, tanto cultural quanto natural, a partir de sua atração principal, o Santuário de Nossa Senhora de Lourdes. É como se a aura espiritual do santuário pudesse ser expandida para criar “minicidades santas”, que dão ao turista a sensação de estar em um lugar especial, incrementando seu tempo de permanência e, evidentemente, seus gastos. Com cerca de 20 mil habitantes, Lourdes tem 35 mil vagas em hotéis para receber os cerca de cinco milhões de visitantes que recebe todos os anos (TORRE, FERNÁNDEZ e NARANJO, 2010, p. 13). São dados que mostram como as peregrinações religiosas podem representar um impulso ao turismo e à hospitalidade. Foi a partir dessa constatação que, nos anos 1970, o governo da Espanha inicia uma série de ações que transformam o Caminho de Santiago de Compostela no mais conhecido roteiro de peregrinação do mundo, modelo para diversos roteiros turísticos no mundo e também no Brasil.

A origem do Caminho de Santiago remonta ao século IX, em torno dos anos 820 e 830, quando são descobertos o que, supostamente, seriam os restos do corpo do apóstolo São Tiago (ou Santiago) em um bosque chamado Libredón, na então remota região da Galícia. Após a descoberta do túmulo ter sido reconhecida pela Igreja, o rei Afonso II (789-842) mandou construir uma capela no local para onde passaram a se dirigir os primeiros peregrinos.

Independentemente de qualquer rigor com que a confirmação dos restos foi realizada, importava naquele momento encontrar uma figura que pudesse unificar a Igreja contra um inimigo comum, a invasão muçulmana. Conforme explicam Torre e colaboradores, no primeiro terço do século IX, os muçulmanos já tinham consolidado sua presença na Península Ibérica, mas os minúsculos reinos do Norte

permaneceram resguardados, protegidos pelo relevo montanhoso. A figura de Santiago surge como um exemplo de líder carismático, um tipo de herança comum a toda aquela região. A consolidação do mito jacobeo acontece alguns anos depois quando se dissemina a notícia pela Espanha e além de seus limites, de que a vitória dos cristãos na Batalha de Clavijo contra os mouros, no ano de 844, ocorrera graças à invocação a Santiago, convertendo a figura do apóstolo em um símbolo da Espanha reconquistada (TORRE, FERNÁNDEZ e NARANJO, 2010, p. 17). O termo jacobeo é um adjetivo que alude ao apóstolo Santiago, tem origem em Jacob/Iacobus, nome bíblico original de Santiago (Sant-Iacob).

Ao longo da Idade Média, a cidade de Santiago se junta à Roma e Jerusalém como destino das principais peregrinações dos católicos. Os cristãos caminhavam centenas de quilômetros para se comprometer com a fé, manifestá-la publicamente e, ao mesmo tempo, convidar os outros, pelo exemplo, a repetir o sacrifício. Tratava-se de realizar um esforço físico cujos resultados se manifestariam no nível espiritual. De acordo com Torre e colaboradores (*idem*, *ibidem*), foi assim, caminhando, que os peregrinos criaram o Caminho de Santiago.

Os deslocamentos fizeram com que estradas fossem recuperadas, pontes levantadas, igrejas, hospitais e hospedarias fossem construídos, "... e o mais importante, uma infinidade de núcleos populacionais surgiram no entorno da rota, constituindo um legado histórico e artístico tão importante que ainda hoje é impossível mensurá-lo" (*idem*, p. 19).

No século XIII, o Caminho de Santiago alcançou grande notoriedade, recebendo viajantes de toda a Europa movidos por interesses religiosos e econômicos. Os que caminhavam utilizavam três elementos que se converteram em símbolos do Caminho jacobeo: a mochila, o bastão e uma cabaça para guardar vinho. Outro objeto muito usado pelos peregrinos medievais e atualmente muito utilizado nas campanhas de promoção desse destino turístico é a concha

ou vieira. Marisco comum na costa galega, segundo a tradição, os peregrinos antigos costumavam costurar a concha nas roupas ou no chapéu antes de iniciar o caminho de volta de Santiago, para obter proteção no caminho para casa e como forma de louvar a Santiago. Nos séculos XI e XII, nos enterros era comum identificar quem tinha sido um peregrino colocando a concha trazida da Galícia sobre o corpo do morto.

Fatores como a peste negra, que assola a Europa no século XVI, e a disseminação das ideias protestantes também no século XVI, contribuem para um forte declínio no fluxo de peregrinos na rota jacobea. Um segundo período de grande popularidade da rota teria que esperar até o século XX.

Em 1991, prevendo um aumento do fluxo de peregrinos no Caminho de Santiago por ocasião das comemorações do Ano Santo Compostelano de 1993, a Junta da Galícia, o governo autônomo galego, estabeleceu um extenso programa de atividades de promoção cultural e turística do Caminho de Santiago, o “Xacobeu 93”. A partir do exemplo do Jogos Olímpicos de Barcelona, de 1992, a intenção do governo era revitalizar o turismo na Galícia, transformando o Caminho de Santiago em um motor de desenvolvimento socioeconômico. O mecanismo de ativação desse motor era o crescente prestígio que o Caminho de Santiago vinha adquirindo desde a década de 1980. Para os pesquisadores do Departamento de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela, Xosé Santos Solla e Rubén González, nesse novo ciclo de turismo de peregrinação na rota, foram fundamentais as visitas do papa João Paulo II à cidade de Santiago de Compostela, em 1982 e 1989, a declaração da cidade de Santiago como Patrimônio da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1985, e o reconhecimento do Caminho de Santiago como primeiro Itinerário Cultural da Europa, em 1987 (SOLLA e GONZÁLEZ, 2011, p. 89).

Sem contar com a participação direta da Igreja<sup>1</sup>, o plano “Xacobeo 93” estabelecia três objetivos principais: melhorar o atendimento aos peregrinos, revitalizar trechos, albergues e sítios patrimoniais do Caminho Francês e a promoção de uma grande campanha publicitária de alcance internacional para difusão do Caminho. Na esfera política, a concretização do plano deveu-se ao apoio que o governo da Galícia, sob o comando do Partido Popular (PP), recebeu do governo federal, presidido à época pelo Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE), que possibilitou o investimento contínuo de recursos por meio de um fundo específico para projetos em Santiago e nas demais cidades por onde passava o Caminho, na Espanha. De acordo com as pesquisadoras da Universidade de Corunha, na Espanha, María José de Andrade Suárez e Iria Caamaño Franco, que analisaram a imagem turística do Caminho de Santiago, o “Xacobeo 93” foi uma campanha sem precedentes, com eventos de entretenimento e grandes shows culturais a partir dos mais diversos pontos de partida para a meta compostelana. O papel dos meios de comunicação em toda essa campanha foi crucial, já que gerou uma presença constante da Galícia na mídia e ocorreu em todos os níveis: local, regional, nacional e internacional (SUÁREZ e FRANCO, 2016, p. 38-39).

O programa foi conduzido pela Sociedade Anônima de Gestão do Plano Xacobeo, ou Xacobeo Galicia S.A., órgão público, criado especialmente para esse fim e ligado ao Ministério do Turismo da Galícia. Essa instituição passou então a gerir o patrimônio ligado ao Caminho de Santiago e os serviços da rede de albergues da Comunidade Autônoma de Galícia. O conjunto de ações se traduziu em um aumento expressivo no número de peregrinos. Se em 1990, a Oficina de Acogida al Peregrino, ligada à Arquidiocese de Santiago,

---

<sup>1</sup> De acordo com Solla (2006), embora colha dos frutos da popularidade do Caminho de Santiago, a Igreja não o reconhece como um produto turístico, estabelecendo uma diferença clara entre o peregrino e o turista, ainda que os efeitos que a caminhada gere nos dois tipos de viajantes sejam similares (SOLLA, 2006, p. 141).



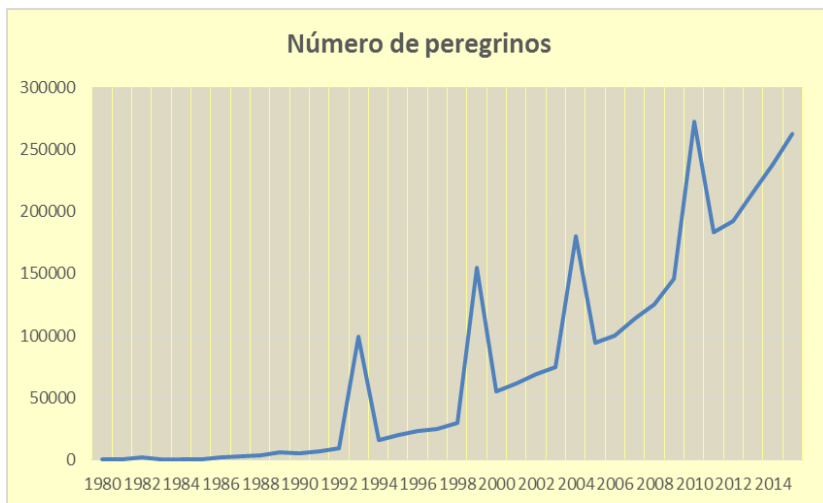
registrou cerca de cinco mil peregrinos, em 1993, esse número passou para surpreendentes 100 mil (SOLLA e GONZÁLEZ, 2011, p. 90).

Xosé Solla e Rubén González apontam ainda que o apelo emocional dessa rota de peregrinação (do encontro consigo mesmo), também teve e ainda tem, um papel importante na sua difusão. Nesse sentido, obras como a de Paulo Coelho (*O diário de um mago*, 1987) e de Shirley MacLaine (*The camino: a journey of the spirit*, 2000) desempenharam um trabalho inestimável no incremento de peregrinos, especialmente dos países de origem desses autores (idem, p. 103). Os Estados Unidos são o quarto país que mais envia turistas para o Caminho de Santiago e o Brasil é o décimo primeiro. Na abertura do “1º Congresso Internacional sobre Turismo e Peregrinações”, que aconteceu em 2014, em Santiago de Compostela, a diretora do Departamento de Turismo da Comunidade Autônoma da Galícia, Nava Castro Domínguez, mencionou o livro de Paulo Coelho como um fator de atração de turistas.

A partir dos bons resultados obtidos em 1993, a empresa criada para a gestão e promoção da rota jacobea tem feito uma comunicação intensiva – por meio da participação em feiras, eventos culturais, patrocínio de atividades esportivas e com a distribuição de folhetos e guias – a fim de divulgar a grande variedade de eventos e atividades que acontecem durante o Ano Santo (Depois de 1993, foram anos santos 1999, 2004 e 2010. O próximo será em 2021) (SUÁREZ e FRANCO, 2016, p. 42). Essas ações acabaram consolidando o Caminho de Santiago como um dos produtos turísticos de maior sucesso na Espanha e a rota de peregrinação mais conhecida em todo mundo, atraindo milhares de peregrinos, conforme mostra o gráfico a seguir.

Esse turista compõe um tipo de cenografia nas ruas e praças da capital galega, especialmente em seu centro histórico, onde está localizada a Catedral, tornando-se eles mesmos, atrações turísticas. “Os peregrinos são ao mesmo

tempo turistas e atrações turísticas. Quer dizer, eles formam parte do cenário turístico compostelano e contribuem para enriquecer a experiência dos outros visitantes” (SOLLA, 2006, p. 146).



*Número de peregrinos. Os picos no gráfico (1993, 1999, 2004 e 2010) se referem aos Anos Santos Compostelanos, ou seja, aqueles em que o dia de Santiago (25 de julho) cai em um domingo. O perfil desses turistas é predominantemente de turistas religiosos porque segundo a tradição católica, nos anos santos a Porta Santa da Catedral de Santiago é aberta e os peregrinos que passarem por ela terão todos os seus pecados perdoados. Fonte: Oficina de Acogida al Peregrino da Arquidiocese de Santiago. Apesar desse volume de peregrinos poder estar ligeiramente inflacionado devido à fonte, consideramos que as estatísticas fornecidas pela Arquidiocese de Santiago são úteis para explicar o salto no número de turistas, especialmente a partir da década de 1990, quando o governo espanhol empreende as iniciativas em torno do Caminho de Santiago. Elaboração: Patrícia Mariuzzo.*

No entanto, as transformações na cidade de Santiago vão além disso. Os investimentos públicos para ativação turística da rota jacobea tiveram efeitos bastante evidentes na

capital galega, que incluem a renovação da cadeia hoteleira e do incremento do setor de serviços e a chegada das companhias aéreas de baixo custo. Conforme apontam Solla e González, a transformação do Caminho de Santiago em um produto turístico global marcou profundamente o setor turístico galego a partir de uma fórmula que está funcionando bem, ao menos até agora (2010, p. 91-98). Em um cenário de intensa competição para atrair turistas, os elementos que distinguem a rota de outros destinos são: a mobilidade lenta, o caráter marcadamente experiencial que prepara para uma mudança, a recuperação de determinados âmbitos de sociabilidade, a não massificação, o protagonismo da natureza, a importância atribuída à autenticidade, o fato de ser uma experiência turística de baixo custo e o caráter plural do Caminho, ao concentrar atrativos religiosos e culturais. Esses autores destacam, no entanto, que a não massificação é muito mais uma imagem que os gestores do caminho construíram sobre ele do que propriamente a realidade. Em alguns pontos do Caminho e a própria Santiago assistem à saturação de turistas em algumas épocas do ano, com impacto significativo nas comunidades locais (idem, p. 92-94).

Uma característica que sobressai na transformação da rota jacobea em um produto turístico global é uma mudança no perfil de turista, cujas motivações mesclam espiritualidade, cultura e turismo, ampliando, portanto, o público com potencial para ser atraído a caminhar, além do turista religioso. Solla e González sugerem que esse novo perfil de peregrino é fruto de um cenário de mobilidade rápida, especialmente nas grandes metrópoles, no qual voltar a caminhar é um meio de estabelecer um tipo de resgate das antigas relações do homem com a natureza. Ele pode perceber seu entorno como faziam os homens do passado, a partir de uma escala humana e não como está acostumado, a partir de um carro, um trem, um ônibus ou um avião (SOLLA e GONZÁLEZ, 2011, p. 93).

Assim, o abrandamento do caráter religioso da caminhada consolida um novo perfil de viajante: o turista-

peregrino. “Percorrer o Caminho a pé, de bicicleta ou a cavalo torna-se um destino popular, que reúne o religioso, espiritual, desportivo, cultural, econômico etc.” (TORRE, FERNÁNDEZ e NARANJO, 2010, p. 23). Em 2015, um total de 262.515 mil turistas chegaram à cidade de Santiago para retirar a Compostela, documento eclesiástico que certifica que uma pessoa que percorreu o Caminho de Santiago completou pelo menos os últimos 100 quilômetros de qualquer das rotas jacobinas. No entanto:

Só uma minoria dos peregrinos repete os hábitos medievais de rezar, assistir à missa e purgar os pecados que a rota a Santiago primogênita instaurou. O espiritual está no caráter liminar, de comunhão com a paisagem e em uma volta ao rural, (...) que marcam a experiência do Caminho (SOLLA e GONZÁLEZ, 2011, p. 96).

A motivação para caminhar tantos quilômetros não é necessariamente religiosa, mas impregnada de uma espiritualidade diferenciada que busca um tipo de ascese por meio da contemplação da natureza que, no caminho de Santiago, se traduz predominantemente em paisagens rurais. Nesse sentido, visitar igrejas, capelas e outros sítios de patrimônio religioso adquire sentido porque, para o turista-peregrino, eles são ícones de um turismo cultural (SOLLA e GONZÁLEZ, 2010, p. 96).

Analisando os cruzamentos entre ecologia e espiritualidade, os pesquisadores Isabel Cristina Moura Carvalho, da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), e Carlos Steil, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), constataram que atividades como caminhadas, trilhas, turismo ecológico e peregrinações são perpassadas por um anseio por um ideal de saúde e de práticas de espiritualidade que evocam uma ascese ecológica. Os praticantes buscam uma experiência do sagrado, no sentido

de que a reconexão com a natureza passa a fazer parte de um sistema de crenças ecológicas. No entanto, esse sistema de crenças independe de uma legitimação institucional, quais sejam, igrejas, doutrinas e dogmas. Há um deslocamento da instituição para o indivíduo como entidade capaz de acessar o sagrado autêntico.

Esses sujeitos podem ser identificados nos grupos religiosos movidos por um espírito da Nova Era que buscam o sagrado e a si mesmos em lugares, espaços rituais e peregrinações onde a natureza tem um papel protagonista, bem como em grupos ecológicos voltados para práticas de convívio harmonioso com a natureza e de formação de sujeitos ecológicos pela educação ambiental que incorporam, em alguma medida, a ideia da natureza investida de forças e energias restauradoras do corpo, da alma e de virtudes éticas para a convivência social (CARVALHO e STEIL, 2008, p. 291).

Em seu estudo sobre peregrinações brasileiras, a antropóloga Maria de Sá Carneiro, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), também identifica a emergência desse peregrino-turista, diferente do peregrino tradicional: “não apenas pelo conjunto de motivações que os levam a realizar a peregrinação, mas, sobretudo, pelas estruturas de significados nas quais estão inscritas suas experiências” (CARNEIRO, 2004, p. 94). Segundo ela, nessa nova modalidade de peregrinação, as fronteiras entre as experiências turística e religiosa se diluem, abrindo a possibilidade de construir narrativas mais complexas e novas experiências para o peregrino-turista ou turista-peregrino.

Corroborando esse processo de turistificação do fenômeno das peregrinações, a Organização Mundial do

Turismo (UNWTO), organizou em setembro de 2014, o 1º Congresso Internacional sobre Turismo e Peregrinações, na cidade de Santiago de Compostela. Compartilhando experiências de gestão de caminhos de peregrinação e caminhada de todo o mundo, o encontro abordou as melhores práticas para o fomento e a articulação de políticas públicas para o turismo de peregrinação, “atividade humana cada vez mais complexa, cujo futuro depende de se alcançar um equilíbrio entre as tradições e necessidades dos anfitriões e visitantes”. Peregrinações para Jerusalém, para Santuário de Guadalupe (México), os Caminhos de Kumano Kodo (Japão), o Caminho da Sagrada Família (Egito); as rotas franciscanas e missões jesuíticas no Paraguai, para a Basílica de Esquipulas (Guatemala), os Caminhos da fé, em Chipre, os sítios de peregrinação relativos a Buda (Índia), peregrinações na Etiópia, o Festival Kumbh Mela (Índia), turismo espiritual em Bali, peregrinações em Medjugorje (Bósnia e Herzegovina), para o Templo de Shaolin (China), caminhadas no Parque Nacional Uluru Kata Tjuta (Austrália) foram alguns casos apresentados neste Congresso.

Na visão da UNWTO, as rotas de peregrinação e espaços sagrados apresentam desafios específicos na área de políticas, estratégias de desenvolvimento, gestão de recursos, capacidade de carga e conservação do patrimônio. Um desses recursos é o patrimônio natural, elemento importante no turismo ligado às rotas de peregrinação e caminhada, no sentido de que esse patrimônio compõe paisagens às quais são atribuídos valores espirituais e simbólicos.

Ao final do congresso foi elaborada a “Declaração de Santiago de Compostela sobre Turismo e Peregrinações”, com uma série de recomendações para múltiplos atores envolvidos nessa atividade. Entre elas: destacar a contribuição das peregrinações para o turismo sustentável; fomentar e cooperar com pesquisas sobre turismo e peregrinações; desenvolver e implementar melhorias na infraestrutura, gestão na

capacidade de carga, segurança e redução da pegada ecológica resultante das peregrinações e atividades turísticas relacionadas; assegurar o atendimento das necessidades dos visitantes, peregrinos, bem como das comunidades locais, incentivando o desenvolvimento econômico e diminuindo o impacto nos recursos naturais e culturais; respeitar valores éticos e tradições das comunidades religiosas e indígenas que contribuem para manter a sustentabilidade, integridade e equilíbrio das rotas de peregrinação e, finalmente, incentivar novas iniciativas e a criação de redes internacionais que fomentem o intercâmbio de experiências, capacitação de profissionais, promoção e gestão das rotas, envolvendo grupos religiosos e as comunidades locais como sócios no desenvolvimento sustentável do turismo espiritual.

Como produto turístico global, estruturado a partir de itinerários culturais e de caminhada, com um forte componente ecológico e espiritual, o Caminho de Santiago se transformou em um tipo de modelo ideal, que passa a inspirar centenas de projetos de turismo em todo o mundo, como se pudesse ser reproduzido em outros contextos sociais. Como lembram Solla e González, ele serviu de base para que o Conselho da Europa reconhecesse mais de 20 “Itinerários Culturais” nos últimos anos, tem incentivado um retorno à cultura de peregrinação em países de cultura protestante e se converteu em um ícone do reencontro individual com a natureza em países tão diferentes como o Japão e Israel. Via Francígena (de Canterbury, Inglaterra, a Roma, Itália); peregrinação ao Mosteiro de Santo Toribio de Liébana, o Caminho de Vera Cruz de Caravaca e a Rota de Dom Quixote, na Espanha, o Caminho de BíoBío dos Mapuches, no Chile, Caminho de Kumano, no Japão, são alguns exemplos de rotas criadas nos últimos anos em todo o mundo (SOLLA e GONZÁLEZ, 2010, p. 93 e 98). Atualmente, existem 33 rotas classificadas como “Itinerários culturais” pelo Conselho da Europa. As últimas incorporações aconteceram em 2015, com a “Rota de Carlos V” e o “Destino de Napoleão”.

Xosé Solla aponta, entretanto, que a curva ascendente de turistas-peregrinos para Santiago pode resultar na massificação do Caminho, ameaçando a longevidade desse produto turístico. A má qualidade das acomodações nos albergues e o intenso fluxo de caminhantes no Caminho Francês, por exemplo, são problemas que já estariam afetando a satisfação dos turistas. Outro ponto frágil é a questão do impacto econômico. Se, por um lado, a rede pública de albergues ajudou a incrementar o fluxo de turistas, atraídos pelo baixo custo da hospedagem, por outro lado, ela dificultou o surgimento de produtos secundários ao longo do caminho. A regra de apenas um pernoite inibe o viajante de sair da rota para conhecer outros lugares no entorno do Caminho, por exemplo. Ainda discutindo os impactos para a economia da Galícia, Solla argumenta que o peregrino é um turista que gasta menos. As características desse tipo de viagem limitam as compras e recordações e presentes, por exemplo, uma importante fonte de entrada de recursos para as comunidades locais. Assim, embora tenham aparecido alguns pequenos negócios – como bares, restaurantes e pousadas – ao longo do Caminho de Santiago, esse conjunto não foi significativo para gerar grandes mudanças na dinâmica econômica dos municípios envolvidos com esse produto turístico. Por fim, esse pesquisador aponta que o principal aporte econômico ficou circunscrito a Santiago de Compostela, sem beneficiar os agentes locais nas cidades ao longo do Caminho, especialmente as mais pobres, que necessitam de alternativas de desenvolvimento (SOLLA, 2006, p. 141-142).

Ainda em relação às comunidades locais, é importante lembrar do Conselho Jacobeo, órgão de gestão do Caminho, criado em 1991 para servir de interface entre a administração central, em Madri, e os governos regionais (Galícia, País Basco, Catalunha, Asturias, Cantabria, Aragão, Navarra, La Rioja e Castilha e León). O Conselho reúne representantes dos Ministérios da Cultura, Economia, Relações



Internacionais, Educação e, claro, do Turismo. Outros atores sociais, como associações culturais, acadêmicas ou religiosas podem ser convidadas para as reuniões do Conselho, mas não têm poder de voto. No estudo sobre os processos de patrimonialização no Caminho de Santiago, a pesquisadora Cristina Sánchez-Carretero, do Instituto de Ciências do Patrimônio (Incipit), na Espanha, lembra que no processo de patrimonialização do Caminho do Norte, um dos ramos do Caminho, pela Unesco, ainda em curso, não envolveu a participação popular, mostrando que os regimes de patrimônio do Caminho de Santiago produzem silenciamentos e exclusão (SÁNCHEZ-CARRETERO, 2012, p. 143-144).

Quanto estivemos no Congresso Internacional sobre Turismo e Peregrinações, em 2014, mais de uma vez presenciamos palestras sendo interrompidas por membros das associações de amigos do Caminho de Santiago de várias localidades da Espanha para reivindicar maior nível de participação nas decisões acerca do Caminho. São situações e contextos que servem para refletir que, mesmo em um projeto turístico bem-sucedido, há aspectos frágeis que podem representar uma ameaça à sua continuidade e que devem ser levados em conta quando se tenta replicá-los em outras realidades.

## **4.2 Contexto nacional**

Desde a década de 1970, há registros de prática de caminhada na Chapada Diamantina, estado da Bahia. Entretanto, de acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta), é a partir dos anos 1980 que as atividades relacionadas ao ecoturismo começam a se profissionalizar com o surgimento de agências e operadoras especializadas nessa modalidade de turismo, que, como vimos, inclui as caminhadas de longo curso. Ao discorrer sobre os marcos do desenvolvimento do

turismo de aventura no Brasil, modalidade na qual se enquadram as caminhadas, muitos especialistas mencionam o movimento ambientalista, marcado pela ECO-92, e a maior divulgação do ecoturismo como fatores que atuaram como propulsores da atividade, colaborando para que o aumento da demanda por esse tipo de serviço se mantivesse em escala crescente até aproximadamente o início do ano 2000 (BRASIL, Ministério do Turismo, Abeta, 2009, p.18 e 53).

Os dados do “Diagnóstico sobre o turismo de aventura no Brasil”, encomendado pelo Ministério do Turismo (2009), apontam que a curva de demanda por essa atividade está em crescimento, na medida em que novos praticantes aderem às caminhadas e os mais experientes migram para caminhadas de maior nível de dificuldade (BRASIL, Ministério do Turismo, Abeta, 2009, p. 83). Um dos fatores de atração é o custo baixo. Uma pesquisa sobre o perfil do turista de aventura e do ecoturista brasileiros, do Ministério do Turismo (2010), mostrou que a caminhada é a terceira atividade mais praticada por esse tipo de turista no Brasil. Na tabela a seguir, estão alguns exemplos de roteiros de caminhada criados no Brasil nos últimos anos. Como fator em comum, as rotas citadas associam o turismo e o lazer e indicam mudanças sociais na peregrinação tradicional.

Entretanto, no Brasil, as peregrinações são bem mais antigas do que isso. Os relatos de peregrinação para louvar a imagem de Nossa Senhora Aparecida remontam ao século XVIII. Segundo o historiador Júlio Brustoloni, cerca de 20 anos após o achado da imagem, em 1719, no Rio Paraíba, estado de São Paulo, peregrinos vinham de todas as regiões do país para conhecer a imagem na pequena capela construída na, então, cidade de Guaratinguetá. Ainda segundo ele, o registro mais antigo de peregrinos refere-se a um grupo da cidade de Curitiba, em 1754 (BRUSTOLONI, 1986, p. 53).

Frequência em rotas de caminhada na região Sudeste				
Nome	Estado	Início	Distância	Turistas/ano
Passos de Anchieta	ES	Maio/1998	100 km	4.200
Caminho da Luz	MG	Julho/2001	200 km	2.000
Caminho do Sol	SP	Julho/2002	241 km	700
Caminho das Missões	RS	Janeiro/2002	323 km	2.500
Caminho da Fé	SP	Fevereiro/2002	497 km	4.000
Caminho de Aparecida	SP	Janeiro/2011	265 km	700

Hoje, o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, maior santuário mariano do mundo, recebe em média 10 milhões de visitantes por ano. O maior afluxo se dá no dia 12 de outubro, quando acontece a festa litúrgica em homenagem à santa. Em outubro, portanto, é comum ver pessoas caminhando na Rodovia Dutra, às margens da qual está localizado o Santuário, para chegar à igreja. As romarias são organizadas a partir de todo o Brasil, algumas delas há vários anos. Entretanto, assim como no Caminho de Santiago, no Brasil há mudanças no fenômeno da peregrinação. Em uma pesquisa sobre os “Caminhos de Santiago de Compostela no Brasil”, um dos aspectos identificados pelos pesquisadores Sandra de Sá Carneiro e Carlos Alberto Steil é um afastamento da Igreja Católica, mesmo quando o ponto final da caminhada é uma igreja. O protagonismo na organização desses roteiros passa para o poder público ou para a iniciativa privada. Em sua apresentação, elas são

associadas tanto a aspectos místicos, quanto ao lazer, esporte e à ecologia:

... atrativos que se situam em um contexto mais abrangente, em que essas junções já não são vistas como estranhas, uma vez que as próprias fronteiras entre esses campos sociais se tornaram porosas. Os peregrinos falam da necessidade de se manter conectados com alguma coisa estável para não se perderem, de uma forma sem volta. Apesar do imaginário católico aparecer em primeiro plano, em alguns casos, outras referências são evocadas como pontos de estabilidade, como o turismo e o mercado (STEIL e CARNEIRO, 2008, p. 116).

É nesse contexto de interconexão entre turismo e religião, entre caminhada de longa distância e peregrinação religiosa, que o mais importante centro de peregrinação brasileiro, o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, localizado na cidade de Aparecida do Norte, Vale do Paraíba, entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, se torna o destino final de duas rotas de caminhada inspiradas no Caminho de Santiago, o Caminho da Fé, que existe desde 2003, e o Caminho de Aparecida, que começou a ser usado por peregrinos em 2011. Nos dois roteiros, o turista-peregrino recebe credenciais e um certificado de participação retirado na Basílica de Aparecida.

O Caminho da Fé é administrado pela Associação dos Amigos do Caminho da Fé (AACF), cuja sede fica em Águas da Prata, município a 238 quilômetros da cidade de São Paulo. O roteiro é fruto da iniciativa de um grupo de peregrinos que queriam oferecer um serviço a pessoas interessadas em fazer a caminhada até a Basílica de Aparecida. Há saídas dos municípios de Águas da Prata, Cravinhos, Paraisópolis, São

Carlos, Descalvado, Mococa e Tambaú (o trajeto mais longo tem 541 km e o mais curto, partindo de Paraisópolis, tem 134 km). Entre prefeituras, paróquias, hotéis, pousadas e restaurantes, a AACF tem parcerias em 35 cidades onde as credenciais do peregrino são carimbadas. O caminho é todo sinalizado com setas amarelas e, assim como no Caminho de Santiago, o peregrino tem que percorrer ao menos 100 quilômetros para obter o “Certificado Mariano”. Conforme informa o site do Caminho da Fé, a viagem proporciona “momentos de reflexão e fé, saúde física e psicológica e integração do homem com a natureza”.

O número de turistas no Caminho da Fé vem crescendo significativamente nos últimos anos. Segundo informações da AACF, isso se deve às características paisagísticas do trajeto (região da Serra da Mantiqueira, uma cadeia montanhosa entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e pelo grau de dificuldade da rota. No ano de 2003, quando o caminho começou, cerca de 568 peregrinos fizeram a rota, número que dobrou em 2006. Em 2015, 4.010 peregrinos retiraram o certificado de conclusão da peregrinação no Santuário de Aparecida.

Um dos roteiros de caminhada criados mais recentemente no Brasil é o Caminho de Aparecida. Seu marco zero fica na cidade Alfenas, região sul do estado de Minas Gerais. Assim como no caso do Caminho da Fé, o projeto é uma iniciativa local. Dois peregrinos que faziam com frequência o trajeto entre Alfenas e Aparecida a pé ou de bicicleta, decidiram traçar um caminho “oficial de peregrinação” para Aparecida do Norte utilizando apenas estradas de terra e trilhas e evitando as rodovias. De acordo com informações do site dessa rota: “o caminho de Aparecida é uma rota que proporciona momentos de reflexão, fé e recolhimento, de aproximação do homem com a natureza”. Com 285 quilômetros, esta rota recebe cerca de 700 peregrinos por ano. Igualmente inspirada no Caminho de Santiago, o caminho conta com sinalização própria: placas

com uma seta na cor azul que lembra um peixe. A palavra grega para peixe é *ichthys*. Já no primeiro século, os cristãos fizeram um acrônimo a partir desta palavra: *Iesous Christos Theou Yios Soter*, ou seja, Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador. O peixe tem muitas outras conotações teológicas, como o milagre da multiplicação dos peixes e o fato de Cristo chamar seus discípulos de "pescadores de homens". O batismo na água, praticado por imersão na igreja primitiva, criou um paralelo entre os peixes e convertidos. Gregos, romanos e muitos outros pagãos usaram o símbolo do peixe antes de cristãos, daí o peixe, ao contrário de símbolos como a cruz, atraía pouca suspeita, tornando-se um símbolo secreto para crentes perseguidos (COFFMAN, 2008).

Para receber o certificado de participação no Caminho de Aparecida, o peregrino tem que carimbar um passaporte em alguns dos locais credenciados, como hotéis, pousadas, prefeituras e igrejas nas cidades ao longo do caminho. Um diferencial dessa rota é a participação das comunidades locais. Alguns moradores ofereceram suas casas para receber peregrinos e onde não havia infraestrutura de hospedagem estão sendo construídos albergues. Os recursos para manutenção e sinalização são obtidos por meio de doações.

Passos de Anchieta, é um roteiro de caminhada de 100 quilômetros entre Vitória e a cidade de Anchieta, no Espírito Santo. Criada em 1998, segundo a Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta (Abapa), que faz a gestão do caminho, é a mais antiga rota de peregrinação do Brasil. Também foi inspirada na figura de José de Anchieta. O roteiro reconstitui o caminho que o padre jesuíta teria percorrido em seus deslocamentos da Vila de Reritiba, núcleo histórico da atual cidade de Anchieta, até a Vila de Nossa Senhora da Vitória, capital do estado. Anualmente 200 turistas percorrem o trajeto. No entanto, uma vez por ano, na festa católica de Corpus Christi, ocorre uma caminhada coletiva da qual só é possível participar contratando um pacote turístico. Em 2015,

cerca de quatro mil pessoas participaram dessa caminhada que dura quatro dias.

Em 2001, a Associação Brasileira dos Amigos do Caminho da Luz, Abraluz, inaugurou o Caminho da Luz, um roteiro de aproximadamente 200 quilômetros que começa na cidade de Tombos, a 383 quilômetros de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e termina no Pico da Bandeira, localizado no Parque Nacional do Caparaó, divisa entre os municípios de Ibitirama, Espírito Santo, e Alto Caparaó, em Minas Gerais. De acordo com os gestores do roteiro, a rota reproduz os caminhos percorridos por indígenas que partiam da Cachoeira do Tombos rumo ao Pico da Bandeira, onde participavam de rituais religiosos. A Abraluz é responsável pela manutenção do caminho e da sinalização, que também utiliza as setas amarelas. As caminhadas são contratadas por pacote e dependem de agendamento prévio. O Caminho da Luz recebe em média 2 mil turistas por ano.

Outra rota de caminhada no estado de São Paulo é o Caminho do Sol. Ela recebe 700 turistas por ano em média e, de acordo com informações do Instituto Caminho do Sol, foi o primeiro caminho brasileiro organizado para servir de preparação para a peregrinação para Santiago de Compostela. É importante destacar que o Instituto Caminho do Sol prestou consultoria técnica para a Secretaria de Turismo de São Paulo no processo de criação da rota Passos dos Jesuítas. Com 241 quilômetros, o trajeto começa na cidade de Santana do Parnaíba, na Grande São Paulo e termina em Águas de São Pedro, interior do estado, onde foi criada a Casa de Santiago. Esta iniciativa conta com 11 abrigos localizados em fazendas e hotéis ao longo do percurso. O Instituto organiza palestras informativas e cobra taxas do turista que deseja fazer o trajeto.

No sul do Brasil um projeto que se destaca é o Caminho das Missões, um “roteiro místico/cultural de peregrinação”, conforme informa seu site na internet. Localizado na região conhecida como Sete Povos das

Missões Orientais, o roteiro de 325 quilômetros percorre os mesmos trajetos que, entre os séculos XVI e XVII, fariam a ligação entre os antigos povoados missionários criados pelos padres jesuítas no Brasil Colônia e cujos remanescentes encontram-se, hoje, espalhados no sul do Brasil, Argentina e Paraguai. O trajeto ainda não tem sinalização específica, mas, a exemplo do Caminho de Santiago de Compostela, o caminhante recebe o Cartão do Peregrino para se identificar em pousadas e restaurantes. Em cada local de parada, é colado um adesivo nesse cartão, confirmando sua passagem. Para receber o Certificado de Peregrino das Missões, é necessário passar ao menos por três Reduções Jesuíticas. Em operação desde 2002, o Caminho das Missões, recebe 2.500 turistas por ano.

Muitos desses caminhos são utilizados como um tipo de treinamento para os turistas que querem percorrer o Caminho de Santiago, na Espanha. Outro dado que atesta a popularização de caminhadas que mesclam os aspectos religioso e turístico no Brasil é o número de associações que promovem o Caminho de Santiago. Existem pelo menos 22, segundo dados da Associação de Confrades e Amigos do Caminho de Santiago de Compostela, ACACS-SP, com sede na capital paulista.

Inspirados no Caminho de Santiago, com maior ou menor participação do poder público, esses roteiros de caminhada e peregrinação têm em comum um forte apelo às paisagens naturais e aos monumentos históricos, bem como referências religiosas e históricas. Em relação ao funcionamento, boa parte deles utiliza algum tipo de credencial para identificar o peregrino-turista e registrar as distâncias percorridas por ele, adotam sinalização com setas amarelas, como no Caminho de Santiago e contam com associações de amigos do caminho (CARNEIRO, 2004, p. 94). A seta amarela é um dos símbolos mais conhecidos do Caminho de Santiago desde os anos 1970, quando um padre da cidade de Piedrafita del Cebrero, primeira comunidade



galega do Caminho Francês, na província de Lugo, na ausência de ajuda oficial, percorreu o Caminho Francês com seu carro pintando setas amarelas para orientar peregrinos (SUÁREZ & FRANCO, 2016, p. 43).

Através do projeto intitulado Caminha São Paulo, o governo estadual, por intermédio da Secretaria de Turismo, também adota o modelo compostelano na criação de roteiros peregrinos em todo o estado. São rotas baseadas no trajeto utilizado por personagens históricos e religiosos. Criado em 2011, o programa já conta com quatro rotas, a Passos dos Jesuítas (Anchieta), a Rota Franciscana (Frei Galvão), a Rota dos Bandeirantes (Fernão Dias) e a Rota da Luz (Dutra). Vejamos como funciona a Passos dos Jesuítas-Anchieta, a primeira rota criada pelo governo estadual, envolvendo 13 cidades em um total de 370 quilômetros.

#### **4.3 Caracterização da rota Passos dos Jesuítas – Anchieta**

A rota pedestre “Passos dos Jesuítas-Anchieta”, organizada pela secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, propõe a redescoberta das riquezas naturais, históricas, culturais, religiosas, e monumentais de cidades do litoral paulista de um jeito diferente e todo especial: a pé! **Contemplativo por natureza**, o caminho reproduz os passos da presença jesuíta na região na metade do século XVI, marcada sobretudo pela ação catequista e desbravadora de Padre Anchieta. **São 13 municípios envolvidos num percurso de 370 Km de muita beleza, história e fé.** “Passos dos Jesuítas-Anchieta” é um convite ao caminhar e, ao mesmo tempo, a conhecer uma das mais belas e acolhedoras regiões do Estado de São

Paulo. Anchieta deixou seus versos, que tal você deixar suas pegadas em nossas areias? (SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, Caminha São Paulo, Passos dos Jesuítas-Anchieta. Grifos meus).

Foi também esse modelo de turismo de caminhada e peregrinação que a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo utilizou ao criar o programa Caminha São Paulo e a rota Passos dos Jesuítas-Anchieta como um de seus produtos. Ao criar o programa, os objetivos elencados por esse poder público foram: 1. oferecer uma opção de lazer gratuita para a população paulista; 2. promover o potencial turístico do litoral além da modalidade sol e praia e 3. amenizar os efeitos da sazonalidade turística nesse conjunto de municípios. Na Baixada Santista, nos períodos de férias e feriados, a população quase triplica. O grande número de veículos particulares e de pessoas que aflui para a região sobrecarrega os serviços de saneamento, saúde e transporte de passageiros inter-regional, já deficiente devido ao processo de periferização da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) (SÃO PAULO, SPDR, 2011, p. 14).

Conforme mostra a citação que destacamos acima, o roteiro percorre 13 municípios do litoral de São Paulo, supostamente, reproduzindo os caminhos por onde passava o Padre José de Anchieta em suas viagens de catequização dos indígenas. Assim como em outras rotas de caminhada criadas nos últimos anos no Brasil, ao definir a rota como um percurso de “beleza, história e fé”, que grifamos acima, o discurso oficial sobre a rota está em consonância com os novos modelos de peregrinação onde os limites entre turismo religioso e turismo cultural e ecoturismo se diluem. Na figura a seguir destacamos as cidades por onde passa a rota Passos dos Jesuítas.



Mapa ilustrativo da rota. Os trechos destacados são da rota alternativa.

Fonte: Secretaria do Turismo.

O ponto inicial da rota é o Mercado de Peixes, em Peruíbe, cidade no litoral sul do estado. O ponto final fica na praia do Cruzeiro, em Ubatuba. Foi estabelecida ainda uma rota alternativa que começa em Cubatão, passa pelo centro histórico de Santos e continua rumo a Ubatuba, conforme mapa anterior. O caminho tem 370 quilômetros, passando por 200 praias. A seguir, a extensão estimada da rota em cada uma das cidades.

#### Distâncias na rota Passos dos Jesuítas - Anchieta

Cidade	Distância	Cidade	Distância
Peruíbe	17 km	Bertioga	39 Km
Itanhaém	23 km	Cubatão	17 Km
Mongaguá	18 km	São Sebastião	84 km
Praia Grande	28 km	Ilhabela	27 km
São Vicente	6 km	Caraguatatuba	31km
Santos	4 km	Ubatuba	49 km
Guarujá	43 km	<b>TOTAL*</b>	<b>386 km</b>

\*Total do trajeto incluindo a rota alternativa. Fonte: Secretaria de Turismo.

Dentre as cidades que compõem o roteiro, Cubatão é a única que não possui praias, mas sua presença é justificada pelos idealizadores do projeto pelo fato da forte presença dos jesuítas na região onde Cubatão está localizada. Desde o início da colonização, a região se tornou local de passagem para comerciantes e tropeiros que seguiam para o interior do Estado, serra acima. Cientes dessa posição estratégica, os jesuítas adquiriram uma extensa faixa de terras no antigo povoado para explorar o serviço de aluguel de barcos no Rio Cubatão, então, única ligação entre a Vila de Santos. Também estabeleceram ali um colégio para educação dos indígenas e dos colonos (TORRES, 2008, p. 7).

É possível iniciar a caminhada por qualquer cidade participante, desde que seja sempre rumo ao norte. Ao longo do percurso, foram instaladas aproximadamente 500 placas que, como as do Caminho de Santiago, trazem setas amarelas, conforme mostra a imagem a seguir.



*Placa da rota Passos dos Jesuítas em Peruíbe. Fonte: Secretaria de turismo.*

Foi elaborado um guia para o caminhante com informações do trajeto “rua a rua”. Ele traz ainda uma pequena descrição de cada cidade, mapa da rota em cada cidade, com a indicação do local dos pórticos eletrônicos. Esse guia também traz uma seção denominada “Complemente seu roteiro”, onde são destacados locais que o turista pode visitar opcionalmente em cada cidade. Também foram colocadas placas de sinalização para orientar os turistas a chegar a esses pontos. O objetivo é, segundo a Secretaria de Turismo, colaborar para que o turista possa conhecer e valorizar aspectos culturais e históricos do litoral do estado de São Paulo. Esses pontos turísticos a serem visitados em cada cidade incluem igrejas, museus, monumentos históricos, algumas praias e cachoeiras. De acordo com a Setur, essa seleção foi feita após uma consulta junto às prefeituras das cidades envolvidas na rota. Em nossa investigação, entretanto, levantamos outra hipótese para essas escolhas, questão que será discutida à frente. No guia há também uma lista com telefones úteis, como por exemplo, do posto de informação turística, locais para atendimento médico, delegacia, corpo de bombeiros etc. Quando do lançamento da primeira parte da rota, de Peruíbe até Bertiooga, em setembro de 2011, foi publicada a primeira versão do guia. Em outubro do mesmo ano, foi publicada uma segunda versão do guia, incluindo as cidades do litoral norte: Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião e Ilha Bela. Desde então, não houve atualizações desse material.

A previsão da Setur é que o roteiro completo da caminhada possa ser concluído entre 10 e 15 dias, o que significa andar, em média, 25 quilômetros por dia. No entanto, diferentemente do Caminho de Santiago, não existe uma estrutura de albergues para hospedagem dos caminhantes e tampouco existe a intenção de apoiar iniciativas nesse sentido, porque o objetivo da Setur é movimentar o setor de serviços ao “incentivar a ocupação da infraestrutura de hospedagem e comércio” das cidades da rota, fora do período

de alta temporada (SÃO PAULO, Secretaria de Turismo. 20/09/2011).

O governo da Galícia mantém uma rede pública de hospedagem com 70 albergues no trecho espanhol da rota, administrada pela empresa que a faz a gestão do caminho. A Rede Pública de Albergues da Galícia é inspirada no modelo de hospitalidade ao peregrino medieval que pernoitava em hospitais e igrejas ao longo do caminho. Os albergues, em geral, têm instalações simples, não é possível fazer reservas e os peregrinos só podem ficar por uma noite, pagando uma taxa simbólica, inferior a 10 euros. No caso da rota paulista, embora no portal conste a informação de que, para cada cidade, há indicações de meios de hospedagem e gastronomia que ofereceriam descontos para os caminhantes, esse sistema não se concretizou na prática.

No Caminho de Santiago e em boa parte das rotas de caminhada inspiradas nele, o peregrino recebe uma credencial (ou passaporte) para ser carimbada em locais determinados conforme ele avança no percurso. No programa da Setur, antes de iniciar a viagem, o turista-peregrino tem que se inscrever no portal do programa quando recebe um número de identificação que permite que sua viagem seja monitorada eletronicamente. Para isso, foram instalados 22 pórticos eletrônicos ao longo do trajeto. A interação do caminhante com esses pórticos pode ser feita de duas maneiras. Por meio de um aplicativo para leitura de um QRCode, sigla em inglês para código de resposta rápida, um tipo de código de barras, em formato quadrado, utilizado para adicionar dados aos aparelhos celulares do tipo *smartphone*. Nesse caso, o turista precisa baixar o aplicativo da rota em seu aparelho. Ao passar por um pórtico, o caminhante fotografa o QRCode, que está impresso na parte frontal da estrutura. Os dados são enviados para a empresa que faz a gestão da rota imediatamente ou quando houver acesso à rede de telefonia celular.

Caso a pessoa não queira utilizar um *smartphone* para transmissão dos dados do monitoramento, ela pode adquirir

um cartão eletrônico em um dos cinco postos de credenciamento da rota, em Bertiooga, Itanhaém, Santos, Peruíbe e Ubatuba. Ao aproximar esse cartão da parte branca frontal do pórtico, é gerada a informação de que o caminhante passou por ali. Esses dados são repassados para a Setur via rede de telefonia celular.

Nos pontos de credenciamento, localizados em postos de informação turística ou na prefeitura, também são disponibilizados materiais impressos sobre a rota, como o mapa e o guia do caminhante.



*Pórtico da rota na cidade de Bertiooga, SP, próximo ao Forte de Bertiooga.  
Fonte: Secretaria de Turismo.*

O local de instalação dos pórticos segue o critério de estarem próximos de algum tipo de infraestrutura, por exemplo, um posto da Guarda Municipal ou da Secretaria de Turismo da cidade, de um ponto turístico etc. Em alguns deles, instalados em igrejas ou monumentos históricos, quando o caminhante aproxima o cartão ou o celular para registrar sua

passagem, um áudio com informações sobre esses patrimônios é acionado.

Enquanto no Caminho de Santiago o peregrino tem que percorrer ao menos 100 quilômetros de distância para receber a Compostela, na rota Passos dos Jesuítas, o caminhante que percorrer pelo menos 12 dos 22 pórticos eletrônicos instalados na rota pedestre recebe um certificado chamado “Jesuit Magna” (reproduzido na figura abaixo), que é gerado automaticamente e que pode ser impresso acessando o portal da rota.

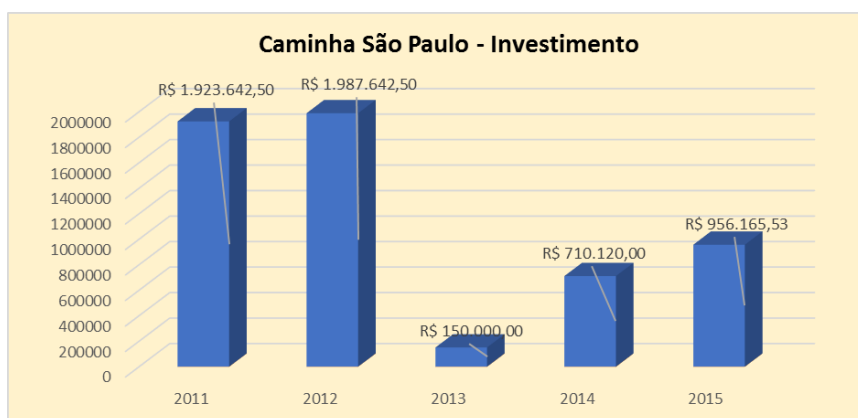


*A certificação recupera um dos aspectos tradicionais da peregrinação para pedir perdão dos pecados e que, por isso, demandava que se comprovasse ter percorrido o Caminho de Santiago. Na rota Passos dos Jesuítas, o “Jesuit Magna”, “grande jesuíta”, exalta a figura de Anchieta, investido do poder sagrado de perdoar os pecados. Fonte: Secretaria de Turismo.*

De acordo com informações da Setur, o total investido para criação da rota turística foi de R\$ 1.923,642,50, valor que inclui despesas com a compra e instalação dos pórticos, instalação do sistema de áudio, sinal sonoro, microcomputadores e impressoras instalados nos postos de credenciamento, cartões com chip, manutenção e gerenciamento do site e mapeamento da rota.



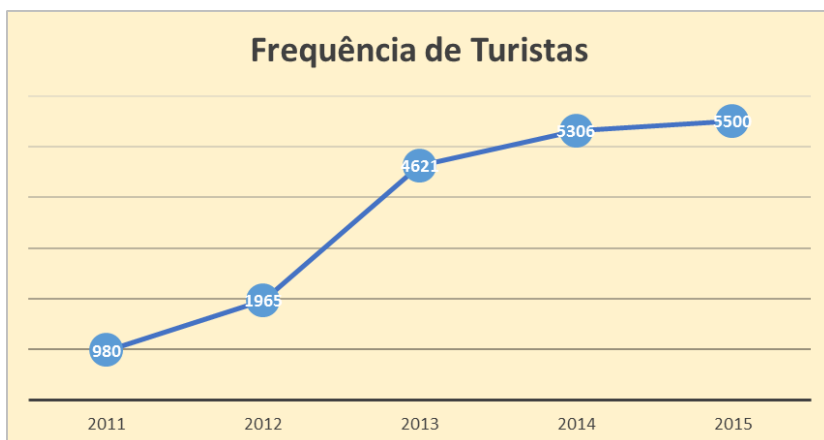
Segundo os dados colhidos no “Relatório das atividades da administração estadual”, publicados anualmente no “Diário Oficial”, entre 2011 e 2015, um valor total de R\$ 5.727.570,53 foram gastos com o programa Caminha São Paulo. No gráfico abaixo, apontamos os investimentos realizados ano a ano, entre 2011 e 2015, considerando que esses valores correspondem aos gastos com três das quatro rotas de caminhada que compõe o Caminha São Paulo: Passos dos Jesuítas, Rota Franciscana e Rota Bandeirante, cuja breve descrição foi apresentada na introdução deste livro.



*Números demonstram que os investimentos foram descontínuos, um reflexo das mudanças institucionais na Secretaria de Turismo. Fonte: SÃO PAULO, Imprensa oficial. Diário Oficial Poder Legislativo / Sistema de Informações ao Cidadão (SIC). Elaboração: Patricia Mariuzzo.*

A previsão da Secretaria de Turismo era atrair 10 mil turistas por ano, conforme declarou o Secretário Adjunto do Turismo em entrevista para esta pesquisa: “Hoje Compostela recebe anualmente 500 mil peregrinos. A nossa pretensão aqui é chegar a 10% disso (ou 50 mil turistas ao longo do ano) em 10 anos”. A partir dos dados que coletamos no *Diário Oficial* do Poder Legislativo e que apontamos no gráfico a seguir, esse número ainda não foi atingido.

Entre 2011 e 2013, vemos uma curva ascendente, seguida de uma estabilização no número de turistas nos anos seguintes, 2014 e 2015. É interessante observar que não se estabelece uma relação direta entre o investimento feito pela secretaria e o número de turistas que o produto turístico é capaz de atrair. Em 2013, por exemplo, a despeito da significativa queda no valor investido do programa, o número de caminhantes apresenta um impressionante aumento de 135%, saltando de 1.965 turistas, em 2012, para 4.621 no ano seguinte. Por conta dessa discrepância, buscamos outras fontes que informassem o número de turistas inscritos na rota Passos dos Jesuítas.



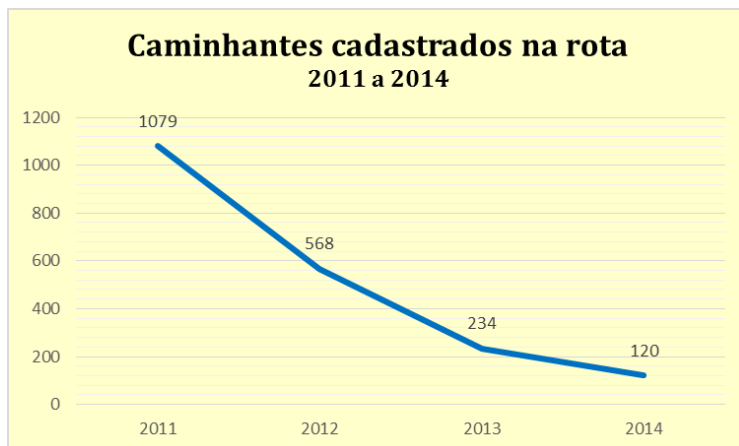
*Os dados de frequência de caminhantes desenharam uma curva ascendente entre 2011 e 2013 seguida de uma estabilização no número de turistas. De todo modo, esses dados coletados em fontes oficiais apontam números positivos. Fonte: SÃO PAULO, Imprensa oficial. Diário Oficial do Poder Legislativo. Elaboração: Patricia Mariuzzo.*

No entanto, ao analisar outra fonte de dados os resultados se transformam radicalmente e observamos uma curva descendente, sugerindo dificuldades da rota se consolidar como um produto turístico para além das

circunstâncias de seu lançamento. No cadastro de turistas inscritos na rota Passos dos Jesuítas, entre 2011 e 2014, encontramos números bem mais modestos e, conseqüentemente, mais distantes da meta traçada pela Secretaria de Turismo (a partir de 2015 os dados do cadastro não foram disponibilizados pela Secretaria de Turismo).

De fato, segundo esses dados, o número de caminhantes apresenta uma queda significativa no período de 2011 a 2014, o que nos leva a questionar se esse produto turístico pode ser considerado bem-sucedido no sentido de criar um caminhante no litoral paulista.

De acordo com essa fonte, até outubro de 2014, 2,7 mil turistas se inscreveram no site da rota. Um total de 560 turistas percorreram ao menos 100 quilômetros ou finalizaram o percurso de 370 quilômetros, obtendo o certificado de participação. No gráfico a seguir, indicamos a frequência de turista por ano, desde a criação da rota até dezembro de 2014.



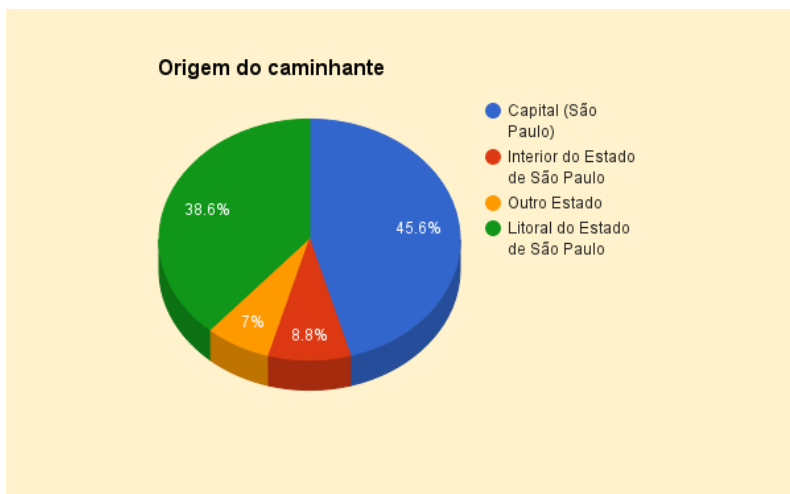
*Ao contrário do número divulgado pela Secretaria, ao analisar o cadastro de inscritos no programa encontramos uma queda no número de turistas.*

*Fonte: Secretaria de Turismo, 2014. Elaboração: Patricia Mariuzzo.*

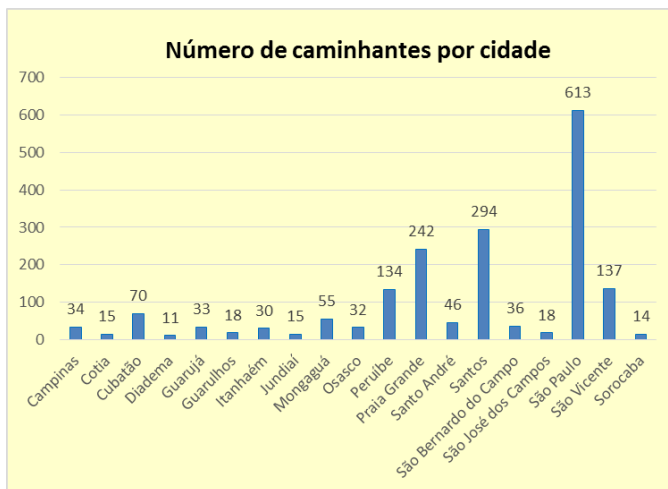
#### 4.4 Perfil do turista

A partir desse cadastro, com objetivo de delinear o perfil do turista que percorreu a rota, elaboramos um questionário sobre a experiência de caminhar na rota, com 16 questões fechadas e três perguntas abertas, enviado por e-mail para o grupo de turistas que percorreu mais de 100 quilômetros do percurso, ou seja, 560 pessoas. Essa escolha parte de nosso entendimento de que ao caminhar uma distância maior, o turista-peregrino pode conhecer o percurso e seus contrastes. Um total de 60 caminhantes responderam.

Com relação à origem dos caminhantes, a expectativa da Secretaria de Turismo – de criar um produto turístico para os paulistas – se concretiza. A maior parte dos turistas-peregrinos vem do Estado de São Paulo, com destaque para a capital (45,6%) e para as cidades do litoral sul (38,6%) por onde passa a rota. Assim, além da cidade de São Paulo, os municípios que mais enviaram caminhantes para a rota foram Santos, Praia Grande e São Vicente, conforme destacamos nos gráficos a seguir.

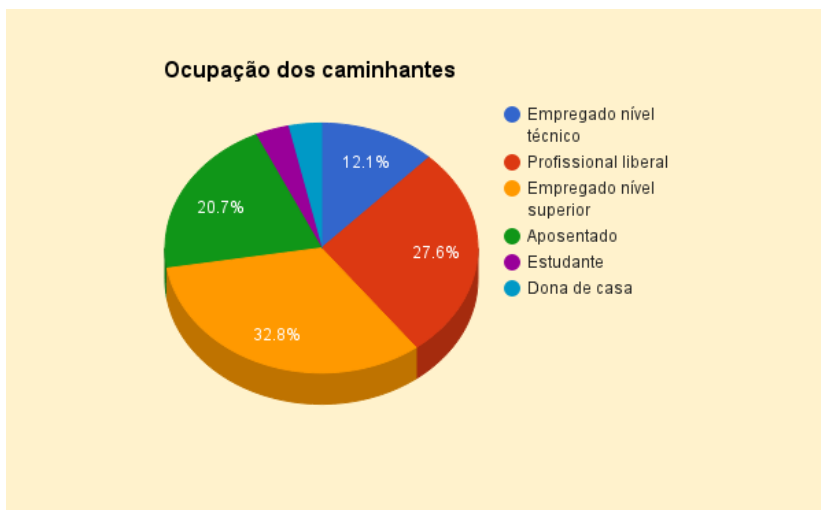


A maioria pertence ao Estado de São Paulo. Fonte: Secretaria de Turismo.



*Projeto atrai turistas da capital e do litoral. Fonte: Secretaria de Turismo.*

Ainda em relação ao perfil do turista que frequentou a rota Passos dos Jesuítas-Anchieta entre 2011 e 2014, predominaram indivíduos com idades entre 36 e 65 anos, quase 80%. Em segundo lugar caminharam pessoas com idades entre 19 e 35 anos. Apenas 7% declarou ter 65 anos ou mais. Sobre o modo de organização da caminhada, 77,2% fizeram o trajeto em grupo e 22,8 % caminhou sozinho. Com relação à escolaridade, a maioria dos turistas-peregrinos declarou ter ensino superior, 43,1%, 39,7% disseram ter pós-graduação e 17,2%, ensino médio. Quanto à ocupação, a maioria dos caminhantes declarou ser empregado de nível superior, conforme gráfico abaixo.



*Ocupação dos caminhantes. Fonte: Secretaria de Turismo.*

Finalmente, por meio dos questionários enviados aos turistas, identificamos que a experiência de caminhar na rota foi positiva para a maioria: quase 93%. Enquanto os turistas que consideram a experiência negativa apontaram a falta de sinalização e questões relacionadas com segurança (medo de atropelamentos e de assaltos), os que tiveram uma experiência positiva apontaram os aspectos históricos e a beleza das paisagens como os principais fatores positivos nesse projeto turístico. O fator religioso quase não foi mencionado, enquanto os benefícios físicos foram apontados com uma frequência significativa. No gráfico abaixo resumimos esses dados.



*Fatores positivos apontados pelos turistas que percorreram a rota.  
Fonte: Secretaria de Turismo.*

#### **4.5 Pedras no caminho**

Na criação e constituição de boa parte das rotas de caminhada no Brasil, as atividades são apresentadas por meio de pacotes turísticos que podem ser comprados em agências ou operadoras turísticas. Dos projetos que mencionamos neste texto, apenas o Caminho da Fé e o Caminho de Aparecida não vendem pacotes turísticos, mas cobram uma taxa simbólica para cobrir os gastos com a credencial fornecida ao caminhante.

Nesse sentido, um diferencial da rota Passos dos Jesuítas é a gratuidade. De acordo com a proposta desse produto turístico, a rota pode ser realizada sem a contratação de guias especializados, os peregrinos teriam à sua disposição uma infraestrutura que inclui placas de sinalização, portal na internet, opções de hospedagem e alimentação convenientes, monitoramento eletrônico enquanto caminham e

certificado de conclusão do roteiro que pode ser obtido automaticamente ao fim do percurso.

Segundo informações da Secretaria de Turismo, duas empresas foram contratadas para fazer a manutenção do site, das placas de sinalização e dos pórticos. Porém, em nossa última viagem a campo, em junho de 2015, encontramos placas com pichações e alguns trechos sem qualquer tipo de sinalização. São sintomas que demonstram a dificuldade da manutenção do programa por parte do poder público.

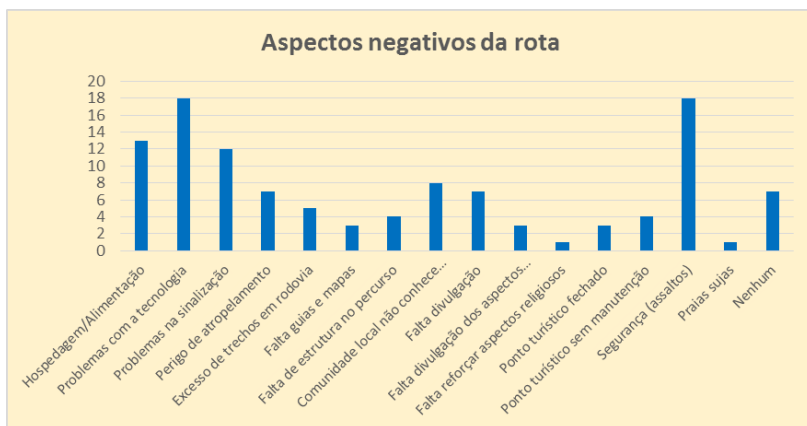


*Trecho em Itanhaém. Pouco tempo depois da criação da rota, em 2012, encontramos placa danificada, demonstrando dificuldade na manutenção da infraestrutura do projeto turístico. Foto: Patricia Mariuzzo.*

No levantamento que fizemos com turistas que fizeram a rota entre 2011 e 2014, no qual pedimos para que eles apontassem aspectos negativos no caminho, problemas com a sinalização (ausência ou placas danificadas) é o segundo aspecto negativo mais mencionado. No gráfico abaixo elencamos os aspectos negativos apontados com mais frequência pelos caminhantes a partir da pergunta: “Que



aspectos você considerou negativos na rota de caminhada Passos dos Jesuítas-Anchieta?” Submetemos o conjunto de respostas que obtivemos ao método da análise de conteúdo. Nossa estratégia consistiu em medir a frequência de algumas palavras-chave no conjunto de respostas obtidas nos questionários para construir uma tabela com representações numéricas, a partir da qual elaboramos o gráfico a seguir.



*Segurança e tecnologia empregada no projeto são os problemas mencionados com mais frequência pelos caminheiros. Fonte: Secretaria de Turismo. Elaboração: Patricia Mariuzzo.*

*Falta infraestrutura para a realização desta rota, tem placas que desapareceram, os totens para marcar nossa passagem não funcionavam, as pessoas que moram nestes locais desconhecem esse programa, na parte que tivemos de andar em estradas há perigo de acidentes pois não há acostamento para andar, em alguns lugares há perigo de assalto (entrevistado 34, São Paulo, capital, 36 a 65 anos, feminino, empregado nível superior).*

O depoimento que destacamos acima resume os principais pontos negativos apontados pelos turistas que responderam nosso questionário. Juntamente com a questão da segurança (medo de assaltos), as falhas na tecnologia empregada para inscrição e monitoramento eletrônico dos caminhantes (pórticos que não funcionavam, dificuldade para adquirir o cartão e para obter o certificado) são os problemas mais lembrados pelos turistas. Em diversos apontamentos dos turistas, eles relatam que optaram por sair do trajeto oficial da rota por medo de serem assaltados. A vivência que tivemos em nossa pesquisa de campo corrobora esse receio, especialmente nos trechos de rodovia, onde há pouca circulação de pedestres. Consideramos, no entanto, que, se houvesse conhecimento do projeto nas comunidades por onde passa a rota, esse problema poderia ser amenizado.

Uma das características identificadas pelo arqueólogo do Departamento de Antropologia da Universidade de Massachusetts, Neil Silberman, em empreendimentos turísticos baseados em heranças patrimoniais é revesti-los de incrementos tecnológicos para criar uma ampla variedade de experiências para o visitante e oferecer uma sensação de envolvimento e interatividade: "... os clientes devem ser cortejados com a ideia de que estão recebendo algo único e especialmente planejado para eles" (SILBERMAN, 2016, p. 57-58). É o que acontece no programa Caminha São Paulo e na rota Passos dos Jesuítas, que dispõe de monitoramento eletrônico dos caminhantes. Entretanto, a dificuldade de manutenção dos equipamentos ao longo dos 370 quilômetros da rota e do próprio site do programa na internet, acaba gerando frustração por parte dos turistas.

Assim que a rota Passos dos Jesuítas foi implantada, em 2011, foi criada uma página na internet com informações sobre o programa, as distâncias entre os trechos do roteiro representada em mapas descritivos e dados sobre as cidades participantes. Também era possível fazer download de materiais como o mapa e o guia do caminhante. Havia ainda

uma lista de pousadas, hotéis e restaurantes “parceiros” do programa que ofereceriam descontos para o caminhante que comprovasse sua participação na rota.

A partir de julho de 2014, ano de eleição para governador, o portal foi desativado, segundo informações da Secretaria de Turismo, para atender à legislação eleitoral (Lei nº 9.504/1997). Essa lei proíbe que seja veiculada propaganda eleitoral, ainda que gratuita, em sites hospedados por órgãos da administração pública. A medida foi tomada porque o governador Geraldo Alckmin, à época candidato à reeleição, permaneceu no cargo durante a campanha e, sendo assim, conteúdos como o do portal da rota Passos dos Jesuítas, poderiam ser considerados propaganda eleitoral. Ora, por que estabelecer um portal na internet como o principal canal de comunicação de um programa se ele está sujeito a sair do ar por conta da legislação eleitoral? Segundo declarações da Setur: “a tendência é que esses caminhos sejam mais tecnológicos para mostrar para todo mundo o que eu estou fazendo”. No entanto, essa pretensão não levou em conta as restrições impostas pela justiça eleitoral.

Entretanto, mesmo passado o período das eleições, mesmo com a reeleição de Alckmin, o portal permaneceu inoperante, só voltando a ficar acessível em janeiro de 2016! Considerando que o site é a principal ferramenta de divulgação do programa, isso pode significar um prejuízo significativo para o programa. A justificativa da Secretaria de Turismo foi a troca da empresa que fazia a gestão da rota, que inclui a manutenção do portal e dos pórticos, cujo processo de licitação demorou a acontecer devido à reorganização da Secretaria pós-eleição. O secretário de turismo, à frente dessa Secretaria quando da criação do programa Caminha São Paulo, deixou a pasta e essa mudança teria retardado processo de contratação da nova empresa.

Analisando o processo de institucionalização do turismo no Governo do Estado de São Paulo, as turismólogas Raquel Brocchi e Karina Toledo Solha (2008) identificam um

processo de mudanças descontínuas e constantes dos órgãos públicos de turismo que “revela pouca prioridade e fragilidade do setor, uma vez que dificulta a realização de projetos consistentes e de longo prazo” (BROCCHI e SOLHA, 2008, p. 252). Essa afirmação parece se confirmar no caso do programa Caminha São Paulo. Desde de 2011 até 2016, sem que tenha mudado o governador, quatro pessoas estiveram à frente da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. A última mudança ocorreu em agosto de 2016. Parece não existir um plano de governo com estratégias de longo prazo para o turismo, o que deixa a Secretaria sujeita a mudanças institucionais. Nesse contexto, projetos como esse, que dependem de investimentos, gestão e uma estratégia de divulgação contínuos, são os mais penalizados.

As ações de promoção organizadas pela Setur desde 2011 se limitaram a três eventos: em 2011, “Encenação da Paz de Iperoig”, em Ubatuba, “Caminhada da Jornada Mundial de Juventude”, trecho entre São Vicente e Santos, em 2013; “1º Semana Anchieta”, em 2014, em Itanhaém; e a participação em algumas feiras de negócios de turismo.

Em seus estudos sobre o aproveitamento de sítios arqueológicos pelo turismo, Silberman aponta o crescimento dos investimentos de autoridades governamentais e de agências internacionais para converter sítios arqueológicos e históricos em motores sustentáveis do desenvolvimento econômico local e regional, na esperança de que essas “atrações do patrimônio” possam gerar oportunidades de emprego e estimular o turismo inter-regional e o comércio (SILBERMAN, 2016, p. 50). No entanto, esses projetos exigem habilidades de gerenciamento de longo prazo, em geral ausentes das capacidades do poder público. Em um cenário de forte concorrência entre atrações turísticas, uma boa estratégia de divulgação e marketing é essencial para o sucesso. No caso da rota Passos dos Jesuítas, houve dificuldades nesse quesito desde a criação do roteiro, o que prejudicou a adesão de caminhantes.

A ausência de divulgação também gerou frustração nos representantes do setor de serviços das cidades envolvidas, que, conforme declarou o secretário de turismo à época do lançamento do programa, deveria ser beneficiado com o programa Caminha São Paulo: “Todos os municípios participantes já estão se sensibilizando para aumentar seus produtos turísticos e atrair cada vez mais visitantes. É um incentivo à hotelaria, ao comércio e à integração da região do litoral como um todo” (SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, 09/09/2011).

A rede pública de albergues na rota de Santiago foi um dos fatores que ajudou a incrementar o fluxo de turistas, tanto por recuperar um elemento importante das peregrinações medievais quanto pelo baixo custo. Como explica Xosé Solla, o turista-peregrino da rota jacobea gasta menos do que o turista convencional e isso pode, em longo prazo, significar uma ameaça à continuidade desse produto, uma vez que reduz significativamente o impacto econômico do Caminho e ainda dificulta a criação de produtos secundários ao longo dele. A regra de permanecer apenas uma noite nos albergues impede o turista-peregrino de buscar itinerários alternativos que possam enriquecer sua experiência (e aumentar seus gastos) ao longo da viagem. Segundo o pesquisador, de fato, ao longo do caminho surgiram pequenos negócios, embora com movimento econômico de dimensões bastante reduzidas. Como em outros projetos turísticos, os mais beneficiados, no entanto, não foram os representantes das comunidades locais, especialmente os mais pobres. Os impactos econômicos positivos se concentram na cidade de Santiago, para onde confluem todos os peregrinos, assim como milhares de visitantes que, mesmo sem fazer o Caminho, vão à cidade atraídos pela tradição da peregrinação. (SOLLA, 2006, p. 141-143). “De fato, as imagens mostrando peregrinos cansados e com suas mochilas pelo centro histórico da cidade são comuns nas peças promocionais do Caminho de Santiago” (idem, p. 146).

Como um dos objetivos da Setur era justamente gerar demanda para a infraestrutura de serviços das cidades, especialmente fora da alta temporada, não houve investimentos na criação de uma rede albergues. No mesmo sentido, diferentemente do modelo compostelano, o discurso oficial incentiva a visitação de pontos turísticos fora da rota principal para “uma redescoberta do litoral paulista e suas belezas” (SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, 09/09/2011). Essas características representam um afastamento do modelo tradicional de peregrinação que poderia resultar no aumento do fluxo de turistas nesses estabelecimentos. Entretanto, a ausência de parcerias mais sólidas com o setor, aliada à falta de divulgação da rota, impossibilitou a concretização desse objetivo. O impacto da criação da rota para o setor de serviços foi menor do que era esperado.

Uma pesquisa encomendada pela Setur em 2012 para avaliar o programa Caminha São Paulo apontou que os resultados esperados pelos operadores de turismo das cidades envolvidas não foram alcançados. Selecionamos dois depoimentos de representantes do setor de serviços sobre a rota coletados pela pesquisa da Setur.

Super fraco, não teve procura nenhuma aqui no meu estabelecimento. Pelo menos o que nós ouvimos nas reuniões é que isso aí era pra dar uma agitada no nosso dia a dia e isso não aconteceu, pelo menos aqui no meu estabelecimento não aconteceu. Meios de hospedagem – Peruíbe (NC PESQUISAS, 2012, p. 10).

Eu acho o projeto maravilhoso, maravilhoso mesmo, mas até agora não veio ninguém aqui. Não tem propaganda, não tem incentivo, não tem nem um mapa para distribuir para os clientes. Inclusive eu fui lá no pórtico onde tem a estátua de

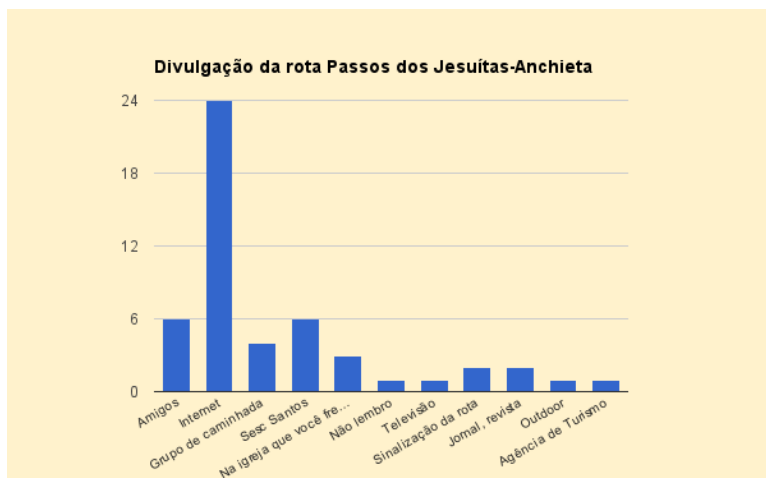
Anchieta e os próprios funcionários que trabalham lá no marco não sabiam nada dessa rota. Gastronomia – Bertiooga (NC PESQUISAS, 2012, p. 12).

Para os operadores turísticos, as instâncias de turismo (locais e estadual) são as principais responsáveis por liderar as ações de divulgação e interagir com os operadores locais. No entanto, a percepção deles foi de que a Setur não cumpriu a sua parte no que diz respeito à divulgação da rota. Eles esperavam a implantação de estratégias de marketing e ações de divulgação para alcançar o objetivo proposto e a ausência dessas ações acabou por desestimular o interesse desses operadores no sentido de utilizar a rota como ferramenta para impulsionar seus negócios.

Em entrevista para esta pesquisa, o Secretário Adjunto de Turismo do governo estadual admitiu que a falta de divulgação é uma falha do programa. Segundo ele, o conteúdo do portal da rota na internet é a única ferramenta de promoção, que, todavia, não consegue atingir um público mais amplo. “Fora esse público específico, que já faz caminhadas, falta promoção do caminho. A gente precisaria de promoção desse produto. E isso é caro”, disse ele.

De acordo com a pesquisa sobre o perfil do turista de aventura e ecoturista brasileiro do Ministério do Turismo (2010), as mídias mais eficientes para informar os entrevistados sobre viagens para contato com a natureza/aventura são a internet e a televisão (BRASIL, MTur, 2010, p. 59). Isso se confirma na rota Passos dos Jesuítas. Conforme atestamos, a maioria dos caminhantes conheceu a rota na internet. Além disso, cruzando os dados sobre o ano que o caminhante percorreu a rota com a informação sobre como ele ficou sabendo da existência desse produto, é possível inferir a importância dessa mídia nesse tipo de projeto. A maioria dos caminhantes que conheceu a rota via

internet viajou nos anos de 2011 e 2012, períodos com maior fluxo de turistas.



*A maioria dos caminhantes conheceu o projeto pela internet, mostrando a importância desse canal para a longevidade do produto turístico. Fonte: Secretaria de Turismo. Elaboração Patricia Mariuzzo.*

Além disso, 85% dos turistas que respondeu ao questionário que elaboramos neste estudo já tinha feito caminhadas antes, ou seja, apesar de não criar novos caminhantes, foi possível atrair pessoas já habituadas a essa prática, que se dispuseram a conhecer uma nova rota.

No sistema capitalista, temos um mundo intermediado pela mídia, daí que os canais de comunicação são fundamentais, especialmente em um cenário de alta competitividade como é o do turismo. É à medida que as pessoas enxergam a si mesmas e aos outros na mídia que elas caminham na sociedade, em nosso caso, que elas optam por fazer uma rota de caminhada. Assim, acreditamos que os problemas de operacionalização do portal mais a falta de divulgação, provavelmente têm dificultado o conhecimento



sobre a rota Passos dos Jesuítas e o interesse nesse produto turístico.

Entretanto, esse certamente não é o único entrave. No próximo capítulo, discutiremos como a falta de participação das comunidades locais e mesmo das prefeituras, fragiliza esse produto.

Os lugares são escolhidos para ser contemplados porque existe uma expectativa, sobretudo, através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos seja em escala diferente, seja envolvendo sentidos diferentes daqueles com que habitualmente nos deparamos. Tal expectativa é construída e mantida por uma variedade de práticas não turísticas, tais como o cinema, a televisão, a literatura, as revistas, os discos e os vídeos que constroem e reforçam o olhar (URRY, 1996, p. 18).

Poderíamos acrescentar entre as práticas apontadas por Urry a internet e as redes sociais. A popularização do Caminho de Santiago a partir da década de 1990, seguida do surgimento das primeiras redes para compartilhamento de dados, fez com que surgissem inúmeros fóruns nas redes sociais e blogs na internet onde os turistas-peregrinos compartilham a experiência jacobea por meio de textos, fotos e vídeos. Como explica Urry, esse conteúdo colabora na construção de um imaginário sobre os destinos turísticos, criando expectativas e, de certo modo, antecipando a satisfação esperada com a caminhada.

Os idealizadores da rota tentaram estabelecer um portal com dupla função: formalizar a participação e o monitoramento dos turistas, excluindo o tradicional passaporte do peregrino, e ser uma mídia de divulgação por meio de seu conteúdo institucional, mas também pelas contribuições dos

turistas-peregrinos compartilhando experiências, enquanto caminham. A frase “O mundo tem a chance de ver você caminhar”, sintetiza essa intenção do programa. Podemos inferir, que diferentemente de outros projetos de caminhada de longa distância, que enfatizam a introspecção e o distanciamento, aqui o que se pretende –a despeito das dificuldades de operacionalização do portal têm representado para concretização desse objetivo –é um caminhante permanentemente conectado. Nesse sentido, esse programa avança na turistificação do fenômeno das peregrinações.

O geógrafo norte-americano, David Lowenthal, professor emérito da University College London, faz uma aproximação do uso desses recursos tecnológicos com as técnicas utilizadas pelos parques temáticos para atrair turistas. A tecnologia funciona como uma defesa, serve para se opor ao caos ou à ruína da vida selvagem (no caso da caminhada, a vida selvagem se traduziria no ato de caminhar propriamente dito, nas paisagens supostamente distintas com as quais o turista se defronta). Em um parque temático, nada desagradável é permitido, não há surpresas, apenas uma ilusão que não permite qualquer desordem (LOWENTHAL, 2002, p. 11-12). Na rota Passos dos Jesuítas, a tecnologia serve como um elemento organizador, que diminui o desconforto do isolamento, da ruptura em relação ao cotidiano que a caminhada representa. Ela é oferecida como um atrativo que minimiza a ausência, para que o caminhante, mesmo distante de sua rotina, permaneça conectado. Trata-se de um afastamento seguro, sem riscos.

Quando celebra um encontro com a natureza – com “belas praias”, “um paraíso chamado Prainha Branca”, “belas paisagens naturais”, “flora e fauna exuberantes” – esses discursos oficiais buscam ativar um olhar romântico do turista, aquele no qual, conforme nos ensinou John Urry, a ênfase é colocada na solidão, na privacidade, em um relacionamento pessoal e espiritual com o objeto do olhar. Trata-se de um olhar que colocaria o indivíduo em contemplação solitária da

natureza (URRY, 1996, p. 69-70). No entanto, o modo de funcionamento dessa rota de caminhada, que pressupõe um caminhante conectado, contradiz esse apelo à solidão contemplativa, reaproximando o turista da sua realidade cotidiana.

No capítulo seis, veremos que essa reaproximação se dará também a partir das paisagens selecionadas para o turista-peregrino caminhar.



*Um caminhante conectado. Modelo de funcionamento adotado na rota, com tecnologia de transmissão de dados via celular, incentiva a criação de um caminhante permanentemente conectado. Foto: Patricia Mariuzzo.*

## Capítulo 5

### Caminhos (in) sustentáveis

A despeito dos discursos oficiais afirmarem que o projeto turístico da rota Passos dos Jesuítas-Anchieta é um programa de turismo sustentável, a não participação das comunidades locais na idealização e manutenção compromete essa pretensa sustentabilidade (VARINE, 2012, p.16-38). Neste capítulo, nosso objetivo é compreender como se deu a criação do programa Caminha São Paulo e da rota de caminhada Passos dos Jesuítas, uma de suas vertentes. A iniciativa de criar uma rota de caminhada no litoral, inspirada em José de Anchieta, chegou a ser implementada em nível local, contando, inclusive, com a participação de uma comunidade indígena e da iniciativa privada, projeto que foi abandonado pela Setur. Nossa hipótese é que a Secretaria utiliza essa ideia como ponto de partida para a criação da rota Passos dos Jesuítas-Anchieta, mas, contrariando as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo que o a rota buscava atender, acaba descartando a participação direta das prefeituras e das comunidades que se envolveram nesses projetos iniciais. Deixa assim de promover um projeto de turismo sustentável.

Ao estudar a evolução do turismo no século XX, as turismólogas Mirian Rejowski e Karina Toledo Solha relacionam o fenômeno de massificação turística, a partir de década de 1950, a diversos fatores, entre eles a estabilidade política pós Segunda Guerra Mundial, a redução da jornada de trabalho e a criação das férias anuais remuneradas, melhoria nos sistemas de transporte e o incremento da publicidade para os produtos turísticos. Segundo essas pesquisadoras, entre 1950 e 1973, ocorre um *boom* da atividade turística, fenômeno que pode ser verificado nas estatísticas da Organização Mundial do Turismo (OMT): em 1950, a agência registrou 25

milhões de chegadas internacionais em todo o mundo. Já em 1973, 198 milhões de pessoas se envolveram em atividades turísticas (REJOWSKI e SOLHA, 2002, p. 90-92).

Diante dos impactos constatados a partir desse grande número de viagens, o setor passa a buscar alternativas que pudessem atender às expectativas do desenvolvimento sustentável. “Nesse contexto, usufruir o turismo no presente, significa poder usufruí-lo no futuro” (idem, p. 100). É nessa conjuntura que se expandem e se consolidam novas modalidades de turismo, entre elas o agroturismo, o turismo de aventura e o ecoturismo. De acordo com essas autoras, como uma resposta às críticas ao chamado turismo de massa, a indústria do turismo e algumas políticas públicas voltadas para essa atividade revelam novos cenários onde se percebe uma redução do turismo convencional (ou de massa) e, ao mesmo tempo, o crescimento de viagens que têm como motivação um reencontro com a natureza, um turismo de caráter familiar e mais intimista nas relações com o meio ambiente. Além disso, ocorre um deslocamento dos grandes centros urbanos para lugares menores, que podem proporcionar experiências mais autênticas e genuínas. (REJOWSKI e SOLHA, 2002, p. 105).

Para Gabriella Poles e Andréa Rabinovici (2010), especialistas em turismo ambiental, o ecoturismo se origina e se populariza a partir do movimento ambientalista e é colocado em prática por alguns de seus protagonistas, por exemplo, ONGs conservacionistas que passaram a utilizá-lo como estratégia de conservação. Ainda segundo as autoras:

A incorporação do conceito de sustentabilidade no turismo, em suas diversas dimensões (ambiental, social, econômica, cultural, política, filosófica etc.), passa a servir de guia às muitas entidades que optaram por tê-lo em suas estratégias, especialmente na década de 1980, quando ONGs e órgãos de

proteção à natureza, cientes da necessidade de novos modos para a conservação, passam a aceitar o turismo como a menos impactante das alternativas econômicas nos ambientes naturais protegidos por lei (POLES e RABINOCI, 2010, p. 14).

No plano internacional, ocorre a sistematização de planos e documentos para servirem de referência para a prática desse “novo” turismo. A “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo: em direção ao Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável” (*Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development*), é um deles, elaborado pela Organização Mundial do Turismo (UNWTO), pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) e pelo Conselho da Terra (ECA). A partir do princípio de que os recursos naturais e culturais são o núcleo do negócio do turismo, a Agenda 21 para o turismo estabelece áreas prioritárias de ação para governos e empresas incorporarem as considerações de desenvolvimento sustentável neste setor. A “Agenda 21 para o turismo” se insere em um contexto mais amplo da criação de documentos de orientação para governos e gestores no sentido de estabelecer mecanismos que viabilizem o desenvolvimento sustentável. O primeiro desses documentos é a “Agenda 21”, um programa de ação adotado por 182 governos na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1992, no Rio de Janeiro. O documento fornece um plano para assegurar o futuro sustentável do planeta, daquele momento até o século XXI. Identifica as questões de desenvolvimento e meio ambiente que ameaçam uma catástrofe econômica e ecológica e apresenta uma estratégia de transição para práticas de desenvolvimento mais sustentáveis.

De acordo com o documento, a atividade turística sustentável é a que atende as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e cria

oportunidades para o futuro. Um produto turístico sustentável deve, portanto, operar em harmonia com o meio ambiente, a comunidade e a cultura locais para que esses elementos se tornem beneficiários e não vítimas do desenvolvimento turístico (WTTC, 1998, p. 30).

Portanto, a expansão do ecoturismo reflete, na atividade turística, os debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente, inserindo uma nova maneira de vivenciar e usufruir as paisagens rurais, florestas, regiões costeiras, entre outros ecossistemas. Mais do que um produto, o ecoturismo surge como um princípio cuja proposta é a contemplação e a conservação da natureza, em um modelo de turismo mais responsável em comparação com o chamado turismo de massa.

No Brasil, a partir dos anos 1990 órgãos públicos passam a desenvolver ações para o turismo sustentável e ecoturismo. Em 1994 foi elaborado o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” (BRASIL, 1994), em uma parceria de dois ministérios já extintos, o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Este documento serviu de base para a elaboração das “Diretrizes para a política estadual de ecoturismo” (1997), criada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA) em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), da Unicamp, representado pela pesquisadora Célia Serrano. O projeto “Diretrizes para a Política Estadual de Ecoturismo” surgiu em fins do ano de 1995, por iniciativa da Coordenadoria de Educação Ambiental (Ceam), ligada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA). O documento final foi lançado em 1996 e teve participação das Secretarias de Esportes e Turismo, de Emprego e Relações do Trabalho, de Economia e Planejamento, da Cultura e da Agricultura e do Abastecimento e do Consórcio para o Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira-Codivar (SÃO PAULO, Secretaria de Meio Ambiente, 1997).



Não existe uma definição consensual para o termo ecoturismo. Conforme explicam Regiane Faco e Zysman Neiman, muitas vezes são usados termos como “turismo de natureza”, “turismo verde”, “turismo ecológico” ou ainda “turismo responsável”, para se referir a essa atividade. O ecoturismo, segundo esses turismólogos, “deve garantir que a interação entre o ser humano e a natureza desencadeie, por meio da relação vivencial, a reflexão sobre a exploração dos recursos e a compreensão de que os mesmos devem ser usados de forma sustentável” (FACO e NEIMAN, 2010, p. 45).

Para a Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES), essa atividade turística estaria relacionada a viagens para áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local. De forma semelhante, as “Diretrizes para a política estadual de ecoturismo” definem ecoturismo como:

... o segmento turístico que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 1997, p. 06).

Independentemente da definição que se adote, três características devem estar presentes: garantia de conservação ambiental, educação ambiental e benefícios para as comunidades receptoras (FACO e NEIMAN, 2010, p. 45).

No documento “Ecoturismo: orientações básicas” (BRASIL, MTur, 2008), o Ministério do Turismo assinala que esse segmento supõe escalas menores do que as que comportam o turismo tradicional. Assim, espera-se uma quantidade baixa de turistas, com equipamentos de médio ou pequeno porte. As atividades tidas como tipicamente ecoturísticas são aquelas que envolvem a experientiação da

natureza, dependem de meios de transporte de baixa potencialidade de degradação e poluição e adequados ao ambiente. Ainda de acordo com a definição do Ministério do Turismo (2008), a experiência na natureza pode ocorrer de diversas formas: por meio da observação (de fauna, flora, formações geológicas) ou ainda pela contemplação: apreciação de flora, de fauna, de paisagens e de espetáculos naturais extraordinários.

Entre as atividades relacionadas com a contemplação estão as caminhadas: percursos a pé para fins de contemplação, fruição e observação da natureza, com possibilidade de interpretação e ainda as chamadas trilhas interpretativas, definidas como um conjunto de vias e percursos com função educativa e vivencial. Dependendo do seu nível de dificuldade, essas trilhas podem ter sinalização e equipamentos de proteção como corrimões, escadas. Sua finalidade seria: “interação do homem com a natureza e a compreensão da responsabilidade em relação aos recursos naturais” (BRASIL, MTur, 2008, p. 24).

A Secretaria de Turismo inclui as caminhadas e a rota entre as atividades do segmento do ecoturismo do estado de São Paulo. Elas são definidas como:

Expedições (a pé ou de *bike*) por trilhas que geralmente levam até atrativos naturais como praias, cachoeiras, cavernas e topos de montanhas. Podem ser praticadas por pessoas de qualquer idade, levando-se em consideração inclinação e relevo do terreno e a distância a ser percorrida. Seu principal objetivo é a contemplação de paisagens que, dependendo do local escolhido, envolve a observação de animais em seu habitat natural (SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, s/d).

Ao “convidar” o turista a conhecer os municípios, a história e a natureza do estado de São Paulo a pé, o discurso que promove a rota turística Passos dos Jesuítas-Anchieta confirma essa tendência de incentivar o turista a deslocar-se dos grandes centros urbanos e estabelecer um contato mais próximo com a natureza. Vemos, portanto, que há uma tentativa de associar o programa com os princípios de sustentabilidade, ao oferecer um produto que propiciaria uma experiência na natureza, como fica claro em discursos do tipo: “Você tem um encontro marcado com a Mata Atlântica preservada, incríveis cachoeiras, manguezais e rios em Peruíbe”, presente no guia do caminhante elaborado para orientar os turistas na rota Passos dos Jesuítas-Anchieta (SÃO PAULO, Secretária de Turismo, Caminha São Paulo, 2011, p. 06). Entretanto, como afirmamos antes, o ecoturismo pressupõe mais do que contato com a natureza, espera-se que essas atividades resultem em educação ambiental e em benefícios para as comunidades envolvidas, objetivos que a rota Passos dos Jesuítas ainda não foi capaz de concretizar.

## **5.1 Os caminhos para criar um caminho**

Diz o dicionário que caminhar é, entre outros, avançar, percorrer, conhecer, progredir, evoluir. A rota pedestre “Passos dos Jesuítas-Anchieta”, organizada pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, propõe a redescoberta das riquezas naturais, históricas, culturais, religiosas, e monumentais de cidades do litoral paulista de um jeito diferente e todo especial: a pé! Contemplativo por natureza, o caminho reproduz os passos da presença jesuíta na região na metade do século XVI, marcada sobretudo pela ação catequista e desbravadora de Padre Anchieta. São 13 municípios envolvidos num percurso de 370 Km de muita beleza, história e fé.

“Passos dos Jesuítas-Anchieta” é um convite ao caminhar e, ao mesmo tempo, a conhecer uma das mais belas e acolhedoras regiões do Estado de São Paulo. Anchieta deixou seus versos, que tal você deixar suas pegadas em nossas areias? (SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, s/d).

O embrião da rota Passos dos Jesuítas-Anchieta é um projeto turístico criado em 2002 na cidade de Peruíbe. Segundo informações da Secretaria de Turismo dessa cidade, a ideia era criar um produto turístico similar ao “Passos de Anchieta”, no Espírito Santo. Conforme descrevemos anteriormente, o roteiro “Passos de Anchieta” foi criado em 1998, pela Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta (ABAPA). Trata-se de um percurso de 100 quilômetros entre Vitória, capital do estado do Espírito Santo e o Santuário Nacional São José de Anchieta, construído entre os séculos XVI e XVII e localizado na antiga Aldeia de Reritiba, fundada pelo padre José de Anchieta e onde ele faleceu, hoje centro histórico da cidade de Anchieta, no Espírito Santo. O roteiro é sinalizado com placas. De acordo com os organizadores, esta seria a primeira rota de peregrinação cristã do Brasil. A caminhada pode ser feita em qualquer época do ano por meio de pacotes turísticos comercializados pela Associação, que dão ao turista a credencial do caminhante para ser carimbado ao longo do trajeto. Ao final, o turista recebe um certificado emitido pelo Santuário Nacional São José de Anchieta. A rota “Passos de Anchieta” recebe cerca de 200 caminhantes por ano. No entanto, o maior afluxo de turistas ocorre no feriado de Corpus Christi. Em 2015, quatro mil turistas se inscreveram para fazer a caminhada.

Inspirados nesse projeto, representantes dos Departamentos de Turismo das prefeituras de Peruíbe e de

Itanhaém, da comunidade indígena Piaçaguera<sup>2</sup>, da Associação Comercial de Itanhaém e ainda de duas agências de turismo (Na Trilha da Jureia, de Peruíbe, e Pettená Turismo, de Campinas), idealizaram o roteiro “Caminhos de Anchieta: Trilha do Abarebebê”: uma caminhada de 25 quilômetros, com duração aproximada de seis horas e meia, acompanhada por monitores, reconstituindo as andanças dos primeiros colonizadores na região e especialmente dos jesuítas, os padres José de Anchieta e Leonardo Nunes<sup>3</sup>.

O local de saída era o centro histórico de Itanhaém, percorrendo alguns marcos históricos em Itanhaém, a orla do litoral, pela comunidade indígena Piaçaguera (onde haveria apresentação de danças e venda de artesanato), até as Ruínas do Abarebebê, local que reúne vestígios de uma antiga capela construída pelo padre Leonardo Nunes em Peruíbe. Por meio de um convênio entre a prefeitura de Peruíbe e o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, foi realizada uma pesquisa arqueológica que resultou na criação do Sítio Arqueológico Ruínas do Abarebebê. Em 1984, as ruínas foram tombadas como patrimônio estadual pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT). Processo

---

<sup>2</sup> Com 2.773 hectares, a Terra Indígena Piaçaguera é composta por sete comunidades indígenas e fica próxima à praia. Uma delas é a aldeia que leva o mesmo o nome e que foi formada há 15 anos. A população da região é constituída pelos povos Guaranis Mbya e Tupi-Guaranis (Ñandeva). Segundo dados da Fundação Nacional do Índio/Litoral Norte, 350 pessoas vivem na comunidade e o meio de subsistência dos indígenas está no cultivo de orquídeas, venda de palmitos e artesanato.

<sup>3</sup> Leonardo Nunes nasceu na vila de São Vicente da Beira, Portugal, em 1509, e entrou para a Companhia de Jesus em 1546, aos 37 anos. Veio para o Brasil na primeira missão jesuítica chefiada por Manuel da Nóbrega, em 29 de março de 1549, juntamente com o primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza. No fim de 1549 ou início de 1550, chegou a São Vicente, onde foi o primeiro missionário. Em 1553, por ordem de Nóbrega, foi à Bahia para trazer Anchieta e outros missionários para São Vicente. Embarcou no ano seguinte para a Europa, a fim de relatar os acontecimentos da colônia a D. João III e a Ignácio de Loyola, mas, naufragando em viagem, morreu a 30 de junho de 1554 (SOUSA, 2009, p. 2981).

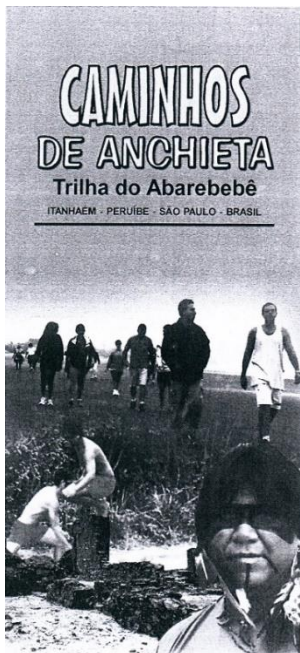
09515/69. Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 130, p. 24, 29/05/1981.

O trecho destacado a seguir, colhido em entrevista com um dos idealizadores do projeto, dá pistas de como surgiu o roteiro “Caminhos de Anchieta: Trilha do Abarebebê”:

Em 2002 apareceu um cara aqui chamado Coronel Petená. A gente trabalhava e organizava projetos de turismo aqui na região. Ele começou aqui em Peruíbe organizando campeonatos de surf. Eu participei da reunião. Ele abriu um mapa propondo uma caminhada de Peruíbe até Iguape, a pé. Só que tem um problema, tem a Estação Ecológica da Jureia no meio do caminho que impõe uma série de restrições para entrada. Ele, então, mostrou uma notícia do jornal *Correio Popular* (Campinas) falando sobre o Caminho de Anchieta, no Espírito Santo, dizendo que era aquilo que ele queria fazer. “Isso dá pra fazer”, eu disse. De Itanhaém, uns 15 quilômetros, passando por atrativos históricos, como o centro histórico de Itanhaém e outros pontos relacionados a Anchieta, tem uma aldeia indígena no meio, a Aldeia de Piaçaguera e no final as ruínas do Abarebebê, em Peruíbe. Juntamos as secretarias de Turismo de Itanhaém e Peruíbe, representantes da aldeia indígena, a Associação Comercial de Itanhaém e duas agências de turismo locais. Aí criamos o projeto, com um kit caminhada, camiseta, incluindo entrada na aldeia.

O passeio é comercializado pelas agências no sistema de pacotes turísticos e oferecido uma vez por mês. Esse projeto contou também com o apoio da Associação Pró-

Canonização de Anchieta (Canan), ligada à Companhia de Jesus e que à época trabalhava pela canonização do Beato José de Anchieta, e da Secretaria de Turismo do Estado, por meio de sua Delegacia Regional. Na figura abaixo, reproduzimos material de divulgação desse produto.



*Reprodução do cartaz de divulgação do roteiro “Caminhos de Anchieta-Trilha do Abarebebê”, iniciativa de 2002, que deu origem à rota Passos dos Jesuítas. Segundo o texto do folheto, o roteiro reconstituiria os passos dos primeiros jesuítas no Brasil. As imagens destacam a presença indígena, aspecto que se perde na rota Passos dos Jesuítas. Fonte: Departamento de Turismo da Prefeitura de Peruíbe.*

A partir de 2003, há tentativas de ampliar o projeto, especialmente por iniciativa da Canan, que contava com parcerias de outras instituições, entre elas, o Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (Condesb), a Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM) e a Secretaria de Turismo do Estado. Segundo os historiadores da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Eliane Fleck e Rafael Kasper, que estudam as representações do missionário José de Anchieta no Brasil, alguns dos lugares de memória e monumentos instituídos ou erigidos em torno da figura de Anchieta estão diretamente vinculados ao processo de sua canonização, um movimento que recebeu a atenção de associações de religiosos e leigos empenhados em atender as exigências para que o beato se tornasse santo (KLECK e KASPER, 2010, p. 155). Esse é o caso da Canan.

## **5.2 Um projeto de canonização**

Desde o século XVII, a Companhia de Jesus trabalhava pela canonização de José de Anchieta. Após sua morte (aos 63 anos, no Espírito Santo), algumas relíquias foram enviadas para Roma para dar início ao processo de beatificação que começou oficialmente em 1624. Desde então, o processo sofreu várias interrupções.

Em meados da década de 1960, a causa foi assumida por membros da alta hierarquia da Igreja Católica no Brasil, por autoridades governamentais e civis e por leigos católicos. Em 1965, é instituído no Brasil o “Dia de Anchieta”, associando a figura de Anchieta a um exemplo de santidade e correção, imagem utilizada pelo governo militar para reafirmar a importância da família, da religião e da moral, auxiliando esse governo a solidificar os laços com uma importante parcela da população brasileira que foi às ruas protestar contra a direção esquerdista do governo de João Goulart (FLECK, 2007, p. 233). A beatificação do padre, etapa que



antecede a canonização, em 1980, logo após a visita do Papa João Paulo II ao Brasil, e só foi possível após a eliminação da exigência de comprovação de milagres, prevista pelo Código Civil Canônico. Nesses casos, a beatificação é concedida pelo conjunto da obra (FLECK, KASPER, 2010, p. 168).

Em 2002, foi criada a Associação Pró-canonização de Anchieta (Canan) com sede na cidade de São Paulo. Seu objetivo era promover e divulgar a devoção popular ao beato Anchieta, visando a realização de um milagre, condição necessária para a santificação (FLECK e KASPER, 2010). Foi como parte desse esforço que a Canan idealizou, em conjunto com as instituições apontadas acima, a rota de peregrinação religiosa que foi chamada de “Caminhos de Anchieta”. Este esforço inclui, por exemplo, a assessoria do presidente da Canan à escola de samba paulista Gaviões da Fiel, na criação do samba enredo para o desfile da escola em 2007, *Anchieta, José do Brasil*. Também foram distribuídas imagens de José de Anchieta em diversas paróquias das cidades do litoral para estimular a devoção ao padre jesuíta.

De acordo com texto elaborado pela Associação:

O projeto turístico religioso denominado “Caminhos de Anchieta” visa resgatar na Baixada Santista este segmento turístico pouco explorado na Região (...). O desenvolvimento turístico possibilita o desenvolvimento social e econômico, a ser obtido através da geração de emprego e renda voltada ao atendimento ao turismo na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). A sua implementação, em conjunto e com apoio da Igreja Católica, contribui com o processo de canonização, criação e manutenção do culto ao Beato José de Anchieta, ao mesmo tempo em que incrementa o desenvolvimento do turismo de caráter religioso (AGEM, CANAN, s/d, p. 02).

A estrutura do projeto baseava-se em três roteiros de peregrinação demarcados com placas: o primeiro a partir de Ubatuba, no Litoral Norte, outro com início na Baixada Santista e o terceiro começando na cidade de São Paulo. Além das placas de sinalização, em parceria com as prefeituras, seriam construídas as “Praças de Anchieta”, pontos de apoio para o peregrino com banheiros e locais de descanso. O projeto dessas praças seria inspirado no monumento Biquinha de Anchieta, uma das atrações turísticas da cidade de São Vicente.



*Biquinha de Anchieta, São Vicente/SP. Data de 1553, com a chegada dos jesuítas em São Vicente. Um ano após a fundação de São Paulo de Piratininga, em 1555, Anchieta começou a frequentar o lugar, para nele catequizar os indígenas e realizar seus atos teatrais, razão pela qual passou a denominar-se Biquinha de Anchieta. Em 1850, para abrigar a bica, foi construído um rústico e singelo paredão, que se manteve até meados do século XX. Em 1943, foi inaugurado um painel de mosaico português que retratava a missão de Anchieta entre os índios. A última intervenção aconteceu em 1947 (KASPER e FLECK, 2010, p. 151). Foto: Secretaria de Turismo, 2014.*

O ponto final dos três roteiros seria um “santuário ecológico” dedicado a José de Anchieta, que seria construído em Praia Grande, em terreno de 26 mil metros quadrados, doado pela prefeitura. Mas o que seria este santuário ecológico? Segundo o texto do projeto:

A presença do Beato na região sempre esteve associada ao meio ambiente natural regional, especialmente o relacionado à Mata Atlântica e ao trabalho com os índios. Assim, a área, na medida do possível, deve estar próxima e/ou associada a área de matas, mangues, praia e/ou outras, de forma a possibilitar a integração das atividades turísticas/religiosas ao meio ambiente. Tal saturação permite a agregação da cultura indígena ao projeto, especialmente as comunidades indígenas regionais. Nesse aspecto, o paisagismo concebido para o complexo é baseado apenas em espécimes da Mata Atlântica (AGEM, CANAN, s/d, p. 10).

Cabe lembrar, entretanto, que essa ideia de um meio ambiente natural ou natureza edênica com os quais o padre jesuíta se associava harmoniosamente, não é a única que prevalece nos escritos de Anchieta; ao contrário, trata-se de uma relação perpassada por conflitos. Conforme mostram as cartas e relatos do padre, o mundo natural, ao mesmo tempo que era criação de Deus, era também um tipo de inferno verde, morada do demônio e de homens decadentes: os indígenas não convertidos. Anchieta colocava em lados opostos uma sociedade harmoniosa construída pelo colonizador português e pela Igreja e a natureza dissonante (ALVIN e COSTA, 2005, p. 12). Essas contradições, entretanto, desaparecem dos discursos turísticos elaborados

para promover essas rotas e o resultado é um tipo de apagamento de especificidades históricas.

A execução do projeto arquitetônico do santuário estaria a cargo de professores e alunos da Universidade Católica de Santos (Unisantos), que também seria responsável pela seleção, a partir de pesquisa histórica, de um conjunto de monumentos para visitação do turista/peregrino. O objetivo de envolver instituições locais, segundo a Canan, era inserir e mobilizar a comunidade e entidades da região. Em relação à questão do envolvimento da comunidade local, o documento da Associação ao qual tivemos acesso também mencionava a intenção de promover atividades culturais e de lazer em conjunto com a comunidade indígena da região “essência da atividade do beato” (AGEM, CANAN, s/d, p. 13). Como o projeto não teve continuidade, não é possível saber se esse aspecto se concretizaria.

Ao longo da elaboração do projeto da Canan, também foi solicitado às prefeituras das cidades da Baixada Santista que elencassem “atrativos complementares pertinentes” à memória anchietana. A ideia era que o caminho de peregrinação que seria criado fosse resultado da interligação desses pontos com os pontos turísticos comprovados, “procurando, sempre que possível, manter-se uma sobreposição das rotas ao real caminho percorrido pelo beato” (AGEM, CANAN, s/d, p. 20). Boa parte dos locais selecionados nesse projeto coincide com os lugares indicados no guia do caminhante da rota Passos dos Jesuítas–Anchieta como visitas complementares ao trajeto.

Seguindo o modelo do Caminho de Santiago, os peregrinos teriam um passaporte para ser carimbado ao longo do trajeto. Nas figuras a seguir, estão alguns modelos de carimbo elaborados no âmbito do projeto.



*Modelo de carimbo dos Caminhos de Anchieta. Ilustração inspirada no mosaico em cerâmica localizado na Biquinha de São Vicente/SP. Projeto da Canan segue modelo de Santiago de Compostela, com passaporte dos peregrinos e carimbos de comprovação da distância percorrida (AGEM, CANAN, s/d, p. 36).*

Além do passaporte, o turista, designado como “peregrino de Anchieta” receberia fitas coloridas para sua identificação. Conforme o texto do projeto da Canan, essas fitas seriam parecidas com as fitas do Senhor do Bonfim<sup>4</sup>, vendidas no entorno do Santuário do Senhor do Bonfim, em Salvador. Elas teriam as cores marrom, representando a Companhia de Jesus, e branco e amarelo, as cores do Vaticano. A ideia era que, assim como acontece em Salvador, essas fitas servissem como objeto de recordação do peregrino, “colaborando para a criação de ícones perante o imaginário popular” (AGEM, CANAN, s/d, p. 53).

---

<sup>4</sup> A fita do Senhor do Bonfim é um *souvenir* típico da cidade de Salvador, na Bahia, vendida no entorno do Santuário do Senhor do Bonfim, uma das igrejas mais conhecidas da cidade. Era conhecida como “medida do Bonfim”, por medir exatos 47 centímetros de comprimento, a medida do braço direito da estátua de Jesus Cristo, Senhor do Bonfim, postada no altar-mor da igreja mais famosa da Bahia. A “medida” era confeccionada em seda, com o desenho e o nome do santo bordados à mão e o acabamento feito em tinta dourada ou prateada e usada no pescoço, como um colar, no qual se penduravam medalhas e santinhos. Ao pagar uma promessa, o fiel carregava uma foto ou uma pequena escultura de cera representando a parte do corpo curada com o auxílio do santo. Não se sabe quando ocorreu a transição para a atual fita usada no pulso. Em meados da década de 1960, a nova fita já era comercializada nas ruas de Salvador.

Estruturas de apoio aos peregrinos, como restaurantes, rede de hospedagem etc., seriam definidas em conjunto com as prefeituras. A Canan previa um extenso plano de divulgação da nova rota, que contaria com toda a estrutura de comunicação da Igreja Católica, incluindo campanhas nas dioceses, redes de televisão, rádio e jornais. A despeito de não ter sido implementado em seu formato original, esse projeto, de caráter eminentemente religioso, mas que contava com parcerias do poder público tanto na esfera municipal quanto estadual, mostra como são fluidos os limites entre Igreja e Estado no Brasil.

Em 2007, a Companhia de Jesus decidiu encerrar as atividades da Canan, provavelmente devido aos altos custos envolvidos na manutenção da sua sede, na cidade de São Paulo. Com isso, todos os projetos e iniciativas promovidos pela Associação foram transferidos para a sede da Companhia, na mesma cidade (FLECK e KASPER, 2010, p. 164). Ainda de acordo com esses autores, outra razão para a desmobilização da causa pela canonização seria para evitar conflitos com os religiosos tidos como mais progressistas, críticos do projeto colonial ibérico e das estratégias de evangelização adotadas pelo jesuíta José de Anchieta e outros missionários junto às populações indígenas. Essa posição ganhou mais destaque em 1992, quando os religiosos identificados com a Teologia da Libertação, reunidos em Santo Domingo, República Dominicana, pediram publicamente desculpas pelo extermínio dos povos nativos e pelos efeitos da imposição da cultura europeia pelos colonizadores e, sobretudo, pelos religiosos (idem, p. 164).

### 5.3 Religiosidade local

Deixe-se envolver pela grandiosidade e beleza de nossas praias e pela serenidade de nossa Mata Atlântica. Séculos atrás um personagem foi atraído por tudo isso. José de Anchieta. Encantou-se também com a beleza do povo que encontrou vivendo em plena harmonia com toda essa natureza. Caminhando, caminhando, descobriu um mundo novo que ganhou seu coração (DIOCESE DE CARAGUATATUBA, 2015, p. 02).

Apenas em 2015, uma nova iniciativa de caráter religioso em homenagem a José de Anchieta surge no litoral paulista: a peregrinação “Caminhando com Anchieta”. Organizada pela Diocese de Caraguatatuba, com apoio da Companhia Municipal de Turismo de Ubatuba. Não há participação da Companhia de Jesus. A peregrinação religiosa foi resultado do projeto de animação devocional ao santo canonizado em abril de 2014. De acordo com os organizadores, a peregrinação é um evento anual de incentivo à devoção a São José de Anchieta, que propõe o fortalecimento da espiritualidade dos participantes através da caminhada, oferecendo a possibilidade de uma experiência espiritual através do exercício físico, desfrutando das belezas naturais que o Litoral Norte pode oferecer.

O percurso tem início na Igreja Matriz de São Sebastião, passa por Ilhabela e Caraguatatuba, terminando na Igreja Matriz, em Ubatuba, em um trajeto de aproximadamente 80 quilômetros que aproveita em parte, a sinalização da rota Passos dos Jesuítas-Anchieta. Seguindo a tradição das peregrinações tradicionais, os peregrinos fazem pausas em paróquias ao longo do caminho para se alimentar, descansar

e fazer orações. Os pernoites também acontecem nas igrejas dessas cidades. Em seu primeiro ano, 60 pessoas participaram da caminhada. Em 2016, o número atingiu 80 peregrinos.

A despeito do projeto da Setur contemplar o turismo religioso, acreditamos que esse movimento da igreja local de organizar peregrinações em torno da figura de José de Anchieta é resultado de novas leituras da narrativa proposta pelos discursos oficiais. Tanto os organizadores quanto os peregrinos que participam dessas caminhadas ignoram todo o aporte tecnológico do projeto, fazendo uso apenas da sinalização. Sem pretender um aprofundamento no entendimento desses novos sentidos, nos arriscamos a afirmar que, a partir dessa iniciativa, novas construções narrativas da rota Passos dos Jesuítas são elaboradas.



*Bandeira Peregrina de São José de Anchieta da Diocese de Caraguatatuba/SP. Idealizada especialmente para a peregrinação “Caminhando com Anchieta”. As insígnias: cocar indígena, pergaminho se desdobrando, cruz vermelha, cruz missionária jesuítica, bandeira branca em detalhes em verde e amarelo e ondas do mar, a imagem procura apresentar a realidade pastoral desse santo, sua fé e sua missão em terras brasileiras, segundo a Diocese de Caraguatatuba.*



## **5.4 De um projeto de canonização para um projeto turístico**

Em 2011, com objetivo de colocar em prática as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, a então recém-criada Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo retoma o projeto de criar roteiros de caminhada no litoral inspirados em José de Anchieta. Nesse momento, no entanto, a característica de uma peregrinação estritamente religiosa é amenizada. Com isso, nos discursos oficiais sobre o projeto, além da palavra peregrino, surge o termo caminhante. A figura de José de Anchieta é esvaziada de seu conteúdo religioso e ele passa a ser mostrado como personagem central no processo de colonização do Brasil. A motivação religiosa é substituída pelo apelo do turismo sustentável, com ênfase no patrimônio histórico e cultural e nas belezas naturais do litoral.

Qual seria o contexto político de onde emergiram essas decisões? Que atores, instituições e ideias compõem o quadro que fazem surgir o programa turístico Caminha São Paulo e a rota pedestre Passos dos Jesuítas-Anchieta? É o que tentaremos responder nos parágrafos a frente.

A Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo foi criada no dia 1º de janeiro de 2011, pelo decreto 56.635/2011. Antes disso, as ações relacionadas ao turismo no estado de São Paulo eram de responsabilidade da Coordenadoria do Turismo, ligada à Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo (SELT). Não foi a primeira vez, entretanto, que o estado de São Paulo contou com uma secretaria específica para tratar dos assuntos relacionados ao turismo. Analisando o processo de institucionalização do turismo no Governo do Estado de São Paulo da década de 1950 até os anos 2000, as turismólogas Raquel Brocchi e Karina Solha (2008), identificaram inúmeras transformações na estrutura e, principalmente, na nomenclatura desse órgão, o que, segundo elas, “revela pouca prioridade e fragilidade do setor, uma vez que dificulta a realização de projetos consistentes e de longo

prazo”. A essa fragilidade se associa o fato de as ações desses órgãos seguirem, de maneira geral, as diretrizes nacionais para o turismo, ao invés de elaborar uma política estadual de turismo que contemple as especificidades dos municípios paulistas (BROCCHI e SOLHA, 2008, p. 252). Entrevistas que realizamos com o secretário de Turismo do estado confirmam essa hipótese.

Desde o advento da Lei Geral do Turismo, em 2008, o Brasil começou a discutir a regionalização do turismo, quando o Ministério criou uma Lei que trata da regionalização, mas que emprestou aos estados e regiões apenas uma forma de se organizar para atuar no turismo, criando estâncias de governança que mais davam capilaridade para uma atuação política do que propriamente ensinar a pescar. O governo federal estabeleceu a fé, a crença, mas não construiu nada de concreto. O secretário buscou, então, fazer a regionalização de verdade, somando obras concretas a esse esforço. E aí ele decide implantar cinco programas com um ponto em comum: beneficiar não somente uma cidade, mas uma região ou um conjunto de cidades. Essa foi a primeira política pública nossa: a regionalização na prática.

O programa Caminha São Paulo busca colocar em prática as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, lançado pelo Ministério do Turismo brasileiro em 2004. Conforme mostramos no trecho destacado acima da entrevista com o secretário adjunto de Turismo, concedida para esta pesquisa, com o “Caminha São Paulo” a Secretaria de Turismo paulista buscou “fazer a regionalização de verdade, somando obras concretas a esse esforço” (do governo federal). Além do Caminha São Paulo, em 2011, a

Secretaria de Turismo lançou outros quatro programas “para colocar a regionalização em prática”: Turismo do Saber, Roda SP, Melhor Viagem e Sabor de São Paulo.

A regionalização é um dos componentes do “Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007”. Elaborado pelo Ministério do Turismo<sup>5</sup>, o PNT 2003-2007 tinha como objetivo aumentar a oferta de produtos turísticos brasileiros e de oportunidades de desenvolvimento socioeconômico por meio da ação conjunta das três esferas do governo (municipal, estadual e federal), da sociedade, iniciativa privada e as organizações não governamentais. Para operacionalizar o PNT em todo território nacional, foram criados Fóruns Estaduais, que deveriam funcionar como um canal de comunicação com o governo federal. No ano seguinte ao lançamento do PNT, o Ministério do Turismo cria um programa específico para estruturar e administrar o turismo do país de forma descentralizada e por regiões, o “Programa de regionalização do turismo. Roteiros do Brasil: Diretrizes políticas” (BRASIL, MTur, 2004).

Antes da criação do Ministério do Turismo, em 2003, outros instrumentos de administração do turismo no Brasil já traziam a ideia da gestão descentralizada. Um dos exemplos é o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), instituído, em 1994, pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, que procurou delegar aos municípios a responsabilidade de desenvolver seu potencial turístico, ficando a cargo do governo federal o papel de orientador dos processos de tomada de decisão. Na opinião dos pesquisadores da área de turismo Aline Henz e Alexandre dos Anjos, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e da Universidade do Vale do Itajaí (Univale), a

---

<sup>5</sup> O Ministério do Turismo foi criado em 2003, durante o primeiro mandato do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007). Até então, as atividades relacionadas à gestão do turismo no Brasil, em nível federal, estavam a cargo do Ministério da Indústria e do Comércio e do Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur).

introdução da gestão descentralizada do turismo no Brasil segue um modelo mundial de planejamento focado na distribuição de competências e união de forças por meio de roteiros, circuitos e polos turísticos (ANJOS e HENZ, 2012, p. 2).

Para esses pesquisadores, o PNMT não foi capaz de conciliar os interesses de partidos municipais, estaduais e federais, e “a falta de informações mais específicas para gerenciar a atividade e o fato de que municípios isolados de grandes centros não conseguiam aplicar o plano, foram motivos visíveis que causaram descontinuidade do PNMT” (ibidem, p. 03). Entretanto, ele conseguiu fortalecer a crença de que a gestão descentralizada seria o caminho para consolidar o turismo como instrumento de fortalecimento da economia. Dez anos depois da criação do PNMT, o foco do Programa de Regionalização do Turismo, como proposta de política pública para a gestão das atividades relacionadas ao turismo no Brasil, não é mais o município isolado, mas a região.

De acordo com o discurso do Ministério do Turismo, a proposta partiu da observação de um fenômeno que já vinha ocorrendo em vários estados brasileiros: a criação e oferta de roteiros turísticos que extrapolavam as fronteiras dos municípios e até mesmo dos estados. “Constatou-se que a integração de municípios em uma região turística seria a melhor forma de incluir no processo de desenvolvimento os municípios que sempre ficavam à margem da implementação das políticas públicas” (BRASIL, MTur: 2007, p. 19).

Conforme as diretrizes operacionais do Programa de Regionalização do Turismo, no processo de regionalização é fundamental o envolvimento de representantes de todas as instâncias: poder público, empresários, sociedade civil, instituições de ensino e terceiro setor. Especialmente em relação aos municípios, questão que nos interessa, a partir das premissas apontadas no Programa de Regionalização, supõe-se que eles participem do planejamento regional das

atividades turísticas, agregando valores e serviços por meio de suas peculiaridades.

Dois conceitos principais norteiam o Programa do Ministério do Turismo. O primeiro é território, visto como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente (BRASIL, MTur, 2004, p. 11). A adoção desse conceito supõe novas formas de organização social que vão além das divisões administrativas e geográficas e procura destacar características, valores e particularidades distintivos de uma região. Além disso, “o ordenamento territorial, articulado nesses novos moldes e convencionado a partir dos interesses coletivos da região, deve apresentar-se como sustentável e emancipador, ou seja, deve promover a inclusão econômica, social e cultural” (BRASIL, MTur, 2007, p. 26).

O segundo conceito adotado no Programa é o de arranjos produtivos locais (APLs). Tradicionalmente aplicado nos estudos industriais, ele se refere a uma região ou município que tenha como uma de suas principais características a presença marcante de um setor industrial específico. Sendo o turismo um setor caracterizado por colocar à disposição do turista diversas atividades ao mesmo tempo, para uma região ser considerada um APL (ou *cluster*) de turismo ela deve apresentar um número expressivo de empresas envolvidas com a atividade turística como restaurantes, hotéis, agências e operadoras de turismo, empresas de transporte e ainda organizações públicas e privadas de apoio que ofereçam infraestruturas básicas como estradas, saneamento e hospitais para atender os visitantes (BRASIL, MTur, 2007b, p. 1-9). Esses dois conceitos serviriam como guias para o reconhecimento de atributos e características presentes em determinadas regiões, além das fronteiras geográficas dos municípios, capazes de gerar produtos e serviços complementares para a diversificação da oferta turística, traduzindo-se, assim, em oportunidades de negócios e de desenvolvimento humano (BRASIL, MTur, 2004, p. 9).

De acordo com o professor de turismo da Escola de Comunicações da Universidade de São Paulo (ECA/USP), Mário Carlos Beni, o incentivo à diversificação por parte das políticas públicas segue uma tendência nesse setor que busca destacar as vantagens competitivas de uma região e não suas vantagens comparativas. Estas últimas se baseiam na existência de recursos que os competidores não têm ou têm em menor medida, como atrativos turísticos únicos, mão de obra barata e experiência acumulada. Já as vantagens competitivas são criadas, “levando para o mercado novas formas de competir e novas maneiras de fazer as coisas” (BENI, 1999, p. 15). Ora, a proposta do programa Caminha São Paulo vai exatamente nessa direção, propondo uma nova forma de conhecer conjuntos de municípios – a pé – que, supostamente, teriam atrativos e serviços complementares e ainda uma herança comum, as marcas deixadas por José de Anchieta.

Entretanto, a Setur contradiz as premissas do programa de regionalização ao dispensar a participação das comunidades envolvidas, da iniciativa privada e mesmo das estâncias públicas da esfera municipal. O distanciamento em relação às propostas iniciais tanto do projeto “Caminhos de Anchieta: trilha do Abarebebê”, das prefeituras de Peruíbe e Itanhaém, quanto do roteiro religioso “Caminhos de Anchieta” significou também um afastamento das prefeituras, das comunidades e da iniciativa privada, que estavam presentes no embrião do projeto turístico, em 2002.

No caso das prefeituras, esse distanciamento foi atestado pelo diagnóstico da rota Passos dos Jesuítas, encomendado pela própria Secretaria do Turismo em 2012 e executado por uma empresa de consultoria. O documento aponta a falta de integração entre governo estadual e municípios como uma barreira para a consolidação do projeto. Os gestores municipais entrevistados para a elaboração desse documento percebem que o projeto turístico é inovador, no sentido de incrementar o turismo regional e, principalmente,

pelo seu potencial de atrair turistas fora de temporada (um turista diferenciado, com alto poder aquisitivo e com grande bagagem cultural). No entanto, como esse tipo de atividade é uma novidade, com pouca tradição no Brasil, ela demanda ampla divulgação. Isso, segundo esses gestores, depende de ações integradas entre as prefeituras e a esfera estadual (NC PESQUISAS, 2012, p. 16-17).

A maioria dos representantes da área de turismo das instâncias municipais (secretários, diretores, coordenadores etc.) apontou ainda que, como o programa foi implantado de cima para baixo, sem participação ou consulta às prefeituras, não houve estímulo para um envolvimento maior. Segundo eles, seria necessário manter as secretarias municipais atualizadas em relação ao desenvolvimento dos trabalhos, pesquisas realizadas, quantidade de caminhantes, informações sobre o público-alvo, além de realizar reuniões periódicas de integração e planejamento junto aos municípios (idem, p. 18-19).

Funari e Carvalho apontaram a educação patrimonial como uma alternativa ao distanciamento entre a sociedade e seus diversos patrimônios. De acordo com eles, a educação patrimonial possibilita diálogos por meio dos quais acontece uma conexão entre a vida cotidiana das pessoas e os patrimônios.

Assim, cada grupo social torna-se capaz de atribuir significados ao próprio patrimônio e ao bem público como um todo. Tem-se um cidadão pronto para a preservação e, principalmente, para a transformação tanto de seu entorno como da sociedade (FUNARI e CARVALHO, 2011, p. 9).

De um projeto de educação patrimonial sobre essa rota de caminhada envolvendo prefeituras e comunidades, poderiam emergir reflexões acerca da herança jesuíta na região, bem como da presença de comunidades indígenas,

quilombolas e caiçaras. Tais reflexões, se inseridas no projeto, poderiam resultar em patrimônios multifacetados e, por isso, mais ricos para a comunidade e para os turistas. No entanto, as tentativas de aproximação com a comunidade foram tímidas e descontínuas, gerando frustração e falta de identificação com esse produto turístico.

Após o lançamento da rota Passos dos Jesuítas, em 2011, conforme já apontamos, aconteceram alguns eventos de divulgação organizados em parcerias da Secretaria de Turismo com prefeituras locais. Em 2011, foi montado na cidade de Ubatuba o espetáculo teatral “Encenação da Paz de Iperoig”, sobre a participação de José de Anchieta nas negociações de paz entre os tamoios e os portugueses no século XVI. A montagem foi coordenada pelo Instituto Paz de Iperoig, criado exclusivamente para esse fim. Por meio de uma parceria com a Secretaria de Educação de Ubatuba, o Instituto recrutou artistas locais, incluindo alunos, pais e professores em um total de 300 participantes. O espetáculo aconteceu no dia 28 de outubro na Praia do Cruzeiro. Na ocasião, um grupo com 22 caminhantes concluiu um trecho da rota, chegando momentos antes do início do espetáculo. No ano seguinte, aconteceu apenas uma exposição de fotos do espetáculo de 2011. No entanto, a partir de 2013, não houve mais apresentações. De acordo com representantes do Instituto Paz de Iperoig, sem o apoio da prefeitura de Ubatuba e da Secretaria de Turismo do Estado, a instituição não foi capaz de articular parcerias e levantar recursos para a montagem do espetáculo.

No dia 03/04/2014, o Papa Francisco assinou o Decreto proclamando o padre José de Anchieta, santo. A canonização seguiu um protocolo diferente do convencional na Igreja Católica ao dispensar a comprovação de milagres. Anchieta foi declarado santo pelo conjunto da sua obra. Em junho do mesmo ano, uma parceria da Prefeitura de Itanhaém com duas paróquias dessa cidade, organizou a I Semana Anchieta, coincidindo com as comemorações do Dia de



Anchieta (desde 2009 o Dia de Anchieta é feriado em Itanhaém). A programação do evento contou com uma missa campal, celebrando a canonização de Anchieta, uma caminhada de três quilômetros na rota Passos dos Jesuítas e uma exposição de fotografias de trechos da rota, ambos para divulgar o projeto turístico. Em Itanhaém, a canonização do padre motivou a criação de um projeto de lei (Lei Nº 3.928, de 2 de junho de 2014) que proclamou Anchieta co-padroeiro da cidade, juntamente com Nossa Senhora da Conceição. Segundo o Secretário de Turismo de Itanhaém, a Semana de Anchieta foi o primeiro evento em que houve uma parceria efetiva da Secretaria de Turismo do Estado com a prefeitura, com discussão prévia do projeto e envolvimento das paróquias locais. Cerca de 150 pessoas das cidades de Itanhaém, Peruíbe e Santos participaram das atividades.

O secretário adjunto de turismo da cidade de Peruíbe também apontou a falta de integração do Estado com as instâncias locais como um dos pontos fracos do projeto: Para ele, a comunidade indígena Piaçaguera, “uma das coisas mais interessantes no caminho”, precisaria ser envolvida. De fato, essa comunidade, que participou da primeira iniciativa de se criar uma rota de peregrinação no litoral de São Paulo, o roteiro Passos de Anchieta, Trilhas do Abarebebê, não foi incluída no projeto Passos dos Jesuítas. Indagada sobre isso, a Secretaria de Turismo nos informou que convidou as comunidades indígenas para oficinas de sensibilização via prefeituras, para que elas conhecessem os projetos, mas que apenas duas aceitaram participar: Itaóca, em Mongaguá, e Rio Silveira, em Bertioga/São Sebastião. No entanto, informações que obtivemos em entrevistas que fizemos com secretários de Turismo de algumas cidades por onde passa a rota, contradizem essa afirmação. Em Peruíbe, por exemplo, segundo seu secretário adjunto, não houve nenhuma tentativa de aproximação com a comunidade indígena: “Eu não me lembro de nenhum treinamento, apenas do lançamento, que foi feito com um grande evento”, declarou.

Conforme nos ensinou o ex-diretor do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), Hugues de Varine, projetos que intencionem gerar desenvolvimento social e econômico e que envolvam questões patrimoniais devem ser feitos o mais próximo possível dos criadores e dos detentores desse patrimônio. “Não se pode ter desenvolvimento sem a participação efetiva, ativa e consciente da comunidade que detém esse patrimônio”. (VARINE, 2012, p. 21).

Nos discursos oficiais a respeito desse roteiro turístico, apenas três comunidades indígenas – Itaóca, Aguapeú (ambas na cidade de Mongaguá) e Rio Silveira (na divisa de Bertioga com São Sebastião) – são mencionadas, nenhuma como passagem obrigatória. Nesses discursos, elas são apenas sugeridas como locais a serem visitados pelo turista. No entanto, existem outras comunidades indígenas nas cidades por onde passa a rota Passos dos Jesuítas–Anchieta, conforme mostra a tabela a seguir.

Comunidades indígenas no litoral de São Paulo			
Terra Indígena	Aldeia	Povo Indígena	Município
Bananal	Bananal	Tupi-Guarani (Nandeva)	Peruíbe
Boa Vista do Sertão do Pró-Mirim	Boa Vista	Guarani Mbya	Ubatuba
Guarani do Aguapeú	Aguapeú Cerro Corá	Guarani Mbya, Tupi-Guarani (Nandeva)	Mongaguá
Ribeirão Silveira	Ribeirão Silveira	Guarani Mbya, Tupi-Guarani (Nandeva)	São Sebastião e Bertioga
Rio Branco (do Itanhaém)	Rio Branco	Guarani Mbya, Tupi-Guarani (Nandeva)	Itanhaém e São Vicente
Itaóca	Itaóca I Itaóca II	Guarani Mbya, Tupi-Guarani (Nandeva)	Mongaguá
Piaçaguera	Piaçaguera Tanyguá Tabaçure Koypy Kuaray Mirim Nhamandu-mirim	Tupi-Guarani (Nandeva)	Peruíbe
Tenondé Porá	Barragem Krukutu	Guarani Mbya	São Vicente e Mongaguá
Renascer	Wutu Guasu	Tupi-Guarani (Nandeva)	Ubatuba

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Elaboração Patrícia Mariuzzo.

No discurso de lançamento da rota (SÃO PAULO NOTÍCIAS, 2011), o governador destacou: “Nós temos aqui a história. (...) Aqui está presente a história do Brasil”. O texto do

mapa do caminhante também enfatiza essa “redescoberta”, como mostramos no trecho destacado. Como em um parque temático, a “história do Brasil” é oferecida como atrativo turístico.

A rota pedestre “Passos dos Jesuítas–Anchieta”, organizada pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, propõe a redescoberta das riquezas naturais, históricas, culturais, religiosas e monumentais das cidades do litoral paulista de um jeito diferente e todo especial: a pé! (SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, s/d.).

No entanto, os caminhos propostos para o turista percorrer “repousam em desejáveis e intencionais geografias da mente”, conforme afirma o geógrafo norte-americano David Lowenthal (2002, p. 12). Segundo ele, “como os parques temáticos no presente, a paisagem do passado é, em geral, um artifício, uma invenção, uma construção, uma ilusão. Ele é menos o que ele era realmente do que o que deveria ter sido” (LOWENTHAL, 2002, p. 14). Na construção narrativa oferecida ao turista as comunidades indígenas são excluídas da “história do Brasil” que se pretende contar, elas tornam-se completamente invisíveis. Trata-se de uma catequização sem indígenas, já que não há espaço para eles no presente.

A desvalorização dos indígenas mostrou-se como um requisito para a concretização do enredo narrativo. Nessa história, os indígenas não têm um papel relevante porque a narrativa foi construída de modo a obscurecer seu papel. Ora, se uma das propostas da rota é criar condições para que o turista conheça a história da colonização e do povoamento do Estado de São Paulo, por que os indígenas são excluídos?

Como apontou Luchiari (1997, p. 54), a ocupação indígena das terras brasileiras, anterior à colonização, não deixou muitas marcas na paisagem local, mas transmitiu fortes legados culturais, entre eles muitas trilhas e caminhos. Trilhas que certamente eram utilizadas por José de Anchieta, uma

herança que não é mencionada em um projeto turístico que pretende recuperar exatamente isso, caminhos antigos do Brasil.

A Setur adere a uma visão tradicional de patrimônio, que exclui as compreensões do patrimônio localizadas fora ou em oposição a esse discurso autorizado do patrimônio. Assim, como apontou Smith, a herança que não provém das elites, que são subnacionais ou não ocidentais são ignoradas e descartadas, definidas como de interesse de minorias<sup>6</sup>. “A possibilidade de compreensões diversas, multiculturais ou transacionais do passado e do presente frequentemente é impedida pelo discurso autorizado do patrimônio” (SMITH, 2011, p. 45).

O Estado, que investiu recursos públicos neste projeto turístico, parece ignorar a complexidade da história colonial (caracterizada por negociações e violência entre índios e europeus), a existência de uma pluralidade de religiosidade em nosso país, e, finalmente, as comunidades que fizeram e fazem parte dessa história. O resultado é um passado esvaziado de conflitos, “um fantasma inofensivo” (CARVALHO, 2010, p. 190). Apagam-se cinco séculos de transformações, simplificando cenários e atores. Como afirma Cronon, “a capacidade de inclusão é uma virtude porque seguramente uma história é melhor quando incorpora muitas vozes e eventos diferentes para refletir a diversidade de experiências humanas passadas” (CRONON, 2002, p. 59).

Em consonância com as reflexões sobre usos do passado, do historiador da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Glaydson José da Silva, partimos da premissa de que o saber sobre o passado, sua escrita e suas leituras são poderes e geram poderes (SILVA, 2005, p. XV). Com objetivo

---

<sup>6</sup> Um roteiro de caminhada que destaca a memória da escravidão é a Rota Dória, um antigo caminho clandestino para o tráfico de escravos usado no século XIX, ligando São Sebastião e Ilhabela a Salesópolis, município da região metropolitana da capital paulista.

de forjar identidades, os grupos sociais evocam determinadas memórias, imagens, personagens, lugares, ligando-os à uma pretensa ancestralidade que justificaria sua perpetuação na vida nacional. É o que vemos em relação à figura de José de Anchieta. No entanto, “essas memórias da nação visam, de certo modo, uma espécie de controle do passado (e, conseqüentemente), do presente” (SILVA, 2005, p. 72). E esse processo envolve uma gestão de memórias “que significa, antes de tudo, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...)” (SEIXAS, 2001, p. 42).

No contexto desse projeto do governo do estado, nesse roteiro entre Peruíbe até Ubatuba, um trajeto específico foi escolhido, além disso, foram selecionados sítios para visitaçã, lugares de memória (NORA, 1993) que buscam destacar uma suposta vocaçã hist3rica, cultural e religiosa e, assim, costurar novos significados para o litoral dentro da experi4ncia do caminhar.

No conjunto de elementos escolhidos para passagem e para visitaçã na rota Passos dos Jesuítas, destacam-se igrejas, capelas e outros marcos da catequizaçã jesuítica no litoral, como nos exemplos que destacamos nas figuras a seguir.



*Ruínas do Abarebebê, em Peruíbe/SP. Abarebebê, ou santo voador, era como os índios chamavam o padre Leonardo Nunes, o primeiro catequizador da região, pela rapidez com que ele se deslocava pela região Monumento representando a memória católica em Peruíbe, lógica de valorização do patrimônio que exclui outras manifestações religiosas e grupos étnicos. Foto: Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, 2014.*



*Cruzeiro Quinhentista em Cubatão/SP. Foto: Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo.*

No entanto, essas escolhas levam em conta apenas o catequizador e não o catequizado, em um tipo de história católica, colonial e branca. Como afirmam Funari e Carvalho, os monumentos históricos são portadores de mensagens e, por sua natureza como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significados (FUNARI&CARVALHO, 2011, p. 7). No Brasil, frequentemente, as políticas patrimoniais perpetuam percepções culturais colonialistas (CARVALHO, 2010, p. 21; CARVALHO& SOUZA, 2015, p. 18). Dignos de serem lembrados no presente e no futuro, as igrejas e outros edifícios católicos materializam a presença europeia no território brasileiro, para consolidar traços em comum entre o Brasil e o velho continente. Outras expressões religiosas, como as expressões da religiosidade indígena, não são mencionadas. Partilhando das ideias das historiadoras Aline Carvalho e Luciana Souza, apontar essas ausências não significa limitar essas discussões à oposição simplista colonizado x colonizador, mas abrir possibilidades para outras representações no jogo político que resulta na valorização dos patrimônios. Como alertou Hannah Arendt no prefácio do livro *Entre o passado e o futuro* (1979), na operação que nega a diversidade do patrimônio, há o perigo do apagamento de memórias e isso, em termos de realidade política, pode resultar na incapacidade de projetar o futuro.

Ao implantar essa rota turística, para ser percorrida a pé, a Secretaria de Turismo incentiva um modelo de turismo sustentável, de menor impacto. Entretanto, um projeto turístico que não envolve a comunidade pode ser realmente sustentável? Outro aspecto que consideramos relevante destacar é que esses discursos oficiais tentam inaugurar um novo olhar para as cidades do litoral do estado, um olhar que aponta para outras características dessas cidades, além de suas praias, que busca valorizar seu patrimônio histórico e cultural. Consideramos importante analisar, como lembram Ribeiro e Barros (1997), que “sob esse manto da retórica da



sustentabilidade” podem se esconder projetos conservadores, que retomam conceitos bastante tradicionais sobre patrimônio e que não levam em conta visões de grupos minoritários e das comunidades locais.

Na narrativa histórica desse roteiro turístico, atores fundamentais, como indígenas e caiçaras, são esquecidos, tornam-se invisíveis. Mesmo a escolha de um padre jesuíta para ser consagrado como herói indica a valorização de representações tradicionais do patrimônio nacional e regional. Como alertou Cronon, “nenhuma narração baseada em um único personagem central poderia ser politicamente inocente”. O resultado são ocultamentos, ora das comunidades indígenas, ora das mulheres, grupos étnicos, classes baixas e qualquer outra comunidade diferente daquela representada por esse protagonista (CRONON, 2002, p. 42).

Da mesma forma que acontece no contexto internacional, no Brasil, estamos assistindo o investimento de enormes fundos públicos na criação de cenários que representam momentos históricos da história nacional e sobre a natureza (ALFONSO, 2012, p. 56). O objetivo destes investimentos é promover o turismo em diferentes áreas do país. Frequentemente o patrimônio tem sido usado como plataforma desses projetos (ALFONSO, 2012, p. 158; SILBERMAN, 2015, p. 50). Infelizmente, não é incomum que as diversas entidades do poder público procurem inspiração em outros países, optando por fazer uma “transposição” destas experiências (ALFONSO, 2012, p. 158; CARNEIRO, 2004, p. 72; STEIL&CARNEIRO, 2008, p. 107).

Um exemplo dessas “adaptações” é a rota Passos dos Jesuítas Anchieta. Idealizada como uma rota de caminhada e peregrinação nos moldes da rota de Santiago de Compostela, a Passos dos Jesuítas destaca um patrimônio cultural católico e a Mata Atlântica como patrimônio natural. A ideia é oferecer ao turista algo próximo da “experiência de contemplação” dos jesuítas que viveram no Brasil no século XVI. Compreendendo o patrimônio como um conjunto de bens que faz referências a

identidades e memórias de diferentes grupos sociais, perguntamos: é possível preservar um patrimônio por parte de pessoas que não se identificam com ele? Como consolidar um produto turístico em uma comunidade, mobilizando um passado e um patrimônio que lhe é estranho? (FUNARI&CARVALHO, 2011, p. 11).

Nossa análise evidenciou que esses discursos oficiais, impostos de cima para baixo, com pouca ou nenhuma participação das comunidades locais, tornam-se frágeis e vulneráveis a mudanças de caráter político e mesmo pessoal, ou seja, não se traduzem em projetos sustentáveis, que, conforme apontamos anteriormente, são aqueles capazes de continuar além de seus promotores iniciais ou das circunstâncias de seu lançamento (VARINE, 2012, p. 38). Trata-se de fórmulas políticas recorrentes que geram fracassos no sentido da sustentabilidade, fortalecendo a hipótese de que, sem o envolvimento local, o patrimônio não adquire sentido plural e efetivo.

## Capítulo 6

### Rumo ao paraíso?

O discurso da rota Passos dos Jesuítas se refere a um caminho de contemplação, história e fé. No entanto, diferentemente de outros roteiros do turismo religioso, não existe um santuário como destino final. Daí que dois expedientes são utilizados para ocupar esse lugar: a narrativa heroica de José de Anchieta e o imaginário de uma natureza paradisíaca e fonte de emoção estética (LUCHIARI, 2007, p. 41), para atrair tanto o turista religioso quanto aquele que não é necessariamente um devoto (CARNEIRO, 2004, p. 93). Segundo o discurso oficial, são as paisagens retratadas nas cartas de José de Anchieta que compõem o cenário da rota Passos dos Jesuítas: “contemplativo por natureza, o caminho reproduz os passos da presença jesuítica na região na metade do século XVI” (SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, Caminha São Paulo, 2011, s/d). Este capítulo busca compreender as imagens de natureza presentes na rota que resultam da escolha de José de Anchieta como personagem inspirador. Para isso, recuperamos algumas análises das cartas de José de Anchieta para conhecer a visão do jesuíta sobre a natureza brasileira e as suas ressignificações turísticas.

#### 6.1 O litoral paulista nos passos de José de Anchieta

“De muitos poderia contar, sobretudo escravos, de entre os quais uns morrem pouco tempo depois de serem batizados; outros que, batizados há mais tempo, depois de fazerem confissão, partem ao encontro do Senhor. **Por isso andamos quase sem parar visitando várias povoações**, tanto de índios como de

portugueses, sem ter em conta calores, chuvas ou grandes enchentes de rios; e muitas vezes de noite, por bosques muito escuros, socorremos os enfermos não sem grande trabalho, quer por causa das asperezas dos caminhos, quer pela incomodidade do tempo, sobretudo sendo tantas estas povoações e tão longe umas das outras, que não somos bastantes para acudir a tão diversas necessidades urgentes e, ainda se fôssemos muitos mais, mesmo assim não seríamos suficientes. (...). Mas nada é árduo para aqueles que procuram unicamente a honra de Deus e a salvação das almas, pelas quais não duvidarão dar a vida” (ANCHIETA, 1560, p. 253-255, grifo nosso).

O trecho que destacamos acima é um exemplo dos relatos que Anchieta fazia das terras brasileiras para seus superiores da Companhia de Jesus. O padre procura mostrar os sacrifícios a que está submetido, os obstáculos que a natureza impõe, mas, sobretudo, ele procura passar uma mensagem inspiradora, incentivando outros que queiram seguir seu exemplo. Anchieta realiza batizados, ensina os indígenas, reza missas, caminha, conforme vemos no trecho que grifamos. Os passos do padre jesuíta são o mote inspirador da rota turística criada no litoral do estado de São Paulo.

Trata-se de uma escolha que denota como são fluídos os limites entre um estado que se pretende laico e a religião. Em seu artigo 19º, a Constituição Federal reafirma a laicização do Estado ao declarar:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas,

subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles, ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (BRASIL, 1988).

Comentando esse artigo da Constituição, os pesquisadores Carlos da Silva Junior, Larissa Ribeiro e Marília Costa, afirmam: “como laico, o Estado brasileiro não trata de religiões e não nutre sentimentos religiosos, nem os declara por meio de seus órgãos” (SILVA JUNIOR; RIBEIRO e COSTA, 2014, p. 14). No entanto, ao colocar em destaque a figura de José de Anchieta, hoje São José de Anchieta, o poder público seleciona uma religiosidade específica, católica, ao mesmo tempo em que apaga outras memórias, por exemplo, as manifestações religiosas dos indígenas brasileiros. E, nesse aspecto, contraria outro artigo da Constituição, o artigo 219º, que afirma que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988).

Quais seriam as motivações para essa escolha da Secretaria de Turismo? Como a história de José de Anchieta serviu a esse produto turístico? Nossa hipótese é que a opção pela figura de Anchieta reafirma as políticas de invasão e do progresso civilizador, exaltando uma natureza domesticada, produto terminado. As comunidades indígenas não teriam lugar nessa narrativa porque elas representam a estagnação, por isso esse relato foi desenhado para obscurecer seu papel (CRONON, 2002, p. 40). Algumas notas sobre o padre jesuíta podem ajudar a refletir sobre essas questões.

José de Anchieta nasceu no dia 19 de março de 1534, em Tenerife, nas Ilhas Canárias, Espanha. Aos 17 anos, ingressou na Companhia de Jesus, em Portugal, ordem religiosa fundada por Ignácio de Loyola, em 1540. De acordo com os especialistas em história da educação Alexandre

Shigunov Neto e Lizete Bomura Maciel, a Companhia de Jesus foi fundada em pleno desenrolar do movimento de reação da Igreja Católica contra a Reforma Protestante, podendo ser considerada um dos principais instrumentos da Contrarreforma nessa luta. Seu objetivo era barrar o avanço protestante da época, e para isso, utilizou-se de duas estratégias: a educação e a ação missionária, procurando converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas (SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2008, p. 172).

A ordem religiosa, cujos padres eram designados como jesuítas, tinha entre seus princípios fundamentais a busca da perfeição humana por intermédio da palavra de Deus e a vontade dos homens; a obediência absoluta e sem limites aos superiores; a disciplina severa e rígida; a hierarquia baseada na estrutura militar, daí a designação companhia, e a valorização da aptidão pessoal dos seus membros. Em sua obra sobre a história da pedagogia e da educação, o pedagogo espanhol Lorenzo Luzuriaga, destaca o caráter empreendedor e combativo que a Companhia de Jesus assume desde sua criação, o cuidado extremo na seleção e preparação dos mestres e o caráter integral da educação, que contemplava os aspectos intelectual, físico, moral e estético (LUZURIAGA, 1975, p. 118-120).

Diferentemente de outras ordens religiosas, a Companhia busca traduzir seu pensamento religioso em ações, em atividades práticas, destacando o trabalho como um dos caminhos para honrar a Deus (TIMBÓ, 1998, p. 20). É importante destacar, no entanto, que essa “ação prática” a que se dedica a ordem religiosa era produto do interesse mútuo da coroa portuguesa e do Papado.

Assim, mesmo sem ter sido criada com fins estritamente educacionais, a educação ocupou um dos lugares mais importantes entre as atividades da congregação. Com a descoberta das terras da América pelos portugueses e espanhóis, o projeto da Companhia é levado para as novas

colônias. Em terras brasileiras, o trabalho de catequização e conversão do gentio ao cristianismo, mais do que honrar a Deus, destinava-se à transformação do indígena em “homem civilizado”, segundo os padrões culturais e sociais dos países europeus do século XVI. Essa preocupação, de acordo com Shigunov e Maciel (2008, p. 174), justifica-se pela necessidade de incorporar o índio ao mundo burguês, à “nova relação social” e ao “novo modo de produção”. Desse modo, havia a necessidade de inculcar no índio o hábito do trabalho, fazendo com que ele incorporasse hábitos “produtivos”, em detrimento do ócio.

Em entrevista publicada na Revista do Instituto Humanitas Unisinos, o historiador Leandro Karnal explica que esse desafio colocado para a Companhia de Jesus fez dos jesuítas os primeiros representantes do clero católico a entender os desafios da modernidade: um mundo globalizado pela primeira vez, o desafio da diferença cultural e a ascensão lenta do racionalismo são elementos da modernidade em meio à qual os jesuítas surgem (COSTA, 2014). Diante disso, em terras brasileiras, a estratégia do trabalho de conversão idealizada por Manuel da Nóbrega foi a construção de aldeamentos de catequização próximos às vilas portuguesas. Com uma pequena capela, escola, algumas casas e uma pequena roça, esses aldeamentos eram habitados pelos padres jesuítas, sempre em pequeno número, e pelos indígenas convertidos. Em 1544, um ano após Anchieta chegar em São Vicente, havia apenas 26 religiosos jesuítas em toda a Colônia (CORTESÃO, 1993, p. 367). Nos aldeamentos ocorria a administração dos sacramentos do batismo, casamento e confissão e eram organizados sistemas de tarefas para tentar fixar o indígena e acostumá-lo ao trabalho e à vida sedentária. Os indígenas eram proibidos de práticas como a poligamia, nudez, beligerância e o canibalismo, estando sujeitos ao chamado “castigo justo” no caso de desvios da doutrina. Por exemplo, eram punidos

corporalmente quando faltavam à missa dominical (KARNAL, 1998, p. 67-192).

Em ensaio sobre a correspondência de Manuel da Nóbrega, padre jesuíta com o qual Anchieta trabalhou diretamente, o professor de literatura da Unicamp, Alcir Pécora, aponta que a organização em aldeamentos é parte de um tipo de “conversão política”, que, sujeitava os habitantes da nova terra às leis portuguesas. É nesse sentido que, nas cartas para seus superiores, Nóbrega aplaude a determinação do governador-geral Duarte da Costa de que o canibalismo fosse punido com pena de morte (PÉCORA, 2001, p. 94). O jesuíta afirma ainda que, punições como essa causam temor entre os índios, facilitando sua conversão religiosa. O modelo missionário no Novo Mundo pressupõe, portanto, a conciliação de propósitos temporais do Reino português e espirituais, da Igreja, o que leva a uma política de forte aliança dos jesuítas como os governadores (PÉCORA, 2001, p. 110).

Para reunir o maior número possível de convertidos nos aldeamentos, os jesuítas viajavam a pé para visitar tribos próximas para pregação da palavra de Deus e para combater práticas que consideravam contrárias ao projeto civilizatório, como a nudez e a antropofagia.

José de Anchieta chegou ao Brasil em 13 de julho 1553, juntamente com o terceiro grupo de jesuítas enviados ao Brasil, na esquadra do segundo Governador-Geral, Duarte da Costa. O primeiro grupo de padres jesuítas havia chegado em 1549, na frota do governador-geral Tomé de Souza, chefiados por Manoel da Nóbrega que, posteriormente, trabalharia muito próximo a José de Anchieta. O segundo grupo chegou na Bahia em 1551. No mesmo ano, foi enviado para a capitania de São Vicente (VASCONCELOS, 1953, p. 25) para ajudar nos trabalhos de catequização iniciados pelo padre Manoel da Nóbrega. Anchieta caminhava pelo litoral paulista, a partir de São Vicente, percorrendo as aldeias “em favor de seus moradores, na área de instrução, do cultivo espiritual e do progresso em todos os sentidos. Para



incorporação dos selvagens na nova sociedade criada pela cooperação com a Igreja e o Estado”, conforme afirma um de seus biógrafos, o também sacerdote jesuíta Hélio Abranches Viotti, que trabalhou pela causa de sua canonização (VIOTTI, 1989, p. 10).

Desde sua criação, a Companhia de Jesus valorizou aspectos relacionados com as letras. Daí que seus padres deveriam saber ler e escrever em latim e ter conhecimento de outras línguas. Também é por esse motivo que os jovens ingressantes deveriam dedicar-se aos estudos. Em seus estudos sobre as relações entre retórica e poética nas práticas letradas da América portuguesa entre os séculos XVI e XVIII, o historiador da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Guilherme Amaral Luz, afirma que, na perspectiva da formação do membro da Companhia de Jesus, as artes ou ciências naturais são tomadas como faculdades que favorecem o aprendizado de Teologia. Assim, os iniciados nos estudos da ordem religiosa dedicam-se a estudos de física, metafísica, matemática e lógica e ainda filosofia, gramática, retórica, poesia, história e línguas (LUZ, 2003, p. 110-122).

Ainda segundo ele, diante do desafio que representavam as missões em terras americanas, havia um consenso entre os superiores da Companhia de Jesus de que era preciso enviar teólogos eminentes aos quais os missionários com conhecimento mediano da doutrina deveriam recorrer (LUZ, 2003, p. 108). José de Anchieta viria a ser um desses homens. Além de sua atuação como catequista, Anchieta deixou um importante registro sobre a história do Brasil Colônia – sobre a fauna, flora e os costumes – em suas cartas e anotações. Também se dedicou aos estudos linguísticos, sendo de sua autoria a primeira gramática brasileira da língua tupi. Também merece destaque

sua obra como autor de peças teatrais, utilizadas na catequese de indígenas e colonos<sup>7</sup>.

Em sua pesquisa sobre índios e missionários nos séculos XVI e XVII, o historiador Fernando Londoño explica que, desde o início da missão dos inacianos (como também eram chamados os padres da Companhia de Jesus), boa parte das cartas jesuíticas teria sido produzida com o propósito de edificar as ações da Companhia, apontar a presença divina, estimular a fé e infundir piedade (TORRES LONDOÑO, 2002, p. 12). Em uma ordem religiosa que era, ao mesmo tempo, fortemente hierárquica e descentralizada, a comunicação permanente através de cartas foi a estratégia encontrada por Ignácio de Loyola para evitar a dispersão e manter a obediência de seus membros.

Essa também é a opinião de Alcir Pécora. Segundo ele, as Cartas Jesuíticas são um instrumento decisivo para o êxito da ação missionária. Além de impedir a dispersão dos membros, elas buscavam promover a experiência mística ou devocional dos membros da Companhia de Jesus. Isso porque eram vistas como análogas às próprias escrituras sagradas: “As cartas cumprem a função de atualizar a missão apostólica e a palavra de Deus e, tanto melhor o fazem quanto mais incendeiam escritor e leitor numa mesma febre de fé, que os irmanam em tremendas experiências devocionais” (PÉCORA, 2001, p. 28). O objetivo final de qualquer carta era a união dos ânimos em torno da busca da vontade de Deus (TORRES LONDOÑO, 2002, p. 16-17). Eram, portanto, textos para serem interpretados e lembrados.

---

<sup>7</sup> Segundo Leandro Karnal, o teatro foi um dos mais importantes elementos de representação do cristianismo na América Ibérica, sendo Anchieta o maior teatrólogo jesuíta da colônia portuguesa. Na Companhia de Jesus, a representação teatral surge na esteira da valorização das imagens no contexto da ideologia inaciana. Ignácio de Loyola, fundador dessa ordem religiosa, considerava as imagens – pinturas, gravuras, estátuas de santos – um meio eficiente para reforçar a atividade meditativa, central para os membros da Companhia de Jesus. Largamente adotado pelos jesuítas, os temas que animavam as peças variavam entre a criação, queda, redenção do homem (KARNAL, 1998, p. 35-51).

Havia ainda a necessidade de criar e manter uma disposição favorável por parte da Coroa Portuguesa e do Papado, em Roma. Assim, conforme afirma o historiador Guilherme Luz, mais do que criar um retrato verossímil do Novo Mundo, essa correspondência pretendia constituir um corpo de elementos sobre as terras descobertas, tanto em seus aspectos físicos quanto humanos, de modo a justificar a missão da Companhia de Jesus. Nesse sentido, os textos deveriam produzir uma imagem edificante do trabalho dos jesuítas junto aos seus superiores e servir como propaganda para o recrutamento de novos missionários para as terras além-mar (LUZ, 2003, p. 106-108).

No trecho de uma das cartas de Anchieta de 1560, que destacamos na epígrafe deste capítulo, o padre jesuíta descreve o seu esforço na missão da catequização traduzido em um dia a dia de agruras para estabelecer a “verdadeira civilização” em uma terra inculta, com florestas virgens e selvagens, com uma população indígena cuja cultura não ultrapassa a idade da pedra, com uma natureza esplêndida, a terra do pau-brasil destinada a ser penosamente desbravada e defendida contra as ambições estrangeiras (ANCHIETA, 1984, p. 12). Mesmo ressaltando tantas dificuldades, nesse texto ele enfatiza que todo o empenho é válido e necessário para quem procura a honra de Deus e salvação das almas.

Tanto o teatro como a correspondência de Anchieta constituem fontes importantes para entender como o jesuíta via o indígena e a natureza brasileiros, visão que se revela mais complexa e contraditória do que a imagem de herói e santo, presente em boa parte dos relatos biográficos do canarino e que é recuperada no projeto turístico que tomamos como objeto dessa pesquisa. A pesquisadora Gilda Carvalho fez uma análise das biografias de José de Anchieta em sua pesquisa de mestrado na PUC Rio. Segundo ela, entre 1597 e 1997, 344 obras foram produzidas a respeito de José de Anchieta, boa parte com caráter devocional (CARVALHO, 2010, p. 30-31).

No estudo sobre as representações religiosas no Brasil e no México no século XVI, o historiador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Leandro Karnal aponta, por exemplo, que na pena do padre jesuíta, ao mesmo tempo em que há referências positivas sobre os indígenas, especialmente quanto ao fato de serem obedientes e mais suscetíveis ao batismo e à catequese do que os colonos que aqui viviam, percebe-se uma constante depreciação do universo indígena. “A Anchieta incomodavam as guerras permanentes entre os nativos, lúbricos por natureza e o pior dos males: a falta de constância dos índios” (KARNAL, 1998, p. 65). Do mesmo modo que condenava a violência contra os indígenas por parte dos portugueses, elogiava o uso da força contra aqueles que se recusavam a aceitar ou, uma vez convertidos, desobedeciam aos preceitos cristãos.

Outro exemplo é dado pelo professor Luiz Felipe de Alencastro, da Escola de Economia de São Paulo. Ele lembra que a Companhia de Jesus não só tolerava como se beneficiava da escravidão de negros. Quando Anchieta era superior no Colégio da Bahia, parte dos negros traficados de Angola seguiam diretamente dos navios para o Colégio, sob suas bençãos. Para ele o cativo dos negros poderia livrar os indígenas da exploração colonial. Enquanto permaneceram nas Américas, os jesuítas acumularam grande número de escravos. A Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, uma entre as inúmeras propriedades da Companhia no Brasil, por volta de 1750 tinha mais de mil cativos negros e mulatos. “Os jesuítas, mais do que qualquer outra ordem religiosa, estavam no miolo do complexo escravista” (ALENCASTRO, 2014, p. 06).

Não foi objetivo desta pesquisa fazer um exame aprofundado da correspondência e dos escritos de José de Anchieta<sup>8</sup>. Entretanto, recuperando análises realizadas por

---

<sup>8</sup> É de autoria do padre Serafim Leite o trabalho de recuperação e compilação das cartas escritas pelos jesuítas no Brasil, publicadas em diversas ocasiões. Ele também utilizou esses documentos para escrever (entre 1932 e 1950) sua *História da*

outros pesquisadores sobre esses escritos, apontamos alguns elementos presentes nesse extenso material que atestam o quão dissonante podem ser os discursos oficiais utilizados nesse projeto turístico em relação à experiência de Anchieta em terras brasileiras. Isso pareceu relevante porque, conforme podemos ver no trecho do guia do caminhante destacado abaixo, são as paisagens retratadas pelo padre Anchieta em suas cartas que compõem o cenário da rota pedestre Passos dos Jesuítas-Anchieta. Mas, como afirma Pécora, “as cartas trocadas a partir do Novo Mundo vão, por assim dizer, construindo o caminho que, depois, anacronicamente, pensamos existir antes ou independentemente da andança delas” (PÉCORA, 2001, p. 18).

A rota de passagem e descanso dos jesuítas, os locais de catequização e os monumentos – naturais ou construídos – que, de alguma forma, estiveram integrados à vida e legado de Anchieta, farão parte de todo seu percurso. De Peruíbe a Ubatuba, as paisagens retratadas nas **cartas** do professor, historiador e poeta compõem o cenário da caminhada (SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, 2011, p. 3, grifo nosso).

## 6.2 Um mundo dividido entre o bem e o mal

Para um católico do século XVI todos os adultos que morressem sem o batismo estavam condenados ao inferno, as crianças ao limbo. O demônio era dono absoluto da América, como vários textos teatrais mexicanos e brasileiros insistem

---

*Companhia de Jesus no Brasil.* Antes dele, historiadores como Capistrano de Abreu tinham se empenhado em localizar e publicar cartas dos padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta.

em lembrar. Batizá-los rapidamente era a solução mais eficiente para impedir este permanente ‘genocídio de almas’ (KARNAL, 1998, p. 209).

Em terras brasileiras, esse território dominado pelo demônio, como nos lembrou Karnal, José de Anchieta se via como protagonista de uma disputa espiritual entre o bem e o mal. Mas, em consonância com o espírito medieval<sup>9</sup>, ao mesmo tempo em que era morada do Diabo, a América torna-se um palco propício à ocorrência de milagres e às manifestações da presença de Deus. Segundo os historiadores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Davis Alvim e Ricardo da Costa, “nesse universo aparentemente tomado por forças infernais, o sagrado se intensificou em socorro do temporal, e a figura divina passou a interferir quotidianamente na vida dos homens” (ALVIM e COSTA, 2005, p. 3). Nesse contexto, Deus não era uma entidade longínqua e inatingível, ao contrário, ele se manifestava em todos os momentos da vida, possibilitando uma comunicação aberta entre o que era humano e o que era divino. Assim, com esse Deus próximo e acessível, no imaginário de Anchieta, todos os homens poderiam ser transformados, estavam constantemente sujeitos à revelação do sagrado. Nos escritos do padre jesuíta, são frequentes as menções a hierofanias, momentos em que o sagrado se manifesta entre os homens (ELIADE, 1993, p. 25-27)<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Segundo Jacques Le Goff, o homem medieval tem plena consciência de que foi criado à imagem de Deus. Todo seu universo é permeado pelo maravilhoso. Daí que os homens, a natureza, os animais, os objetos, a geografia e a história podem ser visitados por milagres. Por outro lado, esse mundo povoado pelo sobrenatural abre grande espaço para o mal, ou sua personificação, o Satanás, figura central no imaginário medieval. O corpo também ocupa lugar de destaque na Idade Média, um corpo sofredor, como fora o corpo de Cristo, que deve ser, a todo custo, privado do prazer (LE GOFF, 1994, p. 23-27).

<sup>10</sup> Para o historiador das religiões, Mircea Eliade, o homem toma conhecimento do sagrado porque ele se mostra com algo absolutamente diferente do profano. A estas

Esses momentos tinham a função de proteger e fortalecer os cristãos na América, que viviam sob o cativeiro do demônio. O socorro celeste intervinha também em favor dos jesuítas, abrandando as tempestades, o calor e a escuridão da floresta, afastando as cobras e dispersando os ataques dos índios: “Se o braço de Deus não impede esses aprestos ferozes com o socorro celeste, se não dispersa essas tribos altivas que vibram ao incêndio da guerra e ao faro do sangue, em breve em ímpia guerra tudo terá conspurcado (ANCHIETA, 1986, p. 95).

A natureza do Novo Mundo era vista como resultado da intervenção divina, pois Deus onipotente desenhara a geografia das terras americanas, aprofundando as terras e elevando as montanhas (ANCHIETA, 1986, p. 181), aproximando-a do paraíso na terra descrito nos relatos bíblicos.

Desde a descoberta, o Brasil foi interpretado na perspectiva do imaginário europeu; nas narrativas sobre as terras brasileiras, são comuns as menções a um reencontro com o paraíso perdido. Descrições de uma natureza edênica eram frequentes nos relatos de viajantes no século XVI. Esses cronistas relatam a existência de uma terra excelente por seu clima, inúmeros animais, abundância de água e flora exuberante (DIEGUES, 2000, p. 11). Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra clássica sobre os motivos edênicos na colonização brasileira, *Visões do paraíso*, explica que a natureza era, então, associada ao Éden do Gênesis, com “temperatura sempre igual, bosques frondosos e prados férteis, eternamente verdes (...) ora numa ilha encoberta em que mal se conhece a morte ou a enfermidade ou mal algum” (HOLANDA, 1985, p. 170)<sup>11</sup>.

---

manifestações ele deu o nome de hierofanias, que pontuam a história das religiões. Ainda segundo Eliade, para aqueles que têm uma experiência religiosa, toda a natureza é suscetível de revelar-se como sacralidade cósmica (ELIADE, 1993, p. 18)

<sup>11</sup> Os relatos dos viajantes estavam impregnados das visões medievais do paraíso terreal, que, por sua vez, tinham como ponto de partida o Livro do Gênesis, onde se narra como o Senhor Deus, tendo criado o homem, plantou um jardim para sua

Entretanto, nos escritos de Anchieta, a ideia de uma natureza edênica não é a única que prevalece. Conforme afirmam Alvim e Costa, para um Anchieta que possuía experiência no cotidiano da América, o mundo natural infernizou-se. Domínio dos “selvagens”, escuras e ameaçadoras, as florestas eram descritas como a verdadeira fronteira da cristianização. “Abismo do inferno”, “precipícios medonhos”, “ensombradas florestas” (ANCHIETA, 1986, p. 177) são alguns dos termos que o jesuíta emprega para se referir às florestas brasileiras, onde ele não esperava encontrar nenhum paraíso terreal. “Limite da civilização, horizonte dos homens, no imaginário anchietano a floresta se tornou espaço privilegiado da imperfeição e da ligação com as mais baixas profundezas” (ALVIM e COSTA, 2005, p. 12).

A natureza aparece, portanto, como antagonista, um inimigo feroz que o homem deve combater. Segundo Cronon, desse tipo de narrativa, que coloca o homem e a natureza em campos opostos, pode emergir a ideia de que o esforço humano para combater esse ambiente inclemente é positivo, justificando qualquer tipo de intervenção (CRONON, 2002, p. 42).

Ainda segundo Alvim e Costa, Anchieta compartilhava de uma visão que colocava em lados opostos uma sociedade harmoniosa e a natureza dissonante, morada de homens decadentes, isto é, o índio não cristianizado. Assim, a floresta se traduz frequentemente em pesadelo, cuja saída é a harmonia do lar, a igreja e as casas de Deus (ANCHIETA, 1986, p. 179). No entanto, esse inferno descrito pelo jesuíta em suas cartas desaparece das leituras turísticas.

Em seu estudo sobre o imaginário ocidental sobre a praia, Alain Corbin mostra que, até a metade do século XVIII, predomina o temor do mar e a repugnância de permanecer na praia. “O oceano é visto como um vestígio do

---

habitação onde havia toda sorte de plantas boas para olhar e que serviriam de alimento e um rio onde havia ouro (HOLANDA, 1977, p. 145).



caos, das catástrofes do passado, sua cólera imprevisível, sua imensidão, são associados aos perigos e à peste. No mar depositam-se os excrementos do abismo” (CORBIN, 1989, p. 64). Em terras brasileiras, ao temor do mar se junta o medo da floresta. Entretanto, essas especificidades históricas são esmagadas pela necessidade de construir, ao menos no nível do discurso, um paraíso turístico harmonioso e acolhedor.

Como apontou Laurajane Smith, o discurso autorizado do patrimônio rejeita o que é obscuro e dissonante, oferecendo uma leitura de um passado bom e glorioso. O que parece contraditório, ao invés de ser compreendido como parte da complexidade do passado, é apagado (SMITH, 2011, p. 44). Nesse projeto turístico, isso se traduz em invisibilidades importantes como as das comunidades indígenas e caiçaras, que discutimos no capítulo anterior, e em paisagens essencialmente urbanizadas, que não ofereceriam risco, tema que discutimos no item a seguir.

### **6.3 Natureza domesticada**

O medo é um sentimento constante nos escritos de José de Anchieta. Em seus escritos, ele descreve esse constante sentimento de medo, associando as florestas à desordem e ao caos, características que somente poderiam ser revertidas pela cristianização. “De modo algum a fronteira-floresta era estaque ou intransponível. Ao contrário, ela devia ser devassada, conquistada, povoada, cristianizada. Os cristãos tinham fome de terra e almas” (ALVIM e COSTA, 2005, p. 13). Em certo sentido, as paisagens da rota Passos dos Jesuítas refletem esse desejo, o litoral que se apresenta para caminhar é aquele essencialmente urbanizado, uma natureza urbanizada. É sobre isso que tratamos nesse subitem.

O roteiro turístico criado pelo governo paulista organiza um itinerário de paisagens, ao qual são atribuídos significados

para serem apropriados/consumidos pelo turista. É nesse sentido que as paisagens do litoral paulista são colocadas em destaque, paisagens que proporcionarão ao o turista/peregrino “... um encontro marcado com a Mata Atlântica preservada, incríveis cachoeiras, manguezais e rios (...). Belezas naturais que interagem com as marcas deixadas pelos jesuítas...” (SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, Caminha São Paulo, 2011, p. 6). Para o historiador Simon Schama, embora variem culturalmente de lugar para lugar, os mitos sobre a natureza têm em comum o fato de permanecerem ao longo dos séculos e por sua capacidade de moldar instituições com as quais ainda convivemos (SCHAMA, 1996, p. 26). Que natureza se oferece para o reencontro que a rota turística propõe?

Os discursos do turismo – textos, projetos e planos turísticos, imagens etc. – criam representações das cidades, do patrimônio, das comunidades, “ficções rematadas que se prestam à manipulação, à organização das paixões coletivas” (SAID, 2007, p. 13). São novas narrativas sobre os lugares, sobre as pessoas, seu passado e presente. Construções narrativas que projetam um futuro. Daí advém a necessidade de entender que memórias, que patrimônios e paisagens são destacados nessas narrativas, que personagens participam delas, qual o seu enredo e seu final.

Da mesma forma que acontece no Caminho de Santiago, o discurso em torno desse produto turístico apela fortemente para seu caráter experiencial no qual a paisagem e a natureza adquirem protagonismo. No caso da rota europeia, essas paisagens sugerem um retorno a um mundo rural, que se expressa nas diversas vilas e aldeias que se sucedem ao longo do Caminho. É esse contraste entre o urbano e o rural que marca a experiências dos turistas-peregrinos que se dirigem a Santiago de Compostela (SOLLA e GONZÁLEZ, 2011, p. 96).

Em relação às paisagens da rota Passos dos Jesuítas, a despeito de os discursos oficiais que descrevem essa rota turística mencionarem as belezas naturais do litoral e sua

natureza divulgada como intocada, as paisagens que se oferecem para o turista são compostas majoritariamente por avenidas, ruas e rodovias, não a natureza virgem e selvagem alardeada em seus discursos, mas a natureza organizada e humanizada (LUCHIARI, 1997, p. 73).

Buscando quantificar esses elementos, recorreremos ao guia do caminhante, em sua seção “Caminho passo a passo”, que mostra o trajeto rua a rua que o turista teria que seguir.

## Caminhos na rota Passos dos Jesuítas

	Cidade	Avenida	Elem. histórico	Estrada	Faixa de areia (praia)	Ponte	Pórtico	Praça	Rodovia	Rua*	Travessia mar	Trilha
BAIXADA SANTISTA	Peruibe	3	1	0	1	0	1	0	0	4	0	0
	Itanhaém	8	2	0	0	1	2	0	0	6	0	0
	Mongaguá	7	1	2	0	0	2	0	2	3	0	0
	Praia Grande	7	0	0	0	0	2	1	1	7	0	0
	São Vicente	6	2	0	2	1	2	1	0	2	0	0
	Cubatão	10	0	0	0	1	3	1	1	7	0	0
	Santos	5	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0
	Guarujá	7	2	3	3	0	2	1	2	8	1	0
	Bertioga	4	0	1	8	0	2	0	3	7	1	1
NORTE	São Sebastião	12	0	2	4	0	2	1	8	32	1	1
	Ilhabela	12	0	0	1	0	1	3	0	5	1	0
	Caraquatatuba	11	0	0	2	0	1	0	2	2	0	0
	Ubatuba	4	0	2	6	0	2	0	5	17	0	0
		96	8	10	27	3	23	9	24	100	5	2

Fonte: SÃO PAULO, Secretaria de Turismo. Elaboração Patricia Mariuzzo.

Ao definir um guia para leitura das paisagens, o geógrafo norte-americano e professor da Pennsylvania State

University, Peirce Lewis (1979), afirmou que elas são um tipo de autobiografia não escrita, refletem nossos gostos, valores e aspirações, assim como nossos medos. Portanto, nossas paisagens provêm uma forte evidência do tipo de pessoas que nós fomos, somos e seremos. É a partir dessa premissa que afirmamos que os discursos oficiais da rota Passos dos Jesuítas sobre as paisagens do litoral paulista refletem um modo específico de se relacionar com a natureza, transpassado pelo mito de uma natureza edênica, selvagem e intocada, e que pressupõe, na verdade, um afastamento do elemento humano. Nesse sentido, esse produto turístico se diferencia dos principais projetos de ecoturismo brasileiros que, de maneira geral, incentivam uma relação de proximidade com as unidades de conservação (LUCIARI, 2007, p. 38). Aqui, ao contrário, há um afastamento.

Conforme descreveu Eduardo Viglio (2012) em sua pesquisa sobre usos da ciência em processos decisórios sobre riscos ambientais e tecnológicos no litoral do estado de São Paulo, a região do Litoral Norte de São Paulo, por exemplo, apresenta um dos últimos e mais importantes remanescentes florestais do bioma Mata Atlântica, a maior parte deles localizados em unidades de conservação de proteção integral, como o Parque da Serra do Mar (PESM), o Parque Estadual da Ilhabela e o Parque Estadual de Ilha Anchieta (VIGLIO, 2012, p. 8). O PESH foi criado em 1977. É a maior unidade de conservação de Mata Atlântica do Brasil, com 332 mil hectares, abrangendo territórios de 25 municípios. Devido à sua enorme extensão, o PESH é gerenciado por meio de dez núcleos administrativos, quatro deles em municípios que são parte da rota Passos dos Jesuítas: Bertioga, Caraguatatuba, Ubatuba e São Sebastião. Também criado em 1977, o Parque Estadual da Ilha Anchieta possui 877 hectares e está localizado em Ubatuba. Tanto o PESH quanto o Parque da Ilha de Anchieta são abertos à visitação, mas não foram incluídos no conjunto de paisagens da rota Passos dos Jesuítas.

Para o professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP, Antonio Carlos Diegues, a ideia de uma natureza selvagem e intocada, presente nos discursos oficiais desse projeto turístico, é um neomito ou mito moderno. É a partir dessa representação simbólica, de que existiriam áreas em estado primitivo, anteriores à ação humana, que surge a estratégia da criação de parques e reservas ecológicas para preservar espaços com atributos ecológicos importantes. “Esses locais paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono” (DIEGUES, 2000, p. 13).

A ideia de parque como área desabitada, típica dos conservacionistas norte-americanos, pode ter suas origens nos mitos do ‘paraíso terrestre’, próprios do cristianismo. A concepção cristã de paraíso, existente no final da Idade Média e no período anterior ao descobrimento da América, era de uma região natural, de grande beleza e rigorosamente desabitada, de onde o homem tinha sido expulso após o pecado original (idem, p. 27).

O mito da natureza selvagem (ou *wilderness*) está na base da concepção dos parques nacionais norte-americanos, na segunda metade do século XIX, sendo o Parque Yellowstone, instituído em 1872, seu marco fundador. A partir das décadas de 1970 e 1980, esse modelo é adotado no Brasil, da mesma forma que nos Estados Unidos, prevendo a separação de grandes extensões territoriais, seguida da retirada das populações humanas que porventura estivessem ocupando essas áreas, mesmo as populações tradicionais, como caiçaras, ribeirinhos e comunidades indígenas.

Além do pano de fundo religioso, essa noção de mundo natural selvagem reflete uma percepção das populações

urbanas sobre a natureza, concebida, portanto, pelas pessoas que vivem longe do ambiente natural e que tomam a natureza como algo a ser consumido, enfatizando uma dicotomia entre o mundo urbano e o mundo natural (GOMES-POMPA e KAUS, apud DIEGUES, 2000, p. 36). Comunidades indígenas ou caiçaras, por exemplo, não consideram a natureza como selvagem; ao contrário, mantêm uma relação complexa e pessoal com o meio ambiente e não uma relação restrita à fruição estética como, em geral, sugerem os discursos do turismo.

O cenário de uma narrativa é tão importante para o que sucede nela como são as ações propriamente ditas. O cenário é ele mesmo um meio de comunicar. Ao eleger paisagens urbanizadas como cenário de caminhada, esse projeto turístico consagra uma visão de natureza conquistada, urbanizada, reafirmando o imaginário do colonizador. Na rota Passos dos Jesuítas–Anchieta, narrativa e paisagem se entrelaçam com os discursos de invasão e de progresso civilizador (CRONON, 2002, p. 39). A paisagem testemunha a transformação da costa litorânea de uma terra desabitada e indócil, por onde caminhava José de Anchieta, em cidades urbanizadas. Toda a paisagem deve se parecer com um produto terminado.

Mesmo exaltando o contato com a natureza que a rota proporcionaria, “um encontro com a Mata Atlântica preservada, incríveis cachoeiras, manguezais e rios”, a história contada pela rota reserva um papel menor à natureza porque ela teve que ser detida pela tecnologia, interrompida em favor do processo civilizatório e do progresso. O cenário dessa narrativa é uma terra transformada, mas, sobretudo, destinada a ser transformada. Para gerar uma transformação interna no turista peregrino temos um cenário transformado e em transformação. Transformação essa que se supõe positiva, para estado melhor em relação ao que se tinha no início da narrativa.

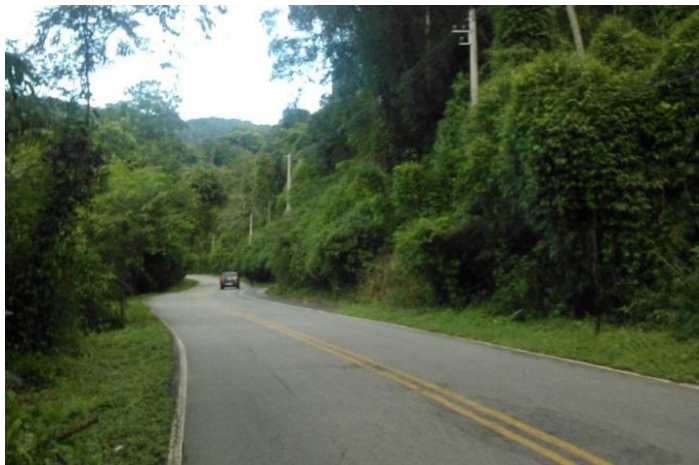
Trata-se de uma natureza pacificada, isolada em unidades de conservação. Um caminho de paisagens domesticadas, supostamente seguras, que refletem uma noção específica de relação do homem com a natureza. A construção narrativa inspirada na figura de José de Anchieta não resulta em um tipo de ecoturismo tradicionalmente ligado a áreas naturais, ela se traduz em uma rota de caminhada urbana.



*Avenida Governador Mário Covas Junior, Peruíbe/SP. Trecho inicial da rota Passos dos Jesuítas. Na Baixada Santista, boa parte do percurso é feito em avenidas beira-mar. Foto: Patrícia Mariuzzo, 2011.*

Em sua análise sobre os processos de patrimonialização da natureza, Maria Tereza Paes mostra que, na contemporaneidade, tudo o que na natureza remete à ruptura com o cotidiano e com os ritmos do trabalho é atrativo para o olhar turístico. “É essa experiência visual, olfativa, tátil, auditiva, de relação, de ruptura, de superação que a imersão na paisagem natural proporciona e atrai o olhar do turista”

(PAES-LUCHIARI, 2007, p. 36). No entanto, essa aproximação com o natural é perpassada pela domesticação da natureza e da cultura, onde “o estranhamento à natureza selvagem e as alteridades culturais indesejáveis são amenizados pela instalação de estruturas modernas de segurança e conforto” (idem, ibidem). É o que acontece na rota Passos dos Jesuítas.



*Rodovia Ariovaldo de Almeida Viana, que liga Guarujá a Bertioga. Trecho da rota Passos dos Jesuítas com 21 km no asfalto. Foto: Patricia Mariuzzo.*

“Um caminho de contemplação, história e fé” é o slogan adotado para divulgar esse produto turístico que se insere em uma tendência contemporânea de valorização das paisagens naturais, transformadas pelo turismo em palco da superação de riscos e desafios, cenário de contemplação e da experiência individual do encontro consigo mesmo e com o divino. Uma visão sobre a natureza que, segundo Luchiari, coincide com o olhar das elites urbanas, que privilegia o estético, o paradisíaco e o selvagem (LUCHIARI, 2007, p. 26). Nesse produto turístico, a contemplação e a fruição serão



mediadas predominantemente por paisagens urbanas ou urbanizadas.

De um modo geral, a expansão do turismo no Brasil tem estabelecido em todos os lugares valorizados a reprodução do mundo urbano. (...). Esse processo proporciona a superação do estranhamento ao meio natural, pouco domesticado, e oferece ao turista a apropriação de um lugar repleto de objetos conhecidos (LUCHIARI, 2002, p. 38).

A mediação se expressa em escolhas de pontos de visitação no trajeto de Peruíbe até Ubatuba, lugares de memória que buscam destacar uma vocação histórica, cultural e religiosa, costurando novos significados para o litoral dentro da experiência do caminhar. Segundo Pierre Nora, a proliferação de lugares de memória liga-se a um momento particular da história contemporânea, caracterizado por uma ruptura com o passado e por uma memória esfacelada. “O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 7). Ainda segundo esse autor:

Nunca se desejou de maneira tão sensual o peso da terra sobre as botas, a mão do Diabo do ano mil e o fedor das cidades no século XVIII. Mas a alucinação artificial do passado só é precisamente concebível num regime de descontinuidade. Toda a dinâmica de nossa relação com o passado reside nesse jogo sutil do impenetrável e do abolido (NORA, 1993, p. 19)

A partir dessas reflexões, podemos afirmar que, a despeito dos discursos oficiais presentes nesse produto turístico celebrarem a Mata Atlântica preservada, as paisagens

que se oferecem mostram, sobretudo, uma paisagem transformada. Nesse sentido, a Mata Atlântica preservada que é alardeada para atrair o turista está, em boa parte do percurso, abolida<sup>12</sup>.

Essa transformação é resultado do processo urbanização ao longo dos anos, e que ainda segue, no litoral de São Paulo. De acordo com dados do “Projeto Clima”<sup>13</sup>, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam/Unicamp) e do Núcleo de Estudos de População 'Elza Berquó (Nepo), o grau de urbanização no Litoral Norte é de 98,64% e na Baixada Santista, a proporção da população total que vive em áreas urbanas atinge 99,89% (FERREIRA, 2012).

Como apontam Roberto Luiz do Carmo e colaboradores, em pesquisa realizada também no âmbito do “Projeto Clima”: desde o início do processo de industrialização da Baixada Santista, no início do século XX, suas indústrias estavam entre as maiores do estado, um quadro que se acentuou na década de 1950, com a instalação da refinaria de petróleo Presidente Bernardes, em Cubatão. Esse evento favoreceu a passagem para uma fase de industrialização intensiva, de bens de produção pesados e bens duráveis de consumo, de alta densidade de capital e baixo uso de mão de obra (CARMO, 2012, p. 59). A refinaria foi o marco inicial para a criação de um dos maiores polos petroquímicos do estado de São Paulo, cuja atividade teve reflexos em toda a Baixada Santista. Ainda de acordo com Carmo, o polo petroquímico passou a ser o principal responsável pelo aumento da tonelage movimentada no Porto de Santos (16,5 milhões de toneladas no final da década de 1960). Depois de um período

---

<sup>12</sup> Sobre o impacto do desenvolvimento econômico na destruição da Mata Atlântica, ver a obra de referência da história ambiental do Brasil, *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, do historiador norte-americano Warren Dean (Cia das Letras, 1996).

<sup>13</sup> Projeto Clima (Nepam/Nepo/Unicamp). Fapesp nº 2008/58159-7. Busca identificar como as dinâmicas demográficas e sociais interagem com as dinâmicas ecológicas para produzir uma região de alta vulnerabilidade ambiental (Litoral Norte de São Paulo), em um contexto de mudanças climáticas.

de estagnação nas décadas de 1970 e 1980, a região assiste a um novo ciclo de desenvolvimento a partir da permissão da exploração do Porto de Santos pela iniciativa privada, associada a um reaquecimento da economia beneficiada pela proximidade com a metrópole paulista (idem, p. 60).

O processo de urbanização do Litoral Norte é orientado predominantemente pela sucessão de praias. A conformação geográfica da região, em áreas de planície próximas da Serra do Mar, reduz a disponibilidade de áreas para a produção agrícola, atividades industriais e mesmo para o crescimento populacional, o que não impede que a urbanização ocorra. Conforme mencionam Marandola e colaboradores, nesses municípios, ocorre um dos mais acentuados processos de expansão e crescimento urbano do estado de São Paulo, em um contexto que envolve a exploração de gás e petróleo, a expansão do porto de São Sebastião, a consolidação de um novo tipo de turismo e da própria urbanização, especialmente em Caraguatatuba, sede e polo irradiador da maior parte das transformações (MARANDOLA Jr. et al, 2013, p. 37).

Esse novo tipo de turismo ganhou força especialmente a partir da década de 1980, com a implantação e pavimentação da Rodovia BR-101 (Rio-Santos), acelerando o processo de urbanização e especulação imobiliária com importantes consequências na ocupação do solo e na conformação das paisagens. Um dos resultados foi a privatização do espaço público, um traço que pudemos notar no trecho da rota Passos dos Jesuítas do Litoral Norte, onde, conforme mostramos na tabela acima, os caminhantes têm que recorrer frequentemente à rodovia para seguir no percurso. Como descreveu Scifoni,

a circulação pelas praias no Litoral Norte aparece muitas vezes truncada, restrita, obstaculizada. (...). Muitos poderiam justificá-la como consequência de uma natureza peculiar no Litoral Norte, a das praias estreitas, pequenas e fechadas que

demandam esse tipo de circulação. Recusamos esse entendimento, que busca naturalizar um fenômeno que antes de tudo é social: trata-se de uma estratégia de classe para assegurar um uso seletivo de um espaço que é público... (SCIFONI, 2008, p. 176).

Em nossa pesquisa de campo, realizada em novembro de 2015, em um trecho da rota em Caraguatatuba, na altura da Praia da Cocanha, uma passagem pela faixa de areia está fechada ao acesso do público por conta de um empreendimento imobiliário, o condomínio fechado Recanto Verde Mar, forçando um desvio pela rodovia para retomar o roteiro de caminhada. Se, por um lado, isso revela um descompasso entre o projeto turístico e a realidade local – no caso, as prefeituras e as comunidades locais – que poderiam ser parceiras do governo estadual na manutenção do projeto, por outro, ele é um exemplo da privatização dos espaços públicos, muitas vezes com a conivência dos poderes públicos locais.

Consideramos, entretanto, que o intenso processo de urbanização não inviabiliza a criação de uma rota de caminhada, não impede a contemplação ou a fruição das paisagens. “O ato de andar tem um papel essencial por meio do qual os seres humanos aprendem a entender o mundo à sua volta enquanto passam por ele” (COVERLEY, 2014, p. 13). A valorização do patrimônio ambiental urbano abre essa possibilidade. Nessa perspectiva, o patrimônio é um fato cultural que emerge da esfera do cotidiano, agregando meio ambiente, o conhecimento humano e os objetos fabricados pelo homem. Ao incorporar esse patrimônio – que inclui equipamentos públicos e a natureza da cidade – poderiam surgir novas interações com o ambiente urbano e seus habitantes, pautadas pela inclusão e pela valorização e preservação desses espaços.

## 6.4 A rota e seus pontos turísticos

Ao destacar um conjunto de caminhos, a rota pedestre Passos dos Jesuítas cria uma estrutura de referência, organizando a atividade de caminhar do turista/peregrino. Conforme afirma o urbanista norte-americano Kevin Lynch, os caminhos são os principais elementos estruturadores da percepção ambiental, porque “as pessoas observam a cidade à medida que nela se deslocam e os outros elementos organizam-se e relacionam-se ao longo destas vias” (LYNCH, 1996, p. 58). Além do caminho propriamente dito, outros dois elementos estruturadores<sup>14</sup> se destacam nesse produto turístico: os limites e os marcos.

Os limites são elementos lineares que configuram quebras na continuidade, sendo um dos exemplos as costas marítimas que, além de servirem como barreira, podem servir como “costura”, uma linha ao longo das quais regiões se relacionam e se encontram (LYNCH, 1996, p. 58). O mar tem esse papel na rota Passos dos Jesuítas, ele funciona ao mesmo tempo como um limite e como um guia. Ao selecionar trechos, principalmente na orla marítima e na faixa de areia, é sempre para o mar que o caminhante retorna, mesmo quando percorre as ruas, a rodovia, o mar fornece a referência da direção a ser tomada, ele é a principal orientação para o turista-caminhante, rumo ao norte. Já os limites físicos entre as cidades da rota atuam como marcos, que são geralmente representados por um elemento físico e que estabelecem um contraste com o entorno, servem como referências para o caminhante, um símbolo de direção (LYNCH, 1996, p. 59).

Ainda de acordo com Kevin Lynch, a experiência de se perder na cidade tem se tornado cada vez mais rara. Ao contrário, somos apoiados por planos especiais de orientação

---

<sup>14</sup> Em seu estudo sobre a imagem da cidade, Kevin Lynch (1996) identifica cinco elementos que estruturam a visão mental que os indivíduos apreendem das cidades: caminhos, limites, bairros, cruzamentos (ou pontos nodais) e marcos (LYNCH, 1996, p. 57).

que incluem mapas, nomes de ruas, sinais de rota, cartazes e mais recentemente e, mais recentemente por diversos aplicativos de navegação. Esse conjunto referencial, além de nos fazer chegar a determinado lugar, fornece matéria-prima para ativar uma simbologia e valorizar memórias dos grupos que acessam esses caminhos (LYNCH, 1996, p. 14). Na rota que analisamos, esse plano de orientação mencionado por Lynch é composto de um conjunto de lugares e monumentos selecionados na paisagem das cidades que auxiliam na composição de um imaginário ao longo da rota, por exemplo, essa escultura na Praça Narciso de Andrade (figura 31), no Centro Histórico de Itanhaém, ao lado da qual foi instalado um totem onde o turista registra sua passagem.



*Monumento em homenagem a José de Anchieta, no Centro Histórico de Itanhaém, São Paulo. Esse patrimônio compõe um conjunto referencial que ajuda o turista a “caminhar” pela narrativa proposta por esse produto turístico. Foto: Patricia Mariuzzo.*

Segundo Luchiari (2000), destinos turísticos podem ser construídos artificialmente pelo poder econômico e político, que cria naturezas artificiais e mobiliza uma autenticidade histórica reinventada. Para essa autora, “o turismo reinventa e cria novas funções, recupera antigas práticas e bens culturais por meio do folclore, e monta atrações turísticas para a região” (LUCHIARI, 2000, p. 106). Uma das características do programa Caminha São Paulo, da Secretaria de Turismo, é a reinvenção da história de São Paulo por meio de novas representações sobre o seu litoral.

Essas representações arquitetadas se consolidam pelo ato de caminhar, porque como nos lembra Lynch (1996), o tempo é um elemento essencial para apreender a cidade. É no ritmo lento imposto pelo caminhar que o turista-peregrino percorre praias mais ou menos urbanizadas, longos trechos de areia, jardins, rodovias, ruas de terra ou pavimentadas. Ora temos a brisa do mar, ora a fumaça dos carros e caminhões, ora o silêncio de uma praia quase deserta, ora o intenso ruído da avenida beira mar. Em um dia, um cenário paradisíaco, no outro, um córrego com esgoto a céu aberto (figura 32). Como afirmou Coverley, quando caminhamos, não pode haver edição, não há cortes ou efeitos especiais ou reproduções do mundo retocadas no computador” (2014, p. 199). O que temos são cenários heterogêneos, que expõem contrastes, mostrando um litoral que não se resume a “belas paisagens naturais”. Assim, embora o discurso institucional sobre a rota divulgue uma natureza intocada, marcada pela sua beleza estética, ao caminhar o turista, inevitavelmente, entra em contato com outros cenários.



*Trecho urbano da Rodovia Ariovaldo de Almeida Viana, no Guarujá. Córrego que recebe esgoto sem tratamento é uma das paisagens dissonantes na rota. Em geral, na Baixada Santista, os bairros de periferia sofrem com a falta de infraestrutura de esgoto. Comumente, utiliza-se incipiente sistema de drenagem, como coletores de esgoto, sendo que, nos locais mais pobres e próximos dos rios, o lançamento dá-se diretamente nos corpos d'água. Nos municípios que compõem a área, o sistema de coleta de esgotos atende mais a áreas centrais e de praias das cidades (ZUNDT, 2006, p. 329). Foto: Patrícia Mariuzzo.*

Como afirmou Cosgrove, a paisagem é “fonte constante de beleza e feiura, de acertos e erros, de alegria e sofrimento, tanto quanto é de ganho e perda” (COSGROVE, 1998, p. 100). Nesse sentido, ao invés das paisagens silenciadas e memórias apagadas em favor de uma narrativa que se pretende homogênea e sem ruídos, os discursos oficiais desse roteiro poderiam ser um caminho para acessar paisagens distintas, valorizar ambientes mais complexos e, sobretudo, mais plurais (CARVALHO, 2010, p. 21-22).

Na seleção de paisagens oferecidas para o consumo do turista, um grupo sempre vai procurar impor sua própria experiência de mundo, supondo suas verdades como válidas e legítimas, inclusive para os outros grupos (COSGROVE,



1998, p. 104). Portanto, para esse autor, a análise das paisagens culturais está ligada ao estudo das relações de poder. A partir dessa premissa, teremos as paisagens da cultura dominante (expressão do poder do grupo dominante) e as paisagens alternativas, que podem ser residuais (que sobram do passado); emergentes (que antecipam o futuro) ou excluídas (aquelas ativa e passivamente excluídas).

De acordo com o “Diagnóstico operacional do programa Caminha São Paulo”, pesquisa encomendada pela Setur, em 2012, as belezas naturais e o fator histórico/cultural são os pontos fortes da rota do ponto de vista dos turistas-peregrinos (NC PESQUISAS, 2012, p. 22). A maioria dos entrevistados nessa pesquisa visitou esses atrativos turísticos: “monumentos naturais ou construídos, que estiveram integrados à vida e legado de Anchieta” (SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, 2011, p. 3), nos municípios por onde passaram. Em nosso levantamento, essa tendência se confirma, isto é, o turista visita os pontos turísticos sugeridos no material institucional da rota (mapa e guia).

Na tabela a seguir, listamos os pontos turísticos selecionados pela Setur para visita do turista-peregrino. Eles estão no guia do caminhante e no mapa elaborados para a rota e também no portal do programa. Os discursos oficiais, da Setur, estabelecem duas categorias de atrativos turísticos: os monumentos construídos e os monumentos naturais.

A partir dessas categorias, construímos dois conjuntos de elementos. Buscando um alinhamento com o conceito de ecoturismo da Secretaria de Meio Ambiente (2010), consideramos atrativos turísticos naturais aqueles que resultassem em contato do turista com a natureza com objetivo de observação/contemplação.

Já os chamados elementos construídos são os atrativos histórico-culturais, onde se destaca a ação do

homem (igrejas [sempre católicas], casarões, monumentos, festas, artesanato, vestígios arquitetônicos, obras de arte)<sup>15</sup>.

O que se apreende da seleção patrimonial dessa rota turística? Como bem lembrou um dos turistas que esteve na rota Passos dos Jesuítas, e que citamos abaixo, os monumentos contam uma história.

Participar da rota Passos Jesuítas Anchieta foi uma experiência no mínimo fantástica, pois além de contemplar as maravilhas naturais da região onde nasci pude vivenciar através das histórias contadas pelos monumentos e guias o trajeto feito por Anchieta, personalidade notável para nossa região (entrevistado 6, fora do estado de S. Paulo, 19 a 35 anos, masculino, estudante, nível superior).

Entretanto, conforme apontou Carvalho, assim como os discursos, a materialidade é arranjada visando destacar as vocações das cidades (CARVALHO, 2010, p. 21). Repleta de intencionalidades, ela molda comportamentos e visões do mundo (idem, p. 180).

No caso da rota Passos dos Jesuítas, mesmo sem estar no caminho principal, essa materialidade encontra ressonância na visão do turista como fonte de aprendizado sobre a cultura e a história locais, um dos principais fatores de atração desse produto turístico. Vejamos alguns depoimentos de turistas sobre sua experiência e seus interesses na rota Passos dos Jesuítas.

---

<sup>15</sup>Não foi objeto deste estudo analisar em profundidade as categorias de classificação dos atrativos turísticos adotadas pela Setur (natural x construído). Reconhecemos que podem haver elementos híbridos nesse conjunto, aqueles que estariam em uma espécie de intersecção do universo histórico e do natural. Esse hibridismo pode ser revelado, por exemplo, a partir da investigação da percepção do turista sobre esses lugares. Ao separar os elementos nessas categorias, nossa intenção foi quantificá-los para entender as imagens forjadas sobre o conjunto de cidades da Baixada Santista e do Litoral Norte.

Meu interesse principal, além do prazer da caminhada, foi “adquirir” um pedaço de história. Registrar aspectos históricos e sociais que envolvem o Caminho (masculino, 49-anos-empresário) (NC PESQUISAS, 2012, p. 8).

Melhor conhecimento da história do nosso país e melhor qualidade de vida (entrevistado 9, litoral do estado de S. Paulo, mais de 65 anos, masculino, profissional liberal, pós-graduação).

Possibilidade de conhecimento além das paisagens praianas. Muita cultura e muita história viva em cada km andado (entrevistado 12, S. Paulo, capital, 36 a 65 anos, masculino, profissional liberal, ensino médio).

<b>Pontos turísticos e elementos históricos</b>		
	<b>natural</b>	<b>construído</b>
<b>Peruíbe</b>	Cachoeira do Paraíso / Lama Negra (praia) / Estação Ecológica da Jureia-Itatins e Barra do Uma (UC) / Mirante no Morro dos Prados / Praia e Rio do Guarauá	Aquário Municipal / Artesanato na Praça Flórida / Boulevard (calçada) / Colônia Veneza (capela) / Mercado de Peixes / Museu Histórico e Arqueológico de Peruíbe / Pia Batismal colonial no Paço Municipal / Ruínas do Abarebebê
<b>Itanhaém</b>	Cama de Anchieta (praia) / Morro Sapucaitava / Praia dos Pescadores / Pocinho de Anchieta (praia)	Casa de Câmara e Cadeia / Casario Colonial / Gruta Nossa Senhora de Lourdes / Monumento a Anchieta na Praça Narciso de Andrade / Painéis de Anchieta no Morro da caixa d'água
<b>Mongaguá</b>	Parque Ecológico "A Tribuna" / Poço das Antas / Zona Rural (cascatas, trilhas, cavalgadas, observação de aves etc.)	Feira de Artesanato "Maria Del Carmem Mariño Telle" / Monumento à Padroeira / Plataforma marítima de pesca amadora
<b>Praia Grande</b>	Área de lazer Ézio Dall'Acqua (portinho) / Praia Canto do Forte	Capela Nossa Senhora da Guia / Centro Cultural Cidade Ocian / Estátua de Netuno / Fortaleza do Itaipu, na Praia do Forte / Praça da Paz / Praça Duque de Caxias
<b>São Vicente</b>	Rampa de voo livre	Biquinha de Anchieta / Casa de Martin Afonso e Sítio Arqueológico / Igreja Matriz / Monumento 500 anos / Parque Cultural Vila de São Vicente / Ponte Pênsil / Porto das Naus / Ruínas do Colégio Jesuíta no Morro dos Barbosas / Teleférico
<b>Cubatão</b>	Parques Ecológicos Cotia-Pará e Perequê / PESM, Núcleo Itutinga Pilões (UC)	Calçadão do Lorena / Caminho do Mar (calçadão) / Coleção de Arte Sesquicentenário / Cruzeiro Quinhentista / Igreja Nossa Senhora da Lapa / Largo do Sapo / Monumentos históricos da Estrada do Lorena / Rancho da Maioridade
<b>Ubatuba</b>	Ilha de Anchieta / Praia do Cruzeiro Praia de Itamambuca / Saco do Ribeira	Aquário de Ubatuba / Base do TAMAR / Local de cativeiro de Anchieta

Pontos turísticos e elementos históricos		
	natural	construído
Santos		Aquário de Santos / Bolsa Oficial do Café - Museu do Café / Casa da Frontaria Azulejada / Estádio Urbano Caldeira (Vila Belmiro) / Igreja da Ordem Terceira da Nossa Senhora do Carmo / Linha turística do bonde / Museu da Pesca / Orquidário Municipal / Outeiro de Santa Catarina / Prédio da Alfândega, antigo Colégio dos Jesuítas / Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos / Santuário Santo Antônio do Valongo
Guarujá	Ilha do Arvoredo / Mirantes do Gávea, do Morro da Campina e Sorocotuba (praia) / Morro dos Costões das Tartarugas / Morro do Botelho, do Monduba, do Pinto, do Icanhema / Prainha Branca	Acqua Mundo (aquário) / Associação dos Pescadores da Praia do Perequê / Ermida de Santo Antônio de Guaiabê / Fortaleza Santo Amaro de Barra Grande / Fortaleza São Felipe ou São Luiz / Parque Temático de Ciência e Tecnologia Heureka
Betioga	Canal de Bertioga (praia) / Rios Guaratuba, Itapanhaú e Jagua-reguava / Trilha da Água (cachoeira)	Forte São João / Riviera de São Lourenço / Vila de Itatinga (vila inglesa da antiga usina hidrelétrica) / Parque dos Tupiniquins (escultura de Anchieta)
São Sebastião	Arquipélago de Alcatrazes (UC) / Cachoeiras de Itu / Praia de Boiçucanga / Praias de Toque Toque / Pedra Lisa (cachoeira) / Samambaiaçu e Serpente (cachoeira)	Capela Sagrado Coração de Jesus / Estrada da Limeira (centro histórico) / Museu de Arte Sacra / Sítio Arqueológico (antiga fazenda de escravos)
Ilhabela	Parque Municipal das Cachoeiras / Praia de Castelhanos / Praia de Ponta das Canas / Santuário ecológico da Ilha das Cabras / Trilha para a Cachoeira do Veloso	Centro Histórico e Comercial ("Vila") / Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda
Caraguatatuba	Ilha de Anchieta / Ilhote da Co-canha / Lagoa Azul, na Praia do Capricórnio / Fazenda de Mexilhões / Mirante do Morro Santo Antônio / Praia Martin de Sá / Rio Juqueriquerê	Núcleo de cerâmica Terramar

Fonte: Secretaria de Turismo, Caminha São Paulo, mapa, guia e portal rota Passos dos Jesuítas-Anchieta.  
Elaboração: Patricia Mariuzzo

Boa parte dos elementos que compõem essa lista estava presente no projeto de rota de peregrinação idealizado pela Associação Pró-Canonização de Anchieta (Canan). Conforme afirmaram os historiadores Eliane Deckmann Fleck, e Rafael Kasper, a perpetuação da memória do missionário jesuíta contou com a edificação e a conservação de lugares de memória por iniciativa dos governos municipal e estadual, sobretudo de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo e que, em grande medida, remetem aos poderes místicos e taumatúrgicos de José de Anchieta. Alguns exemplos desses lugares são o Santuário Nacional de Anchieta (ES), a Biquinha de Anchieta, em São Vicente (SP), o Monumento Anchieta, em Ubatuba (SP), o monumento Anchieta, Apóstolo do Brasil, na Praça da Sé, a Biblioteca Padre José de Anchieta, a pintura em azulejo na Rua da Consolação e o Museu Anchieta no Pateo do Collegio, na cidade de São Paulo (FLECK e KASPER, 2010, p. 150).

No entanto, confirmando uma tendência já apontada por Carvalho (2010), ao adaptar aquele projeto e criar o programa Caminha São Paulo, a Secretaria de Turismo promove um alargamento da oferta de atrativos turísticos das cidades por onde a rota passa. “Como o turismo é entendido como uma ação econômica rentável, (...) torna-se imperativo diversificá-lo para atrair variados tipos de turistas” (CARVALHO, 2010, p. 75). Então, além dos elementos diretamente ligados à José de Anchieta, critério que guiou as escolhas da Canan, a Setur sugere outros pontos de visita com objetivo de oferecer outra opção de lazer, além do turismo de sol e praia, favorecendo a “redescoberta do litoral paulista e da história do Brasil”. Sendo assim, consideramos importante perguntar, entretanto, que história é essa que se conta?

Como já discutimos no capítulo anterior, prevalece um tipo de história ibérica, colonial e branca (CARVALHO, 2010, p. 21), com elementos que, de acordo com as categorias de Cosgrove, compõe paisagens da cultura dominante. Além da

ausência das comunidades indígenas, parte fundamental da história dos jesuítas no Brasil, também há poucas referências a comunidades tradicionais do litoral, como os caiçaras, que não são valorizados na paisagem da rota.

Para Luchiari (1992, p. 7), o caiçara é o “tipo étnico que se originou da mistura das raças negra, indígena e branca” e, nesse sentido, se constitui em uma das principais contribuições da cultura indígena na região litorânea. A partir de uma relação afetiva com o ambiente, ele desenvolveu um modo de vida característico, especialmente com relação a técnicas de lavoura e pesca (LUCHIARI, 1997, p. 54-72). Ainda segundo a geógrafa, marginalizadas do processo de urbanização do estado de São Paulo até a década de 1950, as comunidades caiçaras mantiveram-se isoladas e com relativa autonomia, “tecendo as redes do modo de vida tradicional”, cujos pilares estão representados nas canoas de voga (construídas a partir de um só tronco escavado com machado), na agricultura de roça, na caça e pesca artesanais, bases de uma economia de subsistência.

Ao discutir a importância dessas populações nas unidades de conservação, Diegues descreve os caiçaras como aquelas comunidades de pequenos produtores litorâneos que se constituíram no período colonial, nos interstícios das grandes monoculturas.

Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra (DIEGUES, 2000, p. 14-15).

O processo de criação de áreas de conservação no litoral paulista teve como consequência a expulsão dessas comunidades de seu lugar de origem, especialmente a partir da década de 1970. No entanto, ao contrário do que sustentam as teorias que supõem que área preservada é sinônimo de área desabitada, a conservação dessas áreas deve muito ao uso sustentado que faziam dela essas populações tradicionais. Nos últimos anos, vários estudos<sup>16</sup> registraram um número considerável de casos de acesso a espaços e recursos que têm assegurado uso adequado e sustentável dos recursos naturais, conservado os ecossistemas. (MCKAY e ACHESON, 1987 apud DIEGUES, 2000, p. 66). O que queremos destacar aqui é que, “essas populações tradicionais tiveram um papel histórico fundamental na preservação desses ecossistemas” (LUCHIARI, 1997, p. 71). No entanto, esse aspecto da história do litoral não aparece na narrativa da rota Passos dos Jesuítas. Dos 118 elementos destacados pela Setur, apenas quatro (em torno de 3%) tem ligação com as comunidades caiçaras, o que proporcionaria contato dos turistas com aspectos dessa cultura: a Praia dos Pescadores, em Itanhaém, a Associação dos Pescadores da Praia do Perequê, no Guarujá, a Fazenda de Mexilhões e o Núcleo de cerâmica artesanal Terramar, ambos em Caraguatatuba, conforme podemos ver na tabela acima.

A Praia dos Pescadores (ou Prainha) tem cerca de 600 metros de extensão, espaço, em geral, dividido entre surfistas e pescadores que abastecem as barracas da praia por meio da pesca artesanal. De acordo com informações da Prefeitura de Itanhaém, José de Anchieta utilizava uma elevação do local “para apaziguar e catequizar os indígenas tupiniquins que

---

<sup>16</sup>Um exemplo são os estudos bioculturais, no México, cujo foco é o conjunto de conhecimentos e práticas que os povos indígenas do México mantiveram ao longo de gerações e que resultaram em uma forma única de se relacionar com a natureza e seus recursos (água, solo, animais e plantas) e de produzir alimentos, propiciando tanto a manutenção desses recursos como a geração de maior diversidade de plantas.



habitavam a região compreendida entre o Japuí (hoje, São Vicente) e a região de Itariri.

Com uma extensão de 2,2 mil metros, a Praia do Perequê, no Guarujá, possui diversas comunidades caiçaras. O comércio é constante na orla, com destaque para gastronomia baseada nos frutos do mar. A principal atividade da comunidade pesqueira na Praia do Perequê é a captura do camarão sete-barbas. A Associação dos Pescadores da Praia do Perequê está mais ligada a aspectos burocráticos, como documentação para a prática da pesca profissional, licença de embarcações e auxílio na requisição do seguro desemprego. Também atua junto ao poder público buscando melhorias no atendimento às demandas dos pescadores quanto a questões de atendimento à saúde e condições de estrutura para a educação (CARVALHO, 2010, p. 12-76).



*Praia do Perequê. Guarujá. A praia possui diversas comunidades caiçaras cuja principal atividade é a pesca de camarão.*

*Foto: Patrícia Mariuzzo.*

A Fazenda dos Mexilhões, em Caraguatatuba, é a maior do estado de São Paulo. As atividades são desenvolvidas por pescadores locais. Segundo Renk, o cultivo de mexilhões na praia da Cocanha teve início nos anos 1988/89, por meio do Projeto Martim Pescador, cujo objetivo foi capacitar a comunidade para a mitilicultura, visando à fixação do pescador nas suas áreas de origem (RENK, 2016,

p. 99)<sup>17</sup>. A Fazenda recebe turistas para passeios de barco ou para consumir pratos à base de marisco em barracas e restaurantes na praia. Finalmente, o Núcleo de Cerâmica Artesanal Terramar foi constituído a partir de um projeto social, de 2002, da Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (Fundacc), que patrocinou cursos para formação de ceramistas. Hoje o Núcleo se transformou em um espaço de exposição permanente onde artistas da cidade podem expor suas peças.

A narrativa da rota Passos dos Jesuítas minimiza a presença das comunidades caiçaras no litoral, colaborando para manter sua presença como uma memória oculta. Luchiari (1997) e Scifoni (2008) apontam esse apagamento em relação ao Litoral Norte. Especialmente a partir dos anos 1980, a transformação do Litoral Norte baseada em uma lógica de ocupação fundamentada no domínio do privado, traduzido em condomínios de alto padrão onde predominam as casas de segunda residência, expulsou os caiçaras para o chamado sertão, afastando essas comunidades do mar e da praia, antes suas fontes de recursos.

Não é apenas a paisagem que está sofrendo um processo de transformação e degradação, a própria sociedade tradicional caiçara, assim como a maioria das culturas litorâneas tradicionais do país, estão sendo consumidas junto com a paisagem primitiva (LUCHIARI, 1997, p. 64).

Quando apenas 3% do total de pontos turísticos selecionados para visitação ao longo da rota Passos dos

---

<sup>17</sup>O cultivo de mexilhões é realizado através de *long-lines* com 50 metros de comprimento cada. Essas estruturas são fixadas em bóias, que garantem a flutuação do sistema. As cordas contendo sementes de mexilhões possuem em média 2 metros de comprimento e são dispostas nos *long-lines* paralelamente com intervalo aproximado de 0,5 metro (RENK, 2016, p. 99).

Jesuítas, se referem à cultura caiçara, podemos afirmar que esses discursos operam um “desvio” concreto para quem caminha, sem reverter esse apagamento de memória.

Outra característica que julgamos interessante mencionar, ao analisar esse conjunto de pontos turísticos, é que aumenta significativamente a oferta de elementos do acervo natural. Enquanto o projeto “Caminhos de Anchieta”, da Canan, por conta de seu caráter eminentemente religioso, mencionava apenas três locais ligados ao acervo natural do litoral, com duas cachoeiras, a Estação Ecológica da Jureia e nenhuma praia, o discurso da rota Passos dos Jesuítas–Anchieta aponta 47 atrativos turísticos, conforme a tabela acima. Em nossa visão, isso se justifica pela ampliação do caráter da rota, que deve servir também para a contemplação da natureza. Ou seja, além do mar, é preciso apontar outros elementos que propiciariam uma aproximação do homem com a natureza. Daí a sugestão de visitas a cachoeiras, parques, rios, mirantes e praias fora da rota principal. Para criar a vocação de cidades propícias ao ecoturismo, há que se mostrar que essas cidades “têm” natureza para ser consumida, ambientes naturais que são fonte de prazer, descanso e lazer. Mas essas escolhas não são neutras. Ao contrário, estão imersas em juízos de valor que resultam em valorizações e apagamentos e que podem se revelar conservadoras e excludentes. Como afirmamos antes, os discursos do turismo – textos, projetos e planos turísticos, imagens etc. – criam representações das cidades, do patrimônio, das comunidades.

Ao analisar o processo de criação das vocações turísticas das cidades de Paraty e Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, a historiadora Aline Carvalho afirma que os discursos produzidos pelas secretarias de turismo interferem na maneira como as pessoas, tanto da comunidade local quanto os turistas, percebem esses lugares. Para ela, a valorização do turismo, que envolve aspectos políticos, econômicos e sociais, faz com que as secretarias de turismo criem autoimagens das

idades, determinando o que é atraente e o que não é para conhecer (CARVALHO, 2010, p. 49). Na seleção de lugares feita pela Setur, observamos que, nas cidades do Litoral Norte de São Paulo, prevalecem elementos do ambiente natural em relação aos elementos construídos. Além disso, quase a metade do total dos monumentos naturais está nas cidades do Litoral Norte.

### **Natureza e história no Litoral Norte**

	<b>Monumentos Naturais</b>	<b>Monumentos Construídos</b>
<b>Baixada Santista</b>	25	61
<b>Litoral Norte</b>	22	10
<b>Total</b>	47	71

*Fonte: SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, Caminha São Paulo, mapa, guia e portal rota Passos dos Jesuítas-Anchieta. Elaboração: Patricia Mariuzzo.*

Em nossa opinião, as escolhas feitas pela Setur, sugerem uma imagem da Baixada Santista associada à história e ao urbano, apenas com aberturas para o natural (idem, p. 105), enquanto a do Litoral Norte estaria, de fato, ligada à natureza, divulgada como intocada. Daí que o turista-peregrino, ao caminhar “sempre rumo ao norte”, como orienta o discurso desse projeto turístico, segue rumo à natureza, como se saísse da história para o mundo natural, enfatizando uma dicotomia entre o mundo urbano, ao sul, e o mundo natural, ao norte. Essas generalizações operadas pelo discurso oficial têm efeitos concretos no espaço, elas criam lugares. Como explica Said, o discurso cria duas entidades geográficas que sustentam e refletem uma à outra (2007, p. 31).

Essas representações resultam em uma hierarquização sócio espacial que divide o litoral paulista em duas porções distintas, como já tinha sugerido Luchiari (2000, p. 120) ao

afirmar que “a organização territorial dos lugares turísticos não responde somente à lógica do lugar, do meio, e da população local: ela é a reprodução de atributos valorizados nos centros urbanos emissores...”. O Litoral Norte só pode ser valorizado em oposição à Baixada Santista, associada ao turismo de massa, em contradição com o turismo para elite que se desenrola ao norte<sup>18</sup>. Nessa operação o patrimônio é uma estratégia criadora de sentidos, como afirmou Smith.

Patrimônio é um discurso que está envolvido na legitimação e governo das narrativas históricas e culturais e o trabalho dessas narrativas é manter e negociar os valores da sociedade e as hierarquias que nelas respaldam (SMITH, 2011, p. 46).

Assim, temos um afastamento entre a Baixada Santista, com sua orla verticalizada e densamente ocupada, onde a natureza abolida deixa apenas história para ser vista pelo caminhante, e o Litoral Norte, com suas paisagens preservadas, de beleza exuberante, comparáveis ao paraíso na terra. Confirmando o que afirmou a geógrafa Simone Scifone, em sua análise da constituição da noção de patrimônio natural no Brasil, se consolida aqui a função de

---

<sup>18</sup>Nesse ponto, é importante lembrar que cidades como Santos e Guarujá já ocuparam esse lugar: o do veraneio de elite. Em sua pesquisa sobre as modalidades de ocupação do solo no litoral paulista, a geógrafa Odete Seabra (1979, apud Scifone, 2008, p. 131) aponta que, no início do século XX, a orla de Santos era salpicada por chácaras, palacetes e hotéis de luxo ocupados pelos fazendeiros de café. A partir de 1930, a inauguração da Rodovia Anchieta e a expansão urbana trazem novos segmentos sociais à cidade (...). O crescimento da cidade e sua maior popularização levam as atividades de veraneio da elite a se concentrar no Guarujá. A expansão do turismo de veraneio provoca grandes transformações nessa cidade, sendo a Praia de Pitangueiras, um dos principais destinos das classes altas paulistanas. No entanto, nas décadas que se seguiram, da mesma forma que aconteceu com Santos, houve a expansão dos empreendimentos imobiliários e o crescimento da cidade abriu-a para novos segmentos sociais, descaracterizando o Guarujá como espaço exclusivo da elite (SCIFONE, 2008, p. 131).

veraneio ligado à natureza no Litoral Norte, que, por sua vez, vai justificar a preservação do meio ambiente, menos por conta de uma consciência ambiental, mas principalmente como meio de reproduzir essa hierarquização (SCIFONE, 2008, p. 13-14). É interessante observar, no entanto, que, enquanto na Baixada Santista, o caminhante desfruta dos calçadões das avenidas à beira mar, é justamente no Litoral Norte que, com frequência, ele precisa andar na rodovia. Essa natureza que é alardeada como atrativo desse litoral, em boa parte do percurso, lhe é negada.

A partir das reflexões de Diegues (2000, p. 36) e de Carvalho (2010, p. 99), nos arriscamos a afirmar que essa configuração traz implícito um conceito de vida selvagem que remete ao passado, sendo a natureza supostamente preservada uma janela para um mundo que não existe mais, um outro tempo. Em seu anseio de buscar na natureza um alívio para a rotina da vida nas cidades, o Litoral Norte seria o lugar ideal para satisfazer esse desejo. A escolha do destino final da rota na cidade de Ubatuba, junto ao monumento que celebra a “Paz de Iperoig”, consolida essa intenção. Essa é análise que faremos a seguir.

## 6.5 Chegando ao paraíso

Toda rota turística, com seu traçado, paisagens e obstáculos, é também um caminho para concretizar algo imaginado. É outra maneira de descobrir o patrimônio que é proposto. Não se trata mais de partir diretamente para um destino final, mas de avançar sobre um itinerário indicado para descobrir um conjunto de lugares que têm um ponto comum (FRAYSSE e ROUX, 2009, p. 101).

Em um roteiro turístico de caminhada o deslocamento é valorizado tanto quanto o ponto de chegada. Podemos destacar ainda alguns elementos característicos como: o baixo custo, a mobilidade lenta, a recuperação de certos aspectos de sociabilidade, a não massificação, a importância atribuída à autenticidade, o caráter plural do caminho, com seu apelo religioso e também cultural, e por último, mas, não menos importante, um caráter experiencial que prepara o indivíduo que caminha para uma mudança. Conforme explicam os pesquisadores do Laboratório de Estudos e Pesquisas Aplicadas em Ciências Sociais, da Universidade Toulouse III, França, Patrick Fraysse, Sabine Roux e Caroline Courbieres, um conjunto patrimonial, como o que foi selecionado na rota turística analisada, é incumbido de fazer emergir essa rota, de torná-la conhecida, materializando um itinerário físico para o turista consumir.

Entretanto, esse conjunto patrimonial heterogêneo só adquire sentido a partir de uma narrativa que lhe confere significado. A análise das construções narrativas, no entanto, não busca encontrar a fidelidade entre o relato e o passado, mas identificar seus elementos figurativos, porque são eles que determinam o resultado final, que tem como efeito criar

uma representação sobre o passado e sobre o presente. É por esse motivo que consideramos importante identificar os elementos figurativos, presentes na narrativa da rota Passos dos Jesuítas. Para Walter Benjamin, existe uma relação de parentesco entre o senso prático e a natureza da verdadeira narrativa. “Ela traz sempre consigo, de forma aberta ou latente, uma utilidade” (BENJAMIN, 2012, p. 216). E esse senso prático pode se traduzir em um ensinamento moral ou mesmo em uma norma de vida capaz de transformar o indivíduo. Nesse sentido, uma rota de caminhada e peregrinação deve fornecer elementos físicos e simbólicos que propiciem essa transformação.

É possível identificar nessa construção narrativa os seguintes elementos: uma exposição ou situação inicial, cujo personagem/herói é José de Anchieta; um tema ou objetivo, nesse caso, a catequização dos indígenas e portugueses no Brasil Colônia; uma intriga, que se desdobra nos conflitos do padre jesuíta com o selvagem identificado com os indígenas, e, finalmente, a resolução, o evento final da narrativa (THORNDYKE, 1977, p. 79). É essa história que o turista-peregrino vai “reviver” em sua caminhada pelo litoral.

Como afirmou Willian Cronon, “uma narrativa poderosa reconstrói um sentido comum para fazer que o contingente pareça determinado e o artificial pareça natural (CRONON, 2002, p. 32-33). E, no caso de uma rota turística que, em seus discursos, recupera elementos do passado e tem como principal atrativo as paisagens naturais, o recurso narrativo serve para dar sentido a uma realidade cronológica densa e desordenada, conferindo ao passado e à natureza uma unidade que, originalmente, não existe. Nesses relatos, vão surgir diferentes representações da natureza e do homem, com esses dois elementos – homem e natureza – transitando nos papéis de vilão, herói e vítima, conforme o tipo de argumento adotado nesses discursos. Esse argumento pode ser descendente ou trágico quando a história caminha para um final de conotação negativa, onde o protagonista tende a



parecer “mais pobre”, “mais infeliz”, “menos livre” do que estava no começo da narrativa.

No entanto, podemos encontrar também um argumento do tipo ascendente ou progressivo, onde a narrativa segue uma linha que caminha para um final que traduz uma situação melhor do que se tinha no começo da história, um final feliz. “Localizadas em um contexto histórico e ideológico particular, nenhum grupo de argumentos é inocente: ambos têm agendas ocultas que influem no que a narrativa inclui e exclui” (CRONON, 2002, p. 36).

Em uma narrativa com argumento progressivo, o final é o assunto principal. É ele que permite julgar o ato inteiro. O sentido da rota paulista, que começa em Peruíbe e segue “sempre para o norte” até Ubatuba, carrega outros sentidos, muitas vezes contraditórios na medida em que o local escolhido para ser o ponto final do percurso remete à pacificação, a ausência de conflitos e ao paraíso. A ideia é que o turista perceba ou vivencie um contexto melhor, mais positivo do que havia no início da história. Ora, isso parece um tanto quanto óbvio em se tratando de um produto turístico, adquirido para o turista peregrino vivenciar uma experiência, antes de tudo, prazerosa. O caminhar deve servir para uma transformação física e espiritual do turista peregrino. Mas não se trata apenas disso.

No Caminho de Santiago, o auge da peregrinação é a Catedral de Santiago. Um dos principais exemplares de arquitetura românica na Europa, o santuário tem planta em formato de cruz, com um altar-mor (onde fica o túmulo de São Tiago) e diversas capelas adjacentes, uma passagem semicircular permite a procissão de fieis em torno do altar-mor e dá acesso às capelas laterais, permitindo a circulação de pessoas mesmo durante celebrações. Há mais de mil áreas esculpidas e centenas de esculturas figurativas (NICOLAI e RHEIDT, 2010). Todos os dias são celebradas duas missas para os peregrinos. Há ainda dois rituais diários específicos para esse público, o “Abraço do apóstolo” e a “Adoração ao

túmulo do apóstolo Santiago”. Segundo afirma o pesquisador do Departamento de Artes da Universidade Autônoma de Barcelona, Manuel Castiñeiras, a catedral é um monumento que se converte em uma espécie de topografia sagrada cujo objetivo é oferecer um consolo espiritual ao peregrino (CASTIÑEIRAS, 2010, p. 23). Solla vai além ao afirmar que, além de símbolo do fenômeno jacobeu, a catedral foi elevada à condição de um dos símbolos que se identificam com a marca da União Europeia, o Euro: as moedas de 1, 2 e 5 centavos de Euro exibem a catedral de Santiago de Compostela. Para o geógrafo, no caso espanhol, essa escolha buscou refletir não apenas o sentido universal desse monumento, mas também os elementos que supostamente conferem unidade ao país, quais sejam a religião e a língua, organizados em torno do Estado (SOLLA, 2006, p. 139).

Em nosso estudo, o evento final da narrativa é a “paz de Iperoig”, acordo de paz celebrado entre portugueses e indígenas no século XVI e que, supostamente, teve como palco a Praia de Iperoig, hoje Praia do Cruzeiro, na região central da cidade de Ubatuba. Esse é o lugar escolhido para ser o ponto final da rota Passos dos Jesuítas.

Conforme descrevem Beatriz Perrone-Moisés e Renato Sztutman, pesquisadores do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, da Universidade de São Paulo (USP), em abril de 1563, os padres jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta saíram do núcleo de São Vicente rumo à Iperoig, núcleo de aldeias tupi situado nas imediações do que hoje é a cidade de Ubatuba, Litoral Norte. O objetivo de Nóbrega e Anchieta era negociar a paz com Caoquira<sup>19</sup> e os seus, pondo

---

<sup>19</sup>Caoquira era um dos chefes que integravam uma coalização de diversos grupos indígenas tupi — espalhados por um vasto território compreendido entre Bertioga e Cabo Frio (Rio de Janeiro) — unidos em guerra contra os portugueses. Ficaram conhecidos como Tamoios, eram aliados dos franceses e inimigos dos Tupiniquim de São Vicente e dos Temiminó de Niterói, estes aliados dos portugueses. A região da Guanabara vinha sendo frequentada por franceses aliados aos Tupi havia décadas e só começaria a ser definitivamente incorporada à colônia portuguesa quando, em 1560, o governador-geral Mem de Sá destruiu o Forte Coligny, “capital” da França

fim à assim chamada Guerra dos Tamoios. O conflito representava uma séria ameaça ao projeto colonial lusitano, colocando em risco a sobrevivência do núcleo de São Paulo de Piratininga, situado no planalto. A missão dos jesuítas culminou, em Iperoig, em um assim chamado acordo de paz, celebrado em 14 de setembro daquele ano. Esse acordo é considerado o primeiro tratado de paz do continente americano e atualmente a data é considerada feriado em Ubatuba. No entanto, segundo Perrone-Moisés e Sztutman, o acordo não pôs fim à guerra na medida em que outros grupos indígenas Tamoios, sobretudo aqueles da região da Guanabara, (hoje cidade do Rio de Janeiro), prosseguiram com ações hostis até serem violentamente vencidos.

Na imagem a seguir vemos o monumento “Paz de Iperoig”, instalado em 2012 na Praça do Cruzeiro, ao lado do qual está localizado o último pórtico eletrônico da rota Passos dos Jesuítas, em Ubatuba. O projeto de instalação do monumento é anterior à criação da rota e teve como objetivo construir um monumento que representasse e valorizasse o primeiro tratado de paz das Américas. Na cena vemos a representação de um português e um índio apertando as mãos sob o olhar compassivo de José de Anchieta, que segura em uma das mãos seu cajado e na outra uma Bíblia.

---

Antártica, projeto de colônia que durou apenas cinco anos. Ao longo dos anos que seguiram 1560, sonhando em recuperar a “sua” Guanabara, vários franceses que ali tinham permanecido entre seus aliados indígenas continuaram resistindo. Essa intrigante experiência bélica perdurou até 1567, quando Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, com apoio do chefe Temiminó Arariboia, derrotou na batalha de Uruçumirim a brigada franco-tupi, consolidando a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (PERRONE-MOISÉS e SZTUTMAN, 2010, p. 401-402).



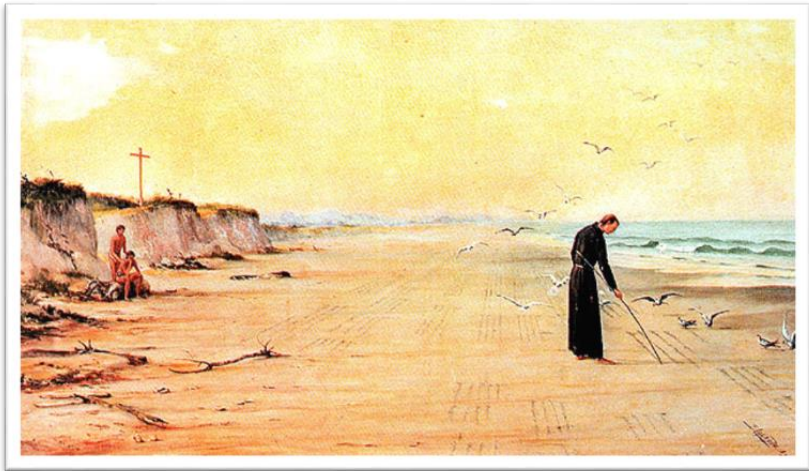
*Fonte da Paz de Iperoig, Ubatuba. Fonte: Secretaria de Turismo de São Paulo.*

Assim como vimos na questão das visões de Anchieta sobre os indígenas e sobre a natureza, que não pode ser traduzida como uma relação harmônica, a construção narrativa sobre o acordo de paz de Iperoig ignora outras versões sobre esse episódio, construídas, por exemplo, a partir do ponto de vista dos indígenas ou dos franceses, e opta por uma narrativa de apaziguamento alcançado pelo diálogo e pelo sacrifício dos padres jesuítas, especialmente de Anchieta, alçado à posição de herói, ao permanecer entre os índios enquanto Nóbrega retornava para São Vicente.

Alguns meses depois, Nóbrega partia para São Vicente para buscar novas pazes e Anchieta permanecia como refém, sob ameaças constantes de devoração, sobretudo da parte de alguns pajés e mulheres, que não aceitavam o fato de ele se recusar a tomá-las como esposas. A presença de Anchieta em Iperoig causava oscilações entre os indígenas: de um lado, via-se nele uma forte capacidade xamânica – dada a sua capacidade de batismo, ou seja, cura e, ao mesmo tempo,

comunicação com o sobrenatural – de outro, ele causava perplexidade em todos ao se negar a integrar as redes de relações locais (PERRONE-MOISÉS e SZTUTMAN, 2010, p. 429).

Durante o cativeiro, o jesuíta teria escrito uma de suas obras mais famosas, o *Poema à Virgem*. Uma das imagens mais conhecidas de José de Anchieta é justamente a cena da escritura do poema na areia (MINDLIN, 2000, p. 245), imortalizada na tela *Poema à Virgem Maria* (1901), do pintor e historiador Benedito Calixto (1853-1927).



Benedito Calixto, *O poema à Virgem Maria*. Óleo sobre tela; 69x98 cm, 1901, Museu do Pátio do Collégio, São Paulo (reprodução).

Calixto teve um papel fundamental na construção do imaginário sobre José de Anchieta. Nascido em Itanhaém, na Baixada Santista, dedicou boa parte de sua produção artística à reprodução das paisagens e dos personagens da região litorânea paulista. De acordo com o pesquisador do Departamento de Artes Plásticas da USP, Tadeu Chiarelli,

esse pintor supria um público consumidor de arte que estava se formando na capital paulista no fim do século XIX: “uma elite política ávida por financiar aqueles que estivessem dispostos a criar mitos que enaltecessem sua diferença em relação às outras elites do país” (CHIARELLI, 2002, p. 25). Coube a Calixto criar ícones paulistas, especificamente do interior e do litoral. José de Anchieta é um desses ícones, que, além da participação na fundação da cidade de São Paulo, era fortemente associado ao mito de fundação da nação brasileira pela sua participação no episódio da Paz de Iperoig. Por isso sua imagem passou a compor as “paisagens históricas” pintadas por Calixto, cenas que serviam para atualizar o passado da paisagem do litoral paulistano. Como explica o cientista social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Caleb Faria Alves, no início do século XX era preciso contar, também por meio das pinturas, a história dos personagens da história paulista que estavam sendo alçadas à posição de heróis da nação (ALVES, 2002, p. 45). É a figura de um herói paulista, que a rota Passos dos Jesuítas retoma em seus discursos.

Uma boa história depende de um drama, de uma escolha moral. Assim, além de organizar a experiência do homem no tempo, a narrativa também serve para alçar heróis, para colocar em destaque grandes homens que fizeram a transformação da história (CRONON, 2002, p. 38). José de Anchieta é esse herói, que conduz o processo de transformação da natureza, de dominação e povoamento da terra, de aproximação dos homens que aqui habitavam, com Deus. É nos passos dele que o turista peregrino pousa seus pés. Sua figura serve para inspirar os viajantes que, ao caminhar, também se tornam heróis, em um tipo de superação que pode ser física ou espiritual. A experiência de caminhar na rota remete à superação dos limites, realçando as dificuldades e remetendo a esse passado dos desbravadores.

Apaziguamento é uma palavra chave no evento final da narrativa da rota Passos dos Jesuítas. Indo além do acordo de

paz que é lembrado pelos gestores da rota, em nossa opinião trata-se da pacificação dos índios – invisíveis – e da natureza – domesticada. Como acontece em uma narrativa sobre o ambiente que adota o argumento ascendente, temos aqui uma relação dialética entre a natureza e o homem, na qual a primeira desafia e testa os limites do segundo. A vitória se dá pela persistência e pela fé, virtudes que Benedito tentou capturar na obra *O poema à Virgem Maria*: a longa extensão de areia, o mar, o céu e as gaivotas ocupam a maior parte da tela, compondo um cenário com o qual Anchieta parece estar em plena harmonia, cena inspiradora onde o poeta parece estar em contato com o divino, em um ambiente santificado que convida o homem a engrandecer-se (ALVES, 2011).

Entretanto, não são apenas os feitos heroicos de Anchieta que compõe o imaginário do final da rota paulista. Os discursos oficiais dessa construção narrativa enfatizam que o final da caminhada reserva um encontro com uma natureza paradisíaca, daí afirmarmos que, ao caminhar para o norte, o turista-peregrino segue rumo ao paraíso. Para compreender como isso se dá, reproduzimos abaixo o discurso da Secretaria de Turismo sobre a cidade de Ubatuba:

...um **paraíso** com 102 praias e mais de 85% do seu território localizado dentro de duas unidades de conservação: o **Parque Estadual da Serra do Mar** e o **Parque Estadual da Ilha Anchieta**, mundialmente reconhecidos como algumas das maiores biodiversidades do planeta. Em meados do século XVI, essas terras serenas eram dominadas pelos índios tupinambás e tupiniquins que, na tentativa de se protegerem dos ataques dos portugueses, organizaram a Confederação dos Tamoios. Para tentar pacificar a região, o jovem Anchieta ofereceu-se como moeda de troca para selar a paz entre os envolvidos,

ocasionando o primeiro tratado de paz no continente americano, a Paz de Iperoig (SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, Caminha São Paulo, Passos dos Jesuítas-Anchieta. Guia do Caminhante, 2011, p. 41, grifos nossos).

O mito da natureza edênica é dos mais acalentados pelo homem contemporâneo. Segundo Keith Thomas, ele é configurado a partir da aceleração do processo de urbanização no fim do século XVIII que aprofunda uma distinção entre a vida urbana e a vida rural. A deterioração do espaço urbano faz com que a cidade perca seu status de beleza, de berço da segurança. “Os ares poluídos e fumacentos acentuavam o desejo de luz solar e do ar fresco do campo” (THOMAS, 1988, p. 290). Há um forte sentido de escapismo nesse desejo. O campo, ao menos para as classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola, representava uma fuga dos vícios e das tensões do ambiente urbano. Esse autor destaca, entretanto, que a valorização do campo como símbolo da inocência foi um sentimento alimentado em boa parte pelos escritores românticos que encontravam no mundo rural um sentido divino<sup>20</sup>.

Assim, por volta do século XVIII o progresso da urbanização e o anseio rural criam um entendimento de que embora a natureza tivesse que ser domesticada, não devia ser completamente dominada ou suprimida, ideário que sobreviveu no moderno mundo industrial e que se traduz no desejo de manter um contato com a natureza, ainda que esporádico. A casa na praia, o fim de semana na montanha e as caminhadas longe da cidade são práticas que buscam atender a esse desejo.

O desalento e o desconforto gerados pelo progresso da civilização transformam o olhar para o mundo natural, fazendo da natureza algo belo, benéfico, divino, capaz de exercer um

---

<sup>20</sup>Um exemplo é o romance *Robinson Crusóé*, de Daniel Defoe, publicado em 1719.



poder espiritual sobre o homem. Autores como Alexander Humboldt (1759-1859) afirmavam uma devoção religiosa à natureza. O naturalista alemão foi um dos grandes responsáveis pela disseminação dessa visão edênica da natureza do Novo Mundo, no século XIX<sup>21</sup>. Trata-se de um olhar que articula a visão cósmica de uma natureza harmoniosa e interconectada, uma visão recuperada atualmente por alguns ecologistas e ambientalistas (PALACIO, 2002, p. 79).

É a necessidade recorrente que sentem os moradores urbanos de voltar à terra selvagem em busca de regeneração espiritual, que condicionará, mais tarde, os movimentos de preservação das montanhas e terras incultas e pantanosas, antes de serem todas tragadas pelo progresso humano. As reservas de cenário tinham se tornado as catedrais do mundo moderno (THOMAS, 1988, p. 318).

Com suas 102 praias e mais de 85% do seu território localizado dentro de duas unidades de conservação, a cidade de Ubatuba representa esse paraíso desejado. Na ausência de um monumento de pedra e cal, Ubatuba faz-se catedral. Um santuário que tem em seu altar as unidades de conservação: o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), o Parque Estadual de Ilhabela e o Parque Estadual da Ilha de Anchieta, onde supostamente permanece uma natureza intocada e por isso, divina. E que deve continuar assim. Isso nos sugere um tipo de celebração do modelo de urbanização

---

<sup>21</sup>Humboldt viajou pela América do Sul entre 1799 e 1804. A partir de suas observações, ele escreveu a obra *Kosmos*, publicada em cinco volumes entre 1845 e 1866. A receptividade das obras desse naturalista deve-se em parte à sua capacidade de unir arte e ciência em suas descrições. Humboldt propõe uma ligação entre as finalidades científica e literária, que não estava comumente associada ao processo de individuação das disciplinas no século XIX (PEDRAS, 2000, p. 97).

do litoral, destinado a ser transformado, bem como das estratégias de conservação da natureza por meio da criação de unidades de conservação que proíbem a presença humana.

Na narrativa da rota Passos dos Jesuítas-Anchieta, o turista caminha em um ambiente transformado, e nesse sentido, o Estado, que idealizou o projeto turístico, opera uma valorização dessas mudanças, sem questionar suas possíveis consequências para o meio ambiente e para as comunidades envolvidas. A prevalência de paisagens domesticadas, o sentido norte, o destaque para as unidades de conservação, ajudam a compor um imaginário que transforma toda rota muito mais em um caminho para a natureza do que em um caminho em meio a natureza. Como afirmou Carvalho, “resta um imaginário de que em um presente seguro, o turista pode experimentar pílulas de um cenário daquilo que já foi transgressor no passado, em meio a belezas inenarráveis” (2010, p. 190).

## Considerações finais

O objetivo da análise feita neste livro foi compreender os mecanismos envolvidos na construção de um produto turístico. Buscamos identificar como se dá a incorporação da memória e da identidade locais em seu planejamento e que representações sobre natureza sobressaem nesses processos. Dois conceitos nortearam a investigação: discurso, em uma perspectiva foucaultiana, e narrativa, que emprestamos dos pressupostos teóricos da História Cultural. Em poucas palavras, nossa proposta foi analisar a narrativa criada pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo ao implantar a rota de caminhada e peregrinação Passos dos Jesuítas-Anchieta, por meio dos discursos oficiais elaborados por esse poder público.

Os gestores públicos se aproveitam de um contexto de popularidade e expansão no número de rotas de peregrinação e caminhada, tanto no contexto internacional como no local. O modelo da rota criada em São Paulo é o Caminho de Santiago. Entretanto, enquanto a rota espanhola é, em sua origem, um fenômeno religioso que se transmuta em produto turístico, na rota Passos dos Jesuítas-Anchieta ocorre uma inversão: primeiro ocorre a criação da rota de caminhada para posteriormente surgir o turista-caminhante para percorrê-la. Nesse sentido, caberia à Secretaria de Turismo um esforço para atrair esse perfil de turista para um destino tradicionalmente ligado ao turismo de sol e praia.

As estratégias para alcançar esse objetivo, que envolvem uma tecnologia própria para controle das distâncias percorridas pelo turista-peregrino, têm um efeito duplo, concebidas para ser um elemento de atração, os problemas em seu funcionamento geram frustração nos turistas. Quando celebra um encontro com a natureza “em um caminho de contemplação, história e fé”, esses discursos oficiais buscam ativar um olhar romântico do turista, que enfatiza a solidão, um

tipo de relacionamento pessoal e espiritual com o objeto do olhar. No entanto, o modo de funcionamento dessa rota de caminhada, que pressupõe um caminhante conectado, contradiz esse apelo à solidão contemplativa, reaproximando o turista de seu cotidiano. Esse aspecto nos mostra um afastamento ainda maior dos modelos tradicionais de peregrinação, confirmando um fenômeno já abordado por especialistas em turismo religioso: a diluição das fronteiras entre a experiência turística e religiosa.

O programa que resultou na implantação da rota Passos dos Jesuítas buscava atender as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, do governo federal, que sugeria a criação e oferta de roteiros turísticos extrapolando as fronteiras dos municípios, o envolvimento de representantes de todas as instâncias: poder público, empresários, sociedade civil, instituições de ensino e terceiro setor e dos municípios que deveriam participar do planejamento das atividades turísticas, agregando valores e serviços por meio de suas peculiaridades.

O projeto original de uma rota de caminhada no litoral previa a participação de comunidades indígenas, de representantes do setor de serviços e das prefeituras. Supomos que, a partir desse envolvimento, fosse possível gerar maior identificação com o produto turístico e parcerias na gestão e manutenção da infraestrutura da rota. Ao assumir a criação da rota, a Secretaria de Turismo descarta a participação desses atores, impondo um discurso de cima para baixo, que não encontra ressonância nas comunidades locais. Um dos efeitos dessas opções da Setur é uma frustração do setor de serviços das cidades envolvidas, que apontam não sentirem benefício econômicos com esse produto turístico. Concluimos, portanto, que, a despeito dos discursos oficiais afirmarem que o projeto turístico da rota Passos dos Jesuítas-Anchieta é um programa de turismo sustentável, a não participação das comunidades locais na

idealização e manutenção do produto comprometeram essa pretensa sustentabilidade.

A Setur adere a uma visão tradicional de patrimônio, que descarta as compreensões do passado que se mostrem controversas ou em oposição a um discurso autorizado do patrimônio. Os efeitos concretos desses discursos se mostram na invisibilidade das comunidades indígenas em uma narrativa sobre a catequização jesuíta. O que temos na rota é uma catequização sem indígenas. A presença das comunidades caiçaras também é minimizada, já que a seleção dos patrimônios feita pela Setur privilegia uma herança colonial, branca e católica. O que o discurso autorizado do patrimônio entrega é um passado esvaziado de conflitos.

Nossa análise evidenciou que esses discursos oficiais, impostos de cima para baixo, com pouca ou nenhuma participação das comunidades locais, tornam-se frágeis e vulneráveis a mudanças de caráter político e mesmo pessoal, ou seja, não se traduzem em projetos sustentáveis, com capacidade para se perpetuarem além das circunstâncias de seu lançamento, de se consolidarem independentemente da permanência de seus idealizadores nas instâncias de poder. A expressiva queda no número de caminhantes cadastrados entre 2011, ano de lançamento da rota, e 2014, atesta essa dificuldade de consolidação. São fórmulas políticas recorrentes que geram fracassos no sentido da sustentabilidade, fortalecendo a hipótese de que, sem o envolvimento local, o patrimônio não adquire sentido plural e efetivo.

A eleição de José de Anchieta como personagem protagonista desse projeto também foi alvo de algumas reflexões ao longo desta pesquisa. Acreditamos que esta escolha reafirma os discursos de invasão e de progresso civilizador. A paisagem testemunha a transformação da costa litorânea de uma terra desabitada e indócil, por onde caminhava José de Anchieta, em cidades urbanizadas. Toda a paisagem deve parecer com um produto terminado.

Descrito como um herói, resistente às dificuldades e desafios do Novo Mundo, nos discursos oficiais, Anchieta está em plena harmonia com a natureza e com os indígenas. Uma de suas representações mais populares, a tela *O poema à Virgem*, de Benedito Calixto, traz essa mensagem. Entretanto, a análise das cartas do padre nos mostrou visões bastante distintas da noção de paraíso terreal. O padre jesuíta compartilhava de uma visão que colocava em lados opostos uma sociedade harmoniosa e a natureza dissonante, morada de homens decadentes, isto é, o índio não cristianizado. Para ele, a floresta e seus habitantes são comparáveis ao inferno, cuja salvação é pela catequese e pelo avanço da civilização. A natureza que Anchieta acredita ser obra de Deus está, na verdade, destinada a ser transformada pelo homem, para então, se tornar habitável.

É nessas paisagens transformadas e em transformação que o turista-peregrino caminha. A despeito de os discursos oficiais que descrevem essa rota turística mencionarem as belezas naturais do litoral e sua natureza intocada, as paisagens que se oferecem são compostas majoritariamente por avenidas, ruas e rodovias, não a natureza virgem e selvagem alardeada, mas a natureza organizada e humanizada.

Os discursos oficiais da rota Passos dos Jesuítas sobre as paisagens do litoral paulista refletem um modo específico de se relacionar com a natureza, transpassado pelo mito de uma natureza edênica, selvagem e intocada, e que pressupõe, na verdade, um afastamento do elemento humano. Nesse sentido, esse produto turístico se diferencia dos principais projetos de ecoturismo brasileiros que, de maneira geral, incentivam uma relação de proximidade com as unidades de conservação. Aqui, ao contrário, há um afastamento. A narrativa inspirada na figura de José de Anchieta não resulta em um tipo de ecoturismo tradicionalmente ligado a áreas naturais, ela se traduz em uma rota de caminhada urbana.

Nesse sentido a Mata Atlântica preservada que é alardeada para atrair o turista está, em boa parte do percurso, abolida.

Ao examinar o conjunto patrimonial selecionado para compor essa narrativa, percebemos que nas cidades do Litoral Norte prevalecem elementos do ambiente natural em relação aos elementos construídos. Além disso, quase a metade do total dos monumentos naturais está localizada nas cidades do Litoral Norte. As escolhas feitas pela Setur sugerem uma imagem da Baixada Santista associada à história e ao urbano, apenas com aberturas para o natural, enquanto a imagem do Litoral Norte estaria, de fato, ligada à natureza, divulgada como intocada. Daí que, o turista-peregrino ao caminhar “sempre rumo ao norte”, como orienta o discurso desse projeto turístico, segue rumo à natureza, como se saísse da história para o mundo natural, enfatizando uma dicotomia entre o mundo urbano, ao sul, e o mundo natural, ao norte. Essas generalizações operadas pelo discurso oficial têm efeitos concretos no espaço, resultam em uma hierarquização sócio espacial que divide o litoral paulista em duas porções distintas. O Litoral Norte só pode ser valorizado em oposição à Baixada Santista, associada ao turismo de massa, em contradição com o turismo para elite que se desenrola ao norte, confirmando a tese de que os discursos autorizados do patrimônio são uma estratégia criadora de sentidos.

Finalmente, considerando que o lugar onde termina a rota é um importante elemento figurativo dessa narrativa, analisamos a escolha da Praia do Cruzeiro, em Ubatuba, destino final da caminhada. Aqui há uma função dupla. A Praia do Cruzeiro remete a apaziguamento, com sentidos que transbordam o acordo de paz lembrado pelos gestores da rota nessa escolha. Trata-se da pacificação dos índios – invisíveis – e da natureza – domesticada. Por fim, ao direcionar o caminhante sempre para o norte, essa construção narrativa enfatiza o imaginário de um caminho rumo ao paraíso, representado pelas extensas porções do território de Ubatuba preservado em unidades de conservação.

Na narrativa da rota Passos dos Jesuítas-Anchieta, o turista caminha em um ambiente transformado, e nesse sentido, o Estado, que idealizou o projeto turístico, opera uma valorização dessas mudanças, sem questionar suas possíveis consequências para o meio ambiente e para as comunidades envolvidas. A prevalência de paisagens domesticadas, o sentido norte, o destaque para as unidades de conservação, ajudam a compor um imaginário que transforma toda rota muito mais em um caminho para a natureza, do que em um caminho em meio a natureza.



## Referências bibliográficas

- AGEM, CANAN. *Caminhos de Anchieta: projeto*. Santos: AGEM, s/d.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Santo Anchieta dos poucos: negros não tiveram a proteção do jesuíta. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 06, 20 jul. 2014.
- ALFONSO, L.P. Arqueologia e turismo: sustentabilidade e inclusão social. 2012. Tese (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia). Universidade de São Paulo. São Paulo.
- ALVES, Caleb Faria. *Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2003.
- ALVES, Caleb Faria. Mar paulista. In SOUZA, Marli Nunes. *Benedito Calixto: um pintor à beira-mar*. Santos: Fundação Pinacoteca Benedito Calixto, 2002. p. 35-50.
- ALVES, Caleb Faria. Retrato do padre-poeta. *Revista de História*, Rio de Janeiro, 03 jan. 2011. Disponível em: [www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/retrato-do-padre-poeta](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/retrato-do-padre-poeta). Acesso em 15/10/2016.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*. Rio de Janeiro, v. 36, n. 129, p. 637-651, set. /dez. 2006.
- ALVIM, Davis M.; COSTA, Ricardo. Anchieta e as metamorfoses do imaginário medieval na América portuguesa. *Revista Ágora*, Vitória, n. 1, p. 1-19, 2005.
- ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- ANCHIETA, Jose de. *Cartas: correspondência ativa e passiva*. 2. ed. São Paulo, SP: Loyola, 1984. 528p. (Obras completas, v.6).
- ANCHIETA, José de. *De Gestis Mendi de Saa. Poema Épico*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ANJOS, F.A.; HENZ, A.P. Planejamento do turismo no Brasil entre 2003 e 2007. *IX Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. 2012, Universidade Anhembi-Morumbi, São Paulo, p. 1-12.

ARENDRT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 2º ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2004.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In BAUER, M.; GASKELL, G. (Orgs.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. p.189-217.

BAUER, M.; GASKELL, G.; ALLUN, N. “Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento”. In BAUER, M.; GASKELL, G. (Orgs.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. p. 17-36.

BENI, M. C. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. *Turismo em Análise*, São Paulo, 10 (1):7-17, maio 1999.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In CORREA, R.L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.

BO, João Batista Lanari. *Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados*. Brasília: Edições Unesco/Brasil, 2003. p. 185.

BRASIL, Ministério do Turismo, Abeta. *Diagnóstico do turismo de aventura no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. dos Autores, 2009. 156p.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Ecoturismo: orientações básicas*. Brasília: 2008b.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Estudos da competitividade do turismo brasileiro*. Turismo como instrumento de desenvolvimento regional: estudo de arranjos produtivos locais (APLs) no setor de turismo. Brasília: 2007b.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil*. São Paulo: Abeta, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas – 2003/2007*. Brasília: 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo: uma viagem de inclusão – 2007/2010*. Brasília: 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo*. Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas. Brasília, 2013.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Segmentação do Turismo: marcos conceituais*. Brasília: Mtur, 2006b.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do

texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo/Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério do Turismo, Abeta. *Manual de boas práticas de caminhada e caminhada de longo curso*. Belo Horizonte: Ed. dos autores, 2009.

BROCCHI, R. G., SOLHA, K. T. Institucionalização do turismo no poder público estadual: a experiência de São Paulo. *Turismo em análise*, São Paulo, v. 19, n.2, p. 241-254, ago.2008.

BRUSTOLONI, J. *A Senhora da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias*. Aparecida, SP: Santuário, 1986.

CABANAS, Maria Isabel Morã. O Caminho de Santiago como primeiro Itinerário Cultural Europeu e a peregrinação de mulheres santificadas na Europa medieval (Santa Isabel de Portugal e Santa Brígida da Suécia). *Brotéria: Cristianismo e Cultura*, Lisboa, nº 177, p. 463-477, dez 2013.

CAMPOMAR, Marcos Cortez. Do uso de 'estudo de caso' em pesquisas para dissertações e teses em administração. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 26, n.3, p. 95-97, jul./set. 1991.

CARMO, R.L. *Dinâmica demográfica, economia e ambiente na zona costeira de São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2012.

CARNEIRO, S.M.C.S. Novas peregrinações brasileiras e suas interfaces com o turismo. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 6, nº6, p. 71-100, out 2004.

CARNEIRO, Sandra de Sá. As peregrinações como atrações turísticas. *Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro, UERJ, nº31, p. 66-79, jan./jun., 2012.

CARVALHO, A. V., SOUZA L. C. Leituras Acerca das Políticas Patrimoniais no Litoral Norte de São Paulo, Brasil. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria (RS), v. 19, n. especial. p. 17-24, 2015.

CARVALHO, Aline Vieira de. *Entre ilhas e correntes: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010.

CARVALHO, Gilda Maria de A. R. Borges de. José de Anchieta: o homem, sua letra e seu engajamento. 2010. Dissertação

(Departamento de Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARVALHO, R.J.S. Territorialidade da comunidade de pescadores artesanais: Praia do Perequê, Guarujá – SP. 2010. Dissertação (mestrado em desenvolvimento local), Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande.

CASTIÑEIRAS, M. Compostela, Bari y Jerusalém: tras las huellas de una cultura figurativa em los caminos de peregrinación. *Ad Lumina*, Santiago de Compostela, vol 1, nº 1, p. 15-51, 2010.

CHARTIER, Roger. *A Aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

CHIARELLI, Tadeu. Benedito Calixto: um pesquisador que pinta. In SOUZA, Marli Nunes. *Benedito Calixto: um pintor à beira-mar*. Santos: Fundação Pinacoteca Benedito Calixto, 2002. p.13-34.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. In CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 13-74

CLAVAL, P.C.C. Geografia cultural: um balanço. *Geografia*, Londrina, v.20, n. 3, p. 05-24, set-dez 2011. Disponível em: [www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/14160](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/14160)

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. *Terras indígenas na Mata Atlântica: pressões e ameaças*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, julho de 2013.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CORTESÃO, Jaime. *História da expansão portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, tempo de cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-122.

COSGROVE, D. Mundos de significados: geografia cultura e imaginação. In CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Geografia cultural: um século (2)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 33-60.

COSTA, A. Os jesuítas foram os primeiros do clero católico a entender a modernidade: Leandro Karnal expõe as características da modernidade que são manifestas na Companhia de Jesus, dos avanços às contradições. *IHU OnLine*, nº 458, ano XIV, 10 nov.

2014. Disponível em:  
[www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5759&secao=458](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5759&secao=458). Acesso em 16 fev.2016.

COSTA, S.R.; CARVALHO, C.M.B., 2012. Gestão descentralizada do turismo no Brasil: a regionalização como estratégia para o desenvolvimento nacional. In *IX SEGeT 2012*, Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende, RJ, out. 2012. Disponível em: [www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/53816742.pdf](http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/53816742.pdf). Acesso em:16/10/2014.

COVERLEY, Merlin. *A arte de caminhar: o escritor como caminhante*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CRONON, W. Turning to nature in a time of crisis. *Audubon Magazine*, Especial Edition "This land is your land", Manhattan, New York, nº 1, p. 9-11, 2002. Disponível em: [archive.audubonmagazine.org/features0201/intro.html](http://archive.audubonmagazine.org/features0201/intro.html). Acesso em 06 jan 2012.

CRONON. W. Un lugar para relatos: naturaleza, historia y narrativa. In: *Repensando la naturaleza*. PALÁCIO, G.; ULLOA, A. (Orgs.). Colombia: Universidad Nacional de Colombia, 2002. p. 29-66.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DIOCESE DE CARAGUATATUBA. Setor de Comunicação. *Caminhando com Anchieta*. Caraguatatuba, 2015.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 08, p. 177-197, 1991.

DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

ESCOSTEGUY, A.C.D. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FACO, R.A., Neiman, Z. A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação". In ZYSMAN, N., RABINOVICI, A. (Orgs.). *Turismo e Meio Ambiente no Brasil*. Barueri: Manole, SP, 2010. p. 43-62.

FC&VB-SP; SECRETARIA DE LAZER, ESPORTES E TURISMO; MINISTÉRIO DO TURISMO. *Praias Paulistas: São Paulo - Brasil*. São Paulo, 2010.

FERREIRA, L.C. *Urban growth, vulnerability and adaptation: social and ecological dimensions of climate change on the coast of São Paulo*. Research project – FAPESP. Program on global climate Change. Relatório científico anual. Campinas, Nepam Unicamp, jul./2011 a ago./2012.

FERREIRA, L.C.; FERREIRA, L.C.; JOLY, C. *Uma dentre várias interdisciplinaridades: o doutorado em Ambiente e Sociedade da UNICAMP*. In COSTA, R (Org.). *Práticas socioambientais na pós-graduação brasileira*. São Paulo: 2010, p. 35-52.

FERREIRA, Lúcia da Costa. *Os fantasmas do vale: qualidade ambiental e cidadania*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

FLECK, E.C.D. Salvaguardando o princípio da moralidade e a integridade da nação: a apropriação de Anchieta pelo regime militar. *História Unisinos*, v. 11, nº 2, p. 278-281, maio/ago. 2007.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; KASPER, Rafael. Os lugares e os caminhos que celebram um beato: peregrinando pela causa da canonização de José de Anchieta. *História*, Franca (SP), v. 29, n. 1, p. 149-169, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FRAYSSE, P; ROUX, S.; COURBIERES, C. A rota como memória. *Perspectivas em Ciências da Informação*. Belo Horizonte, p. 93-104, 2009.

FUNARI, P.P., CARVALHO, A.V. Patrimônio e diversidade: algumas questões para reflexão. In FUNARI, P.P., CARVALHO, A.V. (Orgs.) *Patrimônio cultural, diversidade e comunidades*. Campinas: IFCH Unicamp, Col. Primeira Versão. p.05-16.

FUNARI, P.P.; PELEGRINI, S. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). *Estudo da demanda turística internacional 2015: resultados do turismo receptivo*. Brasília, jul. 2016. Disponível em [www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/demanda\\_turistica/internacional/](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/demanda_turistica/internacional/) Acesso em 13 ago. 2016.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. *Métodos de pesquisa*. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o

Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GUIMARÃES, R.P., FEICHAS, S.A.Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XII, nº2, p. 307-323, jul./dez. 2009.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 22(2), p. 15-46, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

HOLLANDA, S.B. de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977. 360 p.

HOLZER, W. Paisagem, imaginário, identidade. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.149-168.

ICOMOS. *Carta dos Itinerários Culturais*. Elaborada pelo Comitê Científico Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC) do ICOMOS, ratificada pela 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, em 4 de out 2008, Québec, Canadá, 2008.

KARNAL, L. *Teatro da fé: representação religiosa no Brasil e no México do século XVI*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. 253 p.

KRIPPENDORFF, Klaus. Metodologia de analisis de contenido. Barcelona: Paidós, 1980.

LANGER, Johnni. A Nova História Cultural: origens, conceitos e críticas. Campinas: *História e-história*, 02 fev. 2012. Disponível em: [www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=186](http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=186). Acesso em 01 out 2016.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.

LEITE, S. J. Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil, vol. 3 [1558-1563]. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1956. p. 253-255.

LEWIS, P.K. Axioms for reading the landscapes: some guides to the American scene. In MEINIG, D.W. (Org.). *The interpretation of ordinary landscapes: geographical essays*. Oxford: Oxford University Press, 1979. 275 p. Disponível em: [mrso.pbworks.com/f/Peirce%2520Lewis\\_Axioms.pdf](http://mrso.pbworks.com/f/Peirce%2520Lewis_Axioms.pdf). Acesso em 14 set 2016.

- LOWENTHAL, D. The past as a theme park. In YOUNG, T e Riley, R. (Orgs.). *Theme park landscapes: antecedents and variants*. Washington, DC: Dumbarton Oaks Press, 2002. p. 11-23.
- LUCHIARI, M.T.D.P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 9-28.
- LUCHIARI, M.T.D.P. A mercantilização das paisagens naturais. In: BRUHNS, H.T.; GUTIERREZ G.L. (Orgs.). *Enfoques contemporâneos do lúdico: III ciclo de debates lazer e motricidade*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2002. p. 25-41.
- LUCHIARI, M.T.D.P. Caiçaras, migrantes e turistas: a trajetória da apropriação da natureza no Litoral Norte Paulista (São Sebastião - Distrito de Maresias). 1992. Dissertação (Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- LUCHIARI, M.T.D.P. Turismo e cultura caiçara no Litoral Norte paulista. In LUCHIARI, Maria Tereza D.P. (org.), *Turismo e Meio Ambiente*, Vol. II, Textos Didáticos, IFCH/Unicamp, nº 31(2), dez 1997. p. 53-82.
- LUCHIARI, M.T.D.P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In SERRANO, Célia. BRUNHS, Heloísa Turine, LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes (Orgs.) *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papyrus Editora, 2000. p. 105-130.
- LUZ, Guilherme Amaral. Os passos da propagação da fé: o lugar da experiência em escritos jesuítas sobre a América quinhentista. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 106-12, mar 2003
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. 7ª. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1996. 227 p.
- MARANDOLA JR. et al. Crescimento urbano e áreas de risco no Litoral Norte de São Paulo. *Rev. bras. estud. popul.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 35-56, jun. 2013.
- MARCELO, João Rangel. *Imagens de uma devoção: as peregrinações aos santuários de Nossa Senhora Aparecida e Neustra Señora de Caacupe*. 2006. Dissertação (Programa de Integração da América Latina, Prolam/USP). Universidade de São Paulo. São Paulo.



- MARIUZZO, Patricia. "Projeto para transformar a Estrada Real em roteiro turístico". São Paulo; *Ciência e Cultura*, v.58, n.4, São Paulo, out./dez.2006.
- MARTINS, H.H.T.S. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.
- MEADOWS, D.H. et al. *The Limits to Growth*. New York: Universo Books, 1972.
- MEDINA, C.A. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MINAYO, M.C.S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In MINAYO, M.C.S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29<sup>o</sup>. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MINDLIN, D.M.V. O poema à virgem de José de Anchieta: uma biografia contemplativa. *Itinerários*, Araraquara (SP) 15/16, p. 245-260, 2000.
- MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.
- MORELLATO, L. P. C.; HADDAD, C. F. B. Introduction: the Brazilian Atlantic Forest. *Biotropica* (Lawrence, KS), KANSAS, 32, n. 4b, p. 786-792, 2000.
- MOUTINHO, Murillo. *Bibliografia para o IV centenário da morte do Beato José de Anchieta 1597-1997*, vol. 1. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, 403, n. 6772, p. 853-8, 24, 2000.
- NC PESQUISAS. *Diagnóstico operacional Rota Passos dos Jesuítas-Anchieta. Programa Caminha São Paulo. Relatório de pesquisa qualitativa*. São Paulo: NC Pesquisas, ago. 2012.
- NEIMAN, Zysman. Natureza e cultura brasileiras: matérias-primas do ecoturismo. In MENDONÇA, R., NEIMAN, Z. (Orgs.). *Ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005, p. 17-40.
- NICOLAI, B; RHEIDT, K. Nuevas investigaciones sobre la historia de la construcción de la catedral de Santiago de Compostela y las peregrinaciones. *Ad Lumina*, vol. 1, n<sup>o</sup> 1, p. 53-79, 2010.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, 24 (68), 81-101, 2010.
- PAES-LUCHIARI, M.T. Turismo e patrimônio natural no uso do território. In PAES-LUCHIARI, M.T.; BRUHNS, H.T.; SERRANO, C. (Orgs.). *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas, SP: Papirus, 2007. p. 25-46.
- PALACIO, Germán. Historia tropical: a considerar las nociones de espacio, tiempo y ciencia. In PALACIO, G., ULLOA, A. (Orgs.). *Repensando la naturaleza. Encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental*. Panamericana Formas e Impresos S.A. Colombia, 2002. p. 67-98.
- PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.
- PEDRAS, L. R. V. A paisagem em Alexander von Humboldt: o modo descritivo dos quadros da natureza. *Revista USP*, São Paulo, nº 46, 2000, p. 97-114, jun/ago. 2000.
- PERRONE-MOISES, Beatriz; SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma certa confederação Tamoio. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 401-433, out. 2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- POLES, G., Rabinoci, A. O ambientalismo, o turismo e os dilemas do desenvolvimento sustentável. In ZYSMAN, N., RABINOVICI, A. (Orgs.). *A. Turismo e Meio Ambiente no Brasil*. Barueri: Manole, SP, 2010. p. 01-24.
- PORCAL, M<sup>a</sup> Cruz. Turismo cultural, turismo religioso y peregrinaciones em Navarra: las javieradas como caso de estúdio. *Cuadernos de Turismo*, nº 18, p. 103-134, jul./dez 2006.
- QUEIROZ FILHO, Antônio. *A vida heroica de José de Anchieta*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- REBIC, Adalbert. Documento de la Santa Sede sobre el peregrinaje. *Neum*, 1999. Disponível em: [www.medjugorje.hr/es/espiritualidad/reflexiones-teologicas/peregrinaje/](http://www.medjugorje.hr/es/espiritualidad/reflexiones-teologicas/peregrinaje/). Acesso em 02 maio 2013.
- REJOWSKI, M.; SOLHA, K.T. Turismo em um cenário de mudanças. In REJOWSKI, M. (Org.). *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002, p. 75-122.
- RENK, M. Vazamentos de petróleo em áreas costeiras: um estudo sobre percepção em Caraguatatuba e São Sebastião, Litoral Norte

paulista. 2016. Tese (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais) Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas.

RIBEIRO, Gustavo Lins; BARROS, Flávia Lessa. A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In SERRANO, C.; BRUHNS, H. (Orgs.), *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997, p. 27-42

RICOEUR, P. Entre tempo de narrativa: concordância/discordância. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 125, p. 299-310, jun. 2012.

SAID, E.W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SANCHES, R.A. Caiçaras e o mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins: desafios para a gestão. Volume Especial “Juréia-Itatins”. *Unisanta Bioscience*, vol. 5 nº 1, p.1-11, 2016.

SÁNCHEZ-CARRETERO, C. Heritage regimes and the Camino de Santiago: gaps and logics. In BENDIX, R.F.; EGGERT, A.; PESELMANN, A. (Eds). *Heritage regimes and the state*. Göttingen: Göttingen University Press, 2012. p. 141-155.

SANTOS, M. *As estradas reais: introdução do estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SCIFONI, S. *A construção do patrimônio natural*. São Paulo: Labor Edições, 2008.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S.; Naxara, M. *Memória e (re) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 37-58.

SEIXAS, S. et al. Mudanças ambientais globais, vulnerabilidade e risco: impactos na subjetividade em Caraguatatuba, Litoral Norte paulista. *Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*, nº 1, p. 01-19, set 2011.

SERAFIM LEITE S. J. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, vol. 3 [1558-1563], São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Das cartas do Beato José de Anchieta, presbítero, ao Padre Geral Diogo Laynez. (Carta de 1º de junho de 1560; texto original castelhano), 1956, p. 253-255.

- SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.
- SILBERMAN, N. A.; CARVALHO, A.; FUNARI, P.P. *Desafios para o patrimônio mundial: em busca de novas práticas*. Jundiaí: Paco Editorial: 2016.
- SILVA JUNIOR; C.A.; RIBEIRO, L.E.G.; COSTA, M. J. Estado laico ou estado não laico? A discriminação das religiões das minorias em um Estado que se diz laico sob os olhos da Constituição. *Revista Direito Mackenzie*, v.8, n. 1, p. 10-13, 2014. Disponível em: [editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rmd/article/view/8118/5335](http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rmd/article/view/8118/5335). Acesso em 28 fev. 2014.
- SILVA, Glaydson José da. Antiquidade, arqueologia e a França de Vichy: usos do passado. 2005. Tese (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- SILVA, M.G.L. *Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer*. São Paulo: Aleph, 2004.
- SMITH, L. El 'espejo patrimonial': ilusión narcisista o reflexiones múltiples?. *Antípoda, Rev. Antrop. Arqueol.*, Bogotá, nº 12, p. 39-65, enero-junio, 2011.
- SOLLA, X.M.S. El Camino de Santiago: turistas y peregrinos hacia Compostela. *Cuadernos de Turismo*, nº18, p. 135-150, 2006.
- SOLLA, X.M.S.; GONZÁLEZ, R.C.L. El Camino de Santiago en el contexto de los nuevos turismos. *Estudios Turísticos*, Madrid, nº 189, p. 87-110, 2011.
- STEIL, C.A.; CARNEIRO, S.S. Peregrinação, turismo e nova era: caminhos de Santiago de Compostela no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 28(1), p. 105-124, 2008.
- SUÁREZ, M.J.A.; FRANCO, I.C. La imagen del Camino de Santiago: análisis de su representación promocional como producto turístico. *Tourism & Management Studies*, 12(2), p. 37-46, 2016
- SUERTEGARAY, D.M.A. Pesquisa de campo em geografia. *GEOgraphia*. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 7, p. 64-68, 2002.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- TIMBÓ, Regina. Um aldeamento jesuítico-Reritiba. In ABREU, Carol (Org.). *Anchieta: a restauração de um santuário*. Rio de Janeiro: Iphan, 1998. p. 19-30.

TORRE, Ma Genovena Millán Vásquez de la; FERNÁNDEZ, Emilio Morales; NARANJO, Leonor Ma Pérez. Turismo religioso: estudio del Camino de Santiago. *Gestión Turística*, Valdivia, Universidad Austral de Chile, n. 13, p. 9-37, junio 2010.

TORRES LONDOÑO, Fernando. Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 11-32, 2002.

TORRES, Francisco Rodrigues. A fazenda geral dos jesuítas e o monopólio da passagem do Cubatão 1553 - 1748. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

UNESCO. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*, 1972. Paris, 1972. Disponível em: [whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf](http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf). Acesso em: 08 jul 2012.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Sesc, Studio Nobel, 1996.

VARINE, H. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VASCONCELOS, Simão de. *Vida do venerável Padre José de Anchieta*. Porto: Lello&Irmão Editores, 1953.

VIEIRA, André Guirland. Do conceito de estrutura narrativa à sua crítica. *Psicol. Reflex. Crit.* Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 599-608, 2001.

VIGLIO, José Eduardo. Usos sociais e políticos da ciência na definição de riscos e impactos ambientais no setor de petróleo e gás. Campinas, SP: (s.n.), 2012.

VIOTTI, H.A. Anchieta, apóstolo do Brasil. Edições Loyola, 2008.

VIOTTI, Hélio Abranches (Coaut. de); ANCHIETA, Jose de. Textos históricos. São Paulo, SP: Loyola: Vice Postulação da Causa de Canonização do Beato Jose de Anchieta, 1989. (Obras completas / Jose de Anchieta, v.9).

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petropolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009. p. 7-42.

WORLD TRAVEL TOURISM COUNCIL, World Tourism Organization, Earth Council. Agenda 21 for the travel & tourism Industry: towards environmentally sustainable development, London, 1998.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n.8, 198-215, 1991.

WORSTER, Donald. *The wealth of nature: environmental history and the ecological imagination*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1994 c1993.

YÁZIGI, Eduardo. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. IX, n. 1, p. 22-51, jun. 2012.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005. 248 p.

ZÜNDT, C. Baixada Santista: uso, expansão e ocupação do solo, estruturação de rede urbana regional e metropolização. In CUNHA, J.M.P. (Org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos Populacionais-Nepo, Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, 2006. p. 301-363.

## **Referências pesquisadas em mídia impressa e eletrônica**

MACEDO, D. Padre José de Anchieta foi canonizado hoje pelo Papa Francisco. Brasília, Agência Brasil, 03 abr. 2014. Disponível em: [agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-04/padre-jose-de-anchieta-foi-canonizado-hoje-pelo-papa-francisco](http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-04/padre-jose-de-anchieta-foi-canonizado-hoje-pelo-papa-francisco). Acesso em 06 abr. 2014.

MORTARA, Felipe. Caminhos no Brasil para treinar antes de Compostela. O Estado de S.Paulo, 12 set. 2015. Disponível em: [viagem.estadao.com.br/noticias/geral,caminhos-no-brasil-para-treinar-antes-de-compostela,1758500](http://viagem.estadao.com.br/noticias/geral,caminhos-no-brasil-para-treinar-antes-de-compostela,1758500). Acesso em: 16 set. 2015.

G1. SANTOS. Semana de Anchieta é comemorada com grande festa em Itanhaém, SP. G1 Santos, Santos, 07 jun. 2014. Disponível em: [g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/06/semana-de-anchieta-e-comemorada-com-grande-festa-em-itanhaem-sp.html](http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/06/semana-de-anchieta-e-comemorada-com-grande-festa-em-itanhaem-sp.html). Acesso em 21 ago. 2014.

PREFEITURA DE ITANHAÉM, Secretaria de Comunicação Social. Itanhaém celebra semana de São José de Anchieta com caminhada e encenação. Itanhaém Boletim Oficial, Itanhaém, 21 a 27 de maio 2014, nº 288. Disponível em: [www.itanhaem.sp.gov.br/noticias/2014/maio/Itanhaem\\_celebra\\_semana\\_Anchieta\\_com\\_caminhada\\_encenacao.html](http://www.itanhaem.sp.gov.br/noticias/2014/maio/Itanhaem_celebra_semana_Anchieta_com_caminhada_encenacao.html). Acesso em 30 jun. 2014.

UBATUBA NEWS Prefeitura de Ubatuba constrói praça em homenagem à Paz de Iperoig. Ubatuba News, Ubatuba, 3 ago. 2012. Disponível em: [oubatubano.blogspot.com.br/2012/08/prefeitura-de-ubatuba-constroiu-praca-em.html](http://oubatubano.blogspot.com.br/2012/08/prefeitura-de-ubatuba-constroiu-praca-em.html). Acesso em 16 set. 2016.

CONHEÇA UBATUBA. Evento comemora e divulga importância da Paz de Iperoig para Ubatuba". Conheça Ubatuba, Ubatuba, 15 set. 2010. Disponível em: [www.conhecaubatuba.com.br/ubatuba/Noticias.asp?Not=5033&VP=Not5033&Titulo=Evento%20comemora%20e%20divulga%20importancia%20da%20Paz%20de%20Iperoig%20para%20Ubatuba](http://www.conhecaubatuba.com.br/ubatuba/Noticias.asp?Not=5033&VP=Not5033&Titulo=Evento%20comemora%20e%20divulga%20importancia%20da%20Paz%20de%20Iperoig%20para%20Ubatuba). Acesso em 16 set. 2016.

NUNES, Katia. Campineiro de coração cria roteiro turístico. Correio Popular, Campinas, 15 set. 2002.

A TRIBUNA. Caminhada refaz trilha de Anchieta. A Tribuna, Santos (SP), p. A14, 22 set. 2002.

A TRIBUNA. Passeio resgata caminhos de Anchieta. A Tribuna, Santos (SP), p. A11, 19 set. 2002.

A TRIBUNA. Passeio turístico é atração na região. A Tribuna, Santos (SP), p. A10, 20 set. 2002.

DIÁRIO DO LITORAL. Caminhada do Abarebebê será realizada amanhã. Diário do Litoral, Santos (SP), p. 04, 20 set. 2002.

FOLGATO, Marisa. Fé, natureza e história, pelos Caminhos de Anchieta. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 21 set. 2002.

ZISKIND, Raquel. Ubatuba comemora 374 anos e recebe etapa final do Passos dos Jesuítas. São Paulo, Secretaria de Turismo, Caminha São Paulo. São Paulo, 28 out. 2011.

VICENTI, Marcel. Antigo reduto jesuítico, litoral de São Paulo ganha rota de peregrinação. UOL Viagens, São Paulo, 22 set. 2011. Disponível em [viagem.uol.com.br/noticias/2011/09/22/antigo-reduto-jesuítico-litoral-de-sao-paulo-ganha-rota-de-peregrinacao.htm#fotoNav=2](http://viagem.uol.com.br/noticias/2011/09/22/antigo-reduto-jesuítico-litoral-de-sao-paulo-ganha-rota-de-peregrinacao.htm#fotoNav=2). Acesso em 25 set 2011.

DIÁRIO DO LITORAL. Prefeitura de Itanhaém tem exposição que homenageia São José de Anchieta". Diário do Litoral, Santos, 13 jul. 2014. Disponível em: [www.diariodolitoral.com.br/cultura/prefeitura-de-itanhaem-tem-exposicao-que-homenageia-sao-jose-de-anchie/36211/](http://www.diariodolitoral.com.br/cultura/prefeitura-de-itanhaem-tem-exposicao-que-homenageia-sao-jose-de-anchie/36211/). Acesso em 13 jul. 2014.

GONSALVES, Marcela Bourroul. Lançada primeira ação do projeto Caminha São Paulo. Estadão, São Paulo, 14 set. 2011. Disponível em: [www.estadao.com.br/noticias/geral,lancada-primeira-acao-do-projeto-caminha-sao-paulo,772638](http://www.estadao.com.br/noticias/geral,lancada-primeira-acao-do-projeto-caminha-sao-paulo,772638). Acesso em 20 set 2011.

JORNAL DE TURISMO. Padre Anchieta inspira rota turística em São Paulo. Instituto Ideias, Rio de Janeiro, 10 jul. 2011. Disponível em: [ideias.org.br/noticia/padre-anchieta-inspira-rota-turistica-em-sao-paulo](http://ideias.org.br/noticia/padre-anchieta-inspira-rota-turistica-em-sao-paulo). Acesso em 20 set 2011.

TALAUSSKAS, Alberto. Lançado o projeto Caminha São Paulo Passos dos Jesuítas–Anchieta. Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo, 19 set. 2011. Disponível em: [abrajetsp.com.br/index.php/noticias/42-noticias-4/73-lancado-o-projeto-caminha-sao-paulo-passos-dos-jesuitas-anchieta?t](http://abrajetsp.com.br/index.php/noticias/42-noticias-4/73-lancado-o-projeto-caminha-sao-paulo-passos-dos-jesuitas-anchieta?t). Acesso em 20 set. 2011.

CORREA, Vanessa. Peregrinos farão rota jesuíta no litoral. São Paulo, Folha de S. Paulo, São Paulo, p. C5, 11 set. 2011.

XUNTA DE GALICIA, Actualidad. Turismo de Galicia refuerza la red pública de albergues del Camino de Santiago con un nuevo establecimiento en el centro de Ourense. Xunta de Galicia, Madrid, s/d. Disponível em: [www.turismo.gal/detalle-nova-turistica?langId=es\\_ES&content=nova\\_0832.html](http://www.turismo.gal/detalle-nova-turistica?langId=es_ES&content=nova_0832.html). Acesso em 03 set 2016.

BACHTOLD, Felipe. Caminho de Santiago de Compostela abre 'filial' no sul do Brasil. Folha de S.Paulo. Turismo, São Paulo, 13 nov. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/turismo/2014/11/1546975-caminho-de-santiago-de-compostela-abre-filial-no-sul-do-brasil.shtml>. Acesso em 15 nov. 2014.

COFFMAN, Elesha. What is the origin of the Christian fish symbol? A closer look at the ancient Ichthys. Christianity Today, Illinois (EUA), 08 ago. 2008. Disponível em: <http://www.christianitytoday.com/history/2008/august/what-is-origin-of-christian-fish-symbol.html>. Acesso em 09 out. 2016.



## Material produzido pelo governo do Estado de São Paulo e Secretaria de Turismo

SÃO PAULO, Secretaria de Planejamento de Desenvolvimento Regional (SPDR). Caracterização socioeconômica de São Paulo: Região Metropolitana da Baixada Santista. São Paulo: SPDR, nov. 2012.

SÃO PAULO, Secretaria do Meio Ambiente. ZEE Baixada Santista: zoneamento ecológico-econômico – setor costeiro da Baixada Santista. São Paulo: SMA, 2013. 106 p.

SÃO PAULO, Secretaria do Meio Ambiente. *Zoneamento ecológico-econômico - Litoral Norte São Paulo*. São Paulo: SMA/CPLEA, 2005.

SÃO PAULO, Secretaria de Turismo. Laércio Benko é o novo secretário de turismo do Estado. *Secretaria de Turismo*, São Paulo, 09 ago. 2016. Disponível em: [www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=83](http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=83). Acesso em 10 ago. 2016.

SÃO PAULO, Imprensa oficial. *Diário Oficial Poder Executivo*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2011/2016. Disponível em [www.imprensaoficial.com.br/](http://www.imprensaoficial.com.br/).

SÃO PAULO, Imprensa oficial. *Diário Oficial Poder Legislativo*. São Paulo, Imprensa Oficial. 2011/2016. Disponível em [www.imprensaoficial.com.br/](http://www.imprensaoficial.com.br/).

SÃO PAULO, Portal do Governo do Estado de São Paulo, SP Notícias. Mais de sete mil pessoas já fizeram a rota de São José de Anchieta. *Portal do Governo do Estado de São Paulo*, São Paulo, 03 abr. 2014. Disponível em: [saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia2.php?id=236458](http://saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia2.php?id=236458). Acesso em 15 maio 2016.

SÃO PAULO, Portal do Governo do Estado de São Paulo, Ações do Governo. Opções para todos os públicos e bolsos. *Portal do Governo do Estado de São Paulo*, São Paulo, s/d. Disponível em: [www.saopaulo.sp.gov.br/acoesdegoverno/turismo/#roteiros](http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoesdegoverno/turismo/#roteiros). Acesso em 03 abr. 2016.

SÃO PAULO, Portal do Governo do Estado de São Paulo. Turismo. *Portal do Governo do Estado de São Paulo*, São Paulo, s/d. Disponível em: [www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/turismo](http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/turismo). Acesso em 03 abr. 2016.

SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, Caminha São Paulo, *Guia do Caminhante Passos dos Jesuítas-Anchieta*. São Paulo: Secretaria de Turismo, 2011.

SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, Caminha São Paulo. *Mapa da rota Passos dos Jesuítas-Anchieta*. São Paulo: Secretária de Turismo, s/d.

SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, FC7VB-SP, 100. *Destinos Imperdíveis do Estado de São Paulo*. São Paulo, Secretaria de Turismo, 2014.

SÃO PAULO, Secretaria de Turismo, Prefeitura de Itanhaém. *Passos dos Jesuítas - Anchieta: imagens do caminho*. São Paulo: Secretaria de Turismo, 2014.

SÃO PAULO, Secretaria de Turismo. *Ecoturismo e turismo de aventura no Estado de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Turismo, s/d.

SÃO PAULO, Secretaria do Turismo. Turismo: programas e ações. *Secretaria de Turismo*, São Paulo, s/d. Disponível em: [www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia\\_tour.php?cod\\_menu=44](http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia_tour.php?cod_menu=44).

Acesso em 16 out. 2016.

SÃO PAULO, Secretaria de Turismo. Caminhantes do Passos dos Jesuítas chegam a Bertioga. *Secretaria de Turismo*, São Paulo, 20 set. 2011. Disponível em:

[www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=63](http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=63). Acesso em 21 set. 2011.

SÃO PAULO, Secretaria de Turismo. Passos dos Jesuítas–Anchieta é inaugurada dia 14. *Secretaria de Turismo*, São Paulo, 09 set. 2011.

DANTAS, Marina. Mais de 50 pessoas iniciam rota de caminhada pelo litoral paulista. *Secretaria de Turismo*, São Paulo, 15 set. 2011.

SÃO PAULO NOTÍCIAS. Governador discursa durante lançamento da rota Caminho dos Jesuítas – Anchieta. *Portal do Governo do Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 set. 2011. Disponível em: [www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=216148&c=5329&q=Governador+discursa+durante+lan%EDtamento+da+rota+Caminho+dos+Jesu%EDtas+--+Anchieta](http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=216148&c=5329&q=Governador+discursa+durante+lan%EDtamento+da+rota+Caminho+dos+Jesu%EDtas+--+Anchieta). Acesso em 03 out. 2011.

SÃO PAULO, Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano. SP propõe criação da Região Metropolitana do Vale e Litoral Norte. *Portal do Governo do Estado de São Paulo*, São Paulo, 04 nov. 2011. Disponível em:

[saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=216673](http://saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=216673). Acesso em 25 jan. 2012.

SÃO PAULO, Secretaria de Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. *Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo*. São Paulo, SP: SMA/CEAM, 1997.

SÃO PAULO, Secretaria do Meio Ambiente. *Ecoturismo*. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Fundação Florestal. OLIVEIRA, Anna Carolina L. et al (Orgs.). São Paulo: SMA, 2010. (Cadernos de Educação Ambiental, 5).

SÃO PAULO, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Agência Paulista e Tecnologia e os Agronegócios, Instituto de Pesca. Glossário de termos biológicos e técnicos relacionados às áreas de atuação do Instituto de Pesca. *Instituto de Pesca*, São Paulo, s/d. Disponível em <ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/glossario2015.pdf>. Acesso em 14 set 2016.

## Sites consultados

Prefeitura de Itanhaém [www.itanhaem.sp.gov.br/cidadao](http://www.itanhaem.sp.gov.br/cidadao)

Fundacc - [www.fundacc.sp.gov.br](http://www.fundacc.sp.gov.br).

Xacobeu Galicia - El Caminho de Santiago (Xunta de Galicia) [www.caminodesantiago.gal/es/inicio](http://www.caminodesantiago.gal/es/inicio)

Turismo de Galicia – Portal oficial de Turismo de Galicia España [www.turismo.gal/portada?langId=es\\_ES](http://www.turismo.gal/portada?langId=es_ES)

Associação Brasileira dos Amigos do Caminho de Anchieta [www.abapa.org.br/index.php](http://www.abapa.org.br/index.php)

Associação Brasileira dos Amigos do Caminho de Santiago [www.caminhodesantiago.org.br/Index.html](http://www.caminhodesantiago.org.br/Index.html)

Brasiliiana USP – [www.brasiliana.usp.br](http://www.brasiliana.usp.br)

Caminha São Paulo - [www.caminhasaopaulo.com.br](http://www.caminhasaopaulo.com.br)

Caminho da Fé - [caminhodafe.com.br/principal.html](http://caminhodafe.com.br/principal.html)

Caminho da Luz - [www.caminhodaluz.org.br](http://www.caminhodaluz.org.br)

Caminho do Sol - [atendimento6091.wix.com/caminhodosol](http://atendimento6091.wix.com/caminhodosol)

Jesuítas do Brasil - [www.jesuitasbrasil.com/newportal](http://www.jesuitasbrasil.com/newportal)

Santuário Nacional São José de Anchieta [www.santuariodeanchieta.com](http://www.santuariodeanchieta.com)

Santuário Nacional Aparecida <http://www.a12.com/santuاريو-nacional>

Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha [www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br/pmsap](http://www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br/pmsap)

Oficina de Acogida al Peregrino – Catedral de Santiago [www.catedraldesantiago.es/es/oficina-peregrino](http://www.catedraldesantiago.es/es/oficina-peregrino)

Viagem perfeita - <http://perfeitaviagem.blogspot.com.br/p/rotas-de-peregrinacao-no-brasil.html>

Secretaria do Meio Ambiente – Governo do Estado de São Paulo  
[www.ambiente.sp.gov.br/#](http://www.ambiente.sp.gov.br/#)

Secretaria de Turismo – Governo do Estado de São Paulo  
[www.turismo.sp.gov.br](http://www.turismo.sp.gov.br)

Organização Mundial do Turismo  
[cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/declaracion\\_de\\_santiago\\_de\\_compostela\\_sobre\\_turismo\\_y\\_peregrinaciones\\_es.pdf](http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/declaracion_de_santiago_de_compостela_sobre_turismo_y_peregrinaciones_es.pdf)

## **Blogs**

Ação natural trilheiros - [acaonaturaltrilheiros.blogspot.com.br](http://acaonaturaltrilheiros.blogspot.com.br)

Onze dias - [onzedias.com.br](http://onzedias.com.br)

Peregrino Oswaldo Buzzo - [www.oswaldobuzzo.com.br](http://www.oswaldobuzzo.com.br)

Mochileiros - [www.mochileiros.com](http://www.mochileiros.com)

Memórias de um esquizofrênico  
[memoriasdeumesquizofrenico.blogspot.com.br](http://memoriasdeumesquizofrenico.blogspot.com.br)



## ESTANTE LABJOR

Como parte de seu trabalho de formação e produção na área de jornalismo e divulgação científica e cultural, o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp lançou seu selo próprio para publicar livros digitais de acesso livre.

A partir da seleção de dissertações defendidas no programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural do Labjor – e também de teses e ensaios escritos em outros centros dedicados à área –, a ideia é que as pesquisas escolhidas passem por nova edição e adaptação, sendo assim formatadas como livros para download.